INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT

Eleandro Soares Rodrigues

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES

Jaguari, RS, 2023

ELEANDRO SOARES RODRIGUES

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Orientadora: Prof.ª Dra. Catiane Mazocco Paniz

Jaguari, RS, 2023

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696p Rodrigues, Eleandro Soares
Programa Permanência e Êxito do IFFAR: uma análise das ações / Eleandro Soares Rodrigues. – Jaguari, 2023.
172 f. : il.

Orientadora: Catiane Mazocco Paniz
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2023.

1. Educação profissional. 2. Evasão escolar. 3. Programa Institucional – Permanência e Êxito. I. Paniz, Catiane Mazzoco, orient. II. Título.

CDU: 371.26

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

ELEANDRO SOARES RODRIGUES

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Aprovado em dia 27 de junho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Catiane Mazocco Paniz
Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Marcele Homrich Ravasio
Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

Renato Xavier Coutinho
Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho
Universidade Federal de Santa Maria

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

ELEANDRO SOARES RODRIGUES

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Validado em 27 de junho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Catiane Mazocco Paniz
Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Marcele Homrich Ravasio
Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho
Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Instituto Federal Farroupilha que oferta e oportuniza o Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica;

Aos Orientadores, Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho e Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz, que muito sabiamente me conduziram nesse processo acadêmico;

Aos Colegas e companheiros de jornada laboral do *Campus* São Vicente do Sul, que contribuíram nas discussões, ideias e dados;

Aos colegas da turma de Mestrado por compartilhamos diversos momentos, mesmo que remotamente a maioria deles.

Aos colegas do grupo de estudos GEPEC/IFFar/SVS, pelo diálogo e pelo aprendizado compartilhado.

Aos meus Pais, que dedicaram seu tempo e ensinamentos à minha formação humana e cidadã, incluindo o apoio incondicional de sempre;

Ao meu irmão, que sempre esteve junto me auxiliando à sua maneira;

Aos demais familiares que acompanharam o percurso, pela compreensão, apoio e incentivo.

Ao meu filho, Murilo, que mesmo sem entender o caminho, me compreendeu e me motivou com seu olhar e afeto em todos os momentos, mesmo seus poucos dias e anos de vida, que coincidiram com o percurso acadêmico;

À minha esposa e companheira de todas as horas, Evelize, que não mediu esforços para me apoiar desde o ingresso, seguindo pelas primeiras aulas, nas discussões e ideias, até as cobranças e preocupações com as apresentações, inclusive a da defesa, enfim, obrigado por estar junto sempre.

RESUMO

Historicamente, a evasão escolar está no rol dos problemas enfrentados pela educação brasileira. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa realidade não é diferente, além de que vários estudos têm apontado os principais fatores que levam a esse abandono estudantil. Nesse sentido, com vistas a superação ou à mitigação das causas que levam à evasão e à retenção, desde o ano de 2013, a partir de um trabalho de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), junto a alguns Institutos Federais de Educação (IFs), que culminou na expedição do Acórdão nº 506/2013, várias ações estão sendo realizadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), principalmente, junto aos IFs, no sentido de fortalecimento da relação estudante - escola, garantindo a permanência e o êxito desses jovens durante o seu percurso formativo. Diante desse contexto, este trabalho de pesquisa se insere nas discussões acerca do fortalecimento da EPT e visa o estudo dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito elaborados pelos IFs, com foco no Programa de Permanência e Êxito (PPE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), tendo por objetivo analisar as ações com enfoque à sua construção e implementação. A pesquisa é de caráter qualitativa e quantitativa, com a investigação documental e bibliográfica, que resultou na elaboração de dois manuscritos. No primeiro, objetivou-se uma breve apresentação dos Planos Estratégicos elaborados e implementados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil, buscando relacionar o que fora recomendado pela SETEC e o efetivamente construído. Desse estudo, concluiu-se que a maioria dos IFs aprovou e publicou seus planos ou programas estratégicos, mais precisamente 28 deles, com a maioria desses finalizados até o ano de 2016. Confirmou-se, ainda, que a maioria dos planos ou programas aprovados seguiu estritamente as instruções recomendadas pela SETEC, por meio do Documento Orientador, o que resultou em planos ou programas extensos e pouco exequíveis. Já o segundo manuscrito tratou especificamente sobre o PPE do IFFar, com vistas a analisar as potencialidades e fragilidades a partir da sua construção e implementação. Como conclusões dessa escrita, identificou-se que dentre as potencialidades se destacam a articulação, a sensibilização e a eficiência Institucionais acerca da efetivação do programa à época e que, dentre as fragilidades, essas em maior número, evidencia-se a inexistência de: conceituações e entendimentos institucionais básicos; metas ou resultados esperados; prazos de revisão e atualização e, ainda, métodos de monitoramento e avaliação das ações propostas. Disso, concluiu-se, por fim, que o PPE necessita de revisão e atualização. A partir da análise dos dados coletados e dos resultados obtidos pelos manuscritos, foi elaborado um produto educacional, cuja proposta é um Guia de possibilidades para a atualização do PPE, com ênfase no monitoramento e na avaliação. Como considerações finais, o presente estudo ressalta a importância de existência e manutenção de Planos ou Programas Institucionais que visem à permanência e ao êxito dos estudantes, com vistas ao fortalecimento das Instituições e da Rede EPT.

Palavras chaves: Educação Profissional. Permanência e Êxito. Avaliação e Monitoramento.

ABSTRACT

Historically, school dropout is on the list of problems faced by Brazilian education. In Educação Profissional e Tecnológica (EPT), this reality is no different, besides several studies have pointed out the main factors that lead to this student dropout. In this sense, to overcome or mitigate the causes that lead to evasion and retention, since 2013, from an audit work of the Tribunal de Contas da União (TCU), with Institutos Federais de Educação (IFs), which culminated in the issuance of Judgment No. 506/2013, several actions are being taken within the Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), especially with the IFs, to strengthen the student-school relationship, ensuring the permanence and success of these young people during their formative journey. Given this context, this research work is part of the discussions about the strengthening of EPT and aims to study the Planos Estratégicos de Permanência e Êxito developed by the IFs, focusing on the Programa de Permanência e Êxito (PPE) of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), to analyze the actions focused on its construction and implementation. The research is qualitative and quantitative, with documentary and bibliographic research, which resulted in the preparation of two manuscripts. The first, a brief presentation of the Planos Estratégicos developed and implemented by the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) of Brazil was presented, seeking to relate what was recommended by SETEC and what was built. From this study, it was concluded that most FIs have approved and published their strategic plans or programs, more precisely 28 of them, with most of them completed by the year 2016. It was also confirmed that most of the approved plans or programs strictly followed the instructions recommended by SETEC, through the Guidance Document, which resulted in extensive and not very feasible plans or programs. The second manuscript, on the other hand, dealt specifically with IFFar's PPE, to analyze the potentialities and weaknesses of its construction and implementation. As conclusions of this writing, it was identified that among the potentialities are the articulation, awareness, and institutional efficiency about the effectiveness of the program at the time and that, among the weaknesses, these in greater number, it is evident the lack of basic institutional conceptualizations and understandings; goals or expected results; review and update deadlines and, also, methods for monitoring and evaluation of the proposed actions. From this, it was concluded, finally, that the PPE needs revision and updating. From the analysis of the collected data and the results obtained by the manuscripts, an educational product was elaborated, whose proposal is a Guide of possibilities for updating the PPE, with emphasis on monitoring and evaluation. As final considerations, the present study highlights the importance of the existence and maintenance of Institutional Plans or Programs aimed at the permanence and success of students, to strengthen the Institutions and the EPT Network.

Keywords: Professional Education. Permanência e Êxito. Evaluation and Monitoring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matriz Analítica 51
Figura 2 - Linha do tempo. 80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados de eficiência acadêmica e taxa de evasão do IFFar, no período de 2017 a 2022. 36
Quadro 2 - Etapas Metodológicas 43
Quadro 3 - Os índices de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional. 52
Quadro 4 - Resultados Anuais do IFFar, consultados entre os anos de 2021 e 2023. 79
Quadro 5 - Prioridades Estratégicas PPE 2018-2020. 95
Quadro 6 - Ações Estratégicas do PPE 2018-2020. 95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos PPEs, pesquisados e publicizados pelos IFs de acordo com cada Região do País. 58
Gráfico 2 - Ano de aprovação do Plano/Programa/Política. 59
Gráfico 3 - Categorias de Ações. 63
Gráfico 4 - Categorias de monitoramento por Região. 68
Gráfico 5 - Categorias de avaliação por Região. 69

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAEN	Comitê Assessor de Ensino
CODIR	Colégio de Dirigentes do IFFar
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COVID-19	Coronavírus
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CRAS	Coordenações de Registros Acadêmicos
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GT	Grupo de Trabalho
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFs	Institutos Federais de Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico
PPE	Programa de Permanência e Êxito
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RIMEPES	Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar
RNP	Rede Nacional de Pesquisas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TAM	Termo de Acordo de Metas
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 JUSTIFICATIVA DO TEMA 15
3 OBJETIVO GERAL 17
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 17
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18
4.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A EVASÃO ESCOLAR 18
4.1.1 O IFFAR E O SEU PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO 30
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS: ACOMPANHAMENETO E AVALIAÇÃO 37
5 METODOLOGIA 42
6 RESULTADOS 46
6.1 MANUSCRITO 1 46
6.2 MANUSCRITO 2 76
7 DISCUSSÃO 104
CONSIDERAÇÕES FINAIS 110
REFERÊNCIAS 113
APÊNDICES 125

1 INTRODUÇÃO

O Programa Permanência e Êxito (PPE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), apresenta-se como um programa educacional que visa o fortalecimento da permanência e êxito de seus estudantes, com o consequente estabelecimento de estratégias e ações para o enfrentamento e diminuição das causas da evasão e retenção escolar.

O IFFar enquanto componente da Rede Federal de Educação Profissional, necessita estar alinhado com as políticas educacionais da rede, logo, a questão da evasão e retenção, que foi objeto de análise e apontamento do TCU em 2013 é uma das preocupações da EPT. Deste modo, necessita atenção e intervenção constantes da instituição, como forma de garantir o desenvolvimento socioeducacional dos estudantes, cumprindo, dessa forma, sua missão.

Por apresentar estratégias e ações práticas, o programa necessita de constante acompanhamento e avaliação, visando seu aprimoramento. Diante disso, apresenta-se como problema de pesquisa, a necessidade de analisar e responder se “as ações propostas pelo PPE do IFFar propiciaram o alcance dos objetivos do programa?”

Partindo-se do possível problema de pesquisa, durante o desenvolvimento do trabalho, pretende-se analisar as ações propostas pelo PPE do IFFar, identificar suas potencialidades e fragilidades, buscando a apresentação de um produto educacional que vise possibilidades para a atualização do PPE, incluindo a proposição de métodos ou ferramentas de acompanhamento, monitoramento e avaliação, como forma de certificar a eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade das ações postas em prática pelas unidades do IFFar.

O presente estudo está em consonância com a linha de pesquisa número dois - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, do Programa de Mestrado Profissional - ProfEPT, alinhando-se, especialmente, ao seu Macroprojeto de número seis - Organização de espaços pedagógicos na EPT, que engloba

questões relacionadas à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT.

Na busca por responder o problema de pesquisa deste estudo e apresentar um produto educacional, a exposição deste trabalho está organizada em: introdução ao tema, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, metodologia adotada, apresentação dos resultados, contemplando dois manuscritos, seguidos da discussão integrada de ambos e as considerações finais do estudo.

No tocante ao dois manuscritos, estão organizados da seguinte maneira: no primeiro, objetivou-se uma breve apresentação dos Planos Estratégicos elaborados e implementados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil, buscando relacionar o que fora recomendado pela SETEC e o, efetivamente, construído. O segundo manuscrito aborda, especificamente, sobre o PPE do IFFar, com vistas a analisar as potencialidades e fragilidades a partir da sua construção e implementação.

A partir da apresentação dos resultados, a discussão integrada dos manuscritos leva às considerações finais da pesquisa e, por fim, à construção do produto educacional, como possibilidades para atualização, monitoramento e avaliação do PPE do IFFar.

2 JUSTIFICATIVA DO TEMA

Esta proposta de pesquisa apresenta relevância acadêmica em virtude de ter-se identificado poucos estudos voltados para a avaliação de programas educacionais, sobretudo, no que se trata aos seus conceitos, modelos e procedimentos, bem como na sua realização, conforme apontou Bauer, Fernandes e Gimenes (2019).

Diante dessa lacuna de estudos sobre a avaliação de programas educacionais, com enfoque para os Planos e Programas de Permanência e Êxito elaborados pelos Institutos Federais, essa pesquisa também se justifica, no sentido de contribuir com os aportes teórico-metodológicos e o desenvolvimento da execução de avaliações dos programas educacionais, especialmente, dos institucionais, lançando luz sobre iniciativas futuras no que tange às políticas educacionais e a área de pesquisa da Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, percebe-se que a ampliação dos estudos sobre a avaliação de programas torna-se elemento essencial no desenvolvimento de ações educacionais, pois as legitimam enquanto proposta para o cumprimento de seu objetivo e proporcionam fortalecimento na gestão responsável pelo programa, acerca do seu planejamento, desenvolvimento e transparência.

Especificamente sobre o PPE do IFFar, verificou-se que ele não trouxe em sua constituição o detalhamento necessário para acompanhamento e avaliação de suas ações, apontando, assim, certa fragilidade, apesar da melhoria dos índices de permanência e êxito, evidenciados pelas publicações oficiais. Diante disso, alguns questionamentos e incertezas podem ser levantados acerca da implementação do programa e da aplicação prática de suas ações, no sentido de constatar o alcance dos objetivos propostos.

Justifica-se, ainda, para a escolha do tema, seu alinhamento com as atividades profissionais do pesquisador, pois desde o seu ingresso ao IFFar, em 2008, esteve envolvido, constantemente, nas ações da gestão educacional, adquirindo conhecimentos e contribuindo, ativamente, para a melhoria dos serviços ofertados pela instituição. Ademais, em contato mais próximo com as atividades institucionais

do ensino e os Colegas da área, por conta de estar atuando na Coordenação de Assistência Estudantil do *Campus* São Vicente do Sul, deparo-me com o PPE e suas ações, passando a conhecê-lo e estudá-lo com mais enfoque.

A partir disso, surgiram o interesse maior pelo tema, o desenvolvimento da presente pesquisa e a consequente proposição de elaboração de uma proposta de atualização para o PPE, que contemple possibilidades à avaliação e ao acompanhamento, com expectativa de contribuir para o aprimoramento da gestão do IFFar, no tocante às ações de permanência e êxito de seus estudantes.

3 OBJETIVO GERAL

Analisar as ações do Programa Permanência e Êxito do IFFar com enfoque na sua construção e implementação.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Contextualizar a elaboração dos PPEs a partir da investigação e identificação das ações propostas pelos planos estratégicos;

b) Apontar as potencialidades e fragilidades do PPE do IFFar a partir da sua construção e implantação;

c) Elaborar uma proposta de guia para atualização, com ênfase no monitoramento e avaliação do Programa Permanência e Êxito do IFFar.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A EVASÃO ESCOLAR

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), distribuídos em todas as unidades da Federação. Souza e Silva (2016) destacam que a referida Lei nº 11.892/08 perpetua-se como a maior expressão da atual política pública educacional.

Mais especificamente, nesse ato legal, os IFs são definidos como: “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, delineados por uma dimensão simbólica, um caráter de política pública, uma relação de desenvolvimento com o local e regional, um desenho curricular, um caráter de rede, uma ligação entre educação, ciência, trabalho e tecnologia, uma autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, e, sobretudo, uma definição de oferta de 50% das suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008).

Dessa forma, de acordo com Pacheco (2011, p. 17), os IFs surgem para “protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho”. Na medida em que ampliam e interiorizam o acesso à educação profissional, com base no trabalho como princípio educativo, articulado com as dimensões estruturantes da vida – trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o que possibilita formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

Nessa outra perspectiva de educação, o trabalho assume sua dupla dimensão: a ontológica, enquanto atividade estruturante de existência e realização, em prol do bem coletivo e da ampliação das potencialidades humanas; e a histórica,

como uma atividade de sobrevivência (ANTUNES, 2009). Logo, a educação profissional "se opõe a simples formação para o mercado de trabalho", já que "incorpora valores ético-políticos e conteúdo histórico-científico os quais caracterizam a *práxis* humana" (RAMOS, 2010, p. 49).

Ramos (2005, p. 119) coloca que os IFs, ao assumirem o trabalho como princípio educativo, estão ofertando "uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana, em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão", ou seja, é um fator essencial para a efetivação das necessidades humanas e sociais. Isso equivale dizer que "o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la" (PACHECO, 2012, p. 68).

Vale lembrar que "a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que perpetua uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais", dada pela oferta da educação profissional desintegrada da formação geral, onde o sentido estabelecido ao trabalho é completamente distante do sentido atribuído pela humanidade (KUENZER, 2007, p. 27). Manfredi (2016) registra que essa dualidade traz na sua concepção a diferenciação de classes sociais, objetivando de um lado a formação para as elites, oprimindo por outro, a classe menos favorecida – trabalhadora – no sentido de formação para atendimento das demandas do mercado de trabalho.

De tal modo, os IFs, ao buscarem superar esse projeto dualista de educação, têm assumido um importante papel na formação de cidadãos – profissionais como uma escola que não serve apenas para "fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes", sem apontar para outra direção (MÉSZÁROS, 2007, p. 35).

Nesse sentido, Moura (2007) ressalta que os IFs são uma possibilidade concreta para os filhos da classe trabalhadora a uma educação básica, unitária e politécnica, dada pela articulação entre o trabalho intelectual e operacional para a

formação humana em sua totalidade. Uma vez que a integração entre a educação profissional e educação básica é a condição necessária e viável para se fazer a "travessia" para uma nova realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Atualmente, existem 38 IFs em todo país, os quais atendem cerca de 568 municípios, totalizando 661 *campi* em funcionamento (BRASIL, 2019). Essa distribuição territorial dos IFs garante o acesso a uma educação básica pública e de qualidade, como um direito de todos, especialmente, para os que vivem do trabalho, atendendo as suas "necessidades de participação social e produtiva", contrapondo-se a educação centrada na divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2011, p. 52).

Para essa configuração institucional, o governo federal definiu o Plano de Expansão da Rede Federal de EPCT, que passou por três etapas: Fase 1 (2005-2007), Fase 2 (2007-2010) e a Fase 3 (2011-2014). Na primeira fase foi anunciada a construção de 64 *Campus* dos IFs, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, o que estava diretamente ligado às estratégias de desenvolvimento territorial. Já na segunda fase previu-se a instalação de 150 novas unidades de ensino, sob slogan "Uma escola técnica em cada cidade-polo do país", que, somadas as 140 Escolas Técnicas pré-existentes, atingiriam o número de 354 no ano de 2010. E, na terceira fase, que ocorreu no mandato da presidenta Dilma Rousseff, objetivou-se a presença dos IFs em todas as partes do território nacional, assegurando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com pelo menos um *Campus* de IF, conforme asseveram Souza e Silva (2016).

Assim, o balanço dos números da expansão da Rede Federal de EPCT, aponta que em 93 anos (1909 – 2002) foram construídas 140 escolas técnicas no país e em 13 anos (2003 e 2016) o MEC concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão, totalizando 644 *campi* em funcionamento (61 destes criados no período de 2015-2016). Sendo possível devido ao respectivo Plano de Expansão priorizar "critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão das políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas

unidades", respeitando as análises, os dados estatísticos e as instituições credenciadas, como o IBGE, Ipea, Inep, MDS, para identificar as mesorregiões e cidades-polo carentes à sua implementação (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010, p. 73).

Dessa forma, os estados e municípios, até então, excluídos de efetivas políticas públicas em educação profissional e tecnológica ganham vez e destaque nos quadros de elevação da oferta de matrículas e no mapa de interiorização da rede, como mostra um relatório do Tribunal de Contas da União, do ano de 2012. Em nível nacional, 85% dos *Campi* dos IFs estão fora das capitais dos estados, sendo que 176 *Campus* estão em municípios com menos de 50 mil habitantes e, destes, 45 estão em municípios com menos de 20 mil.

Diante disso, Souza e Silva (2016, p. 07) pontuam que existe um avanço advindo dos IFs e um mérito da política de expansão no que tange à democratização do acesso à educação profissional e ao ensino superior, principalmente, "se considerarmos o avanço social que isso representa para cidades do interior do Brasil, cuja população tinha dificuldades de acesso a cursos de formação profissional e/ou superior de qualidade e público", ao fazer parte de uma política agressiva de massificação do ensino superior e técnico para as regiões afastadas dos grandes centros metropolitanos, diferentemente, das políticas educacionais, com viés conservador e privatista, do governo FHC.

Por isso, Afonso e Gonzalez (2016, p. 725) apontam que os IFs se apresentam como a maior ação de revelo da atual política pública de educação profissional brasileira, que garantiu a criação de "milhares de vagas para cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, um contraste com a década de 1990, quando as políticas públicas apontavam para um esvaziamento da responsabilidade do Estado" na sua oferta. Consolidando-se como uma inegável resposta contestatória ao capital investido de benefício social, ou seja, descentralizam e interiorizam o ensino técnico de nível médio e a educação superior, além de serem catalisadores de outras políticas sociais.

No entanto, os IFs têm enfrentado alguns desafios diante da legitimação da sua identidade didático-pedagógica, em virtude de ser um projeto de educação recente, contra-hegemônico, coletivo, participativo e emancipatório; da preocupação com a consolidação do processo de 'ifetização', ao invés, da efetivação da política curricular e da problematização de questões relacionadas ao currículo, às visões e aos anseios dos estudantes, à cultura escolar e à gestão da escola pública; do profundo desconhecimento da base política, filosófica e epistemológica da formação humana integrada e do currículo integrado, além das finalidades institucionais e função social, sobretudo, por parte dos gestores e professores; da perpetuação de atitudes, encaminhamentos e ações, herdadas dos CEFETs; e da ausência de uma política institucional de integração (ESTIVALETE, 2014; ZANIN, 2019; PONTES, 2012; NESSRALLA, 2010; SILVA; SILVA, 2012).

Isso tem refletido em alguns problemas institucionais, como é o caso dos elevados índices de evasão e retenção na Educação Profissional Técnica, os quais passaram a ser uma preocupação em 2013, a partir da realização de uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU), onde, em trabalho de campo, junto a alguns IFs, constatou uma taxa de conclusão de apenas 31,4% de estudantes de cursos técnicos subsequentes e 46,8% dos técnicos integrados em 2012 (BRASIL, 2013, p. 1). Isto é, sinalizou para as disparidades com relação aos estudantes que se matricularam e aqueles que efetivamente ingressaram e ao indicativo de conclusão e abandono as instituições escolares, levando-se em consideração, a partir de sua visão técnica de controle, o volume de recurso direcionado à rede e o quantitativo de concluintes com êxito, numa relação direta de "valor investido versus resultado esperado".

Dore, Sales e Silva (2017) chamam a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo, a expansão dos IFs contribui para democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica no país também se intensificou o número de estudantes que passaram a abandonar os estudos nessa modalidade de ensino. Nessa direção, Silva, Pelissari e Steimbach (2013) fizeram a mesma constatação, ou seja, instalou-se um

panorama de expressivo abandono na educação profissional técnica de nível médio, apesar do significativo aumento de vagas nos últimos anos.

Como resultado do trabalho dessa auditoria, o TCU expediu o Acórdão nº 506/2013, que trouxe recomendações à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), no sentido de implementação de medidas ou estratégias de ações, em conjunto com os Institutos Federais, visando o tratamento e a redução dos índices de evasão e retenção escolar, por meio da elaboração de um plano estratégico, que contemplasse:

> levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.); [...] d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos *campi*; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores. (BRASIL, 2013, p. 1).

A partir desse momento, a evasão escolar passa a ser uma das pautas nas discussões e nas ações dos IFs, já que era necessário buscar alternativas para viabilizar a promoção da permanência e a saída com êxito de seus estudantes. Inicialmente, essa prática foi amparada pela criação do Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, formado com o objetivo de elaborar, além dos relatórios sobre os índices de evasão, retenção e conclusão dos cursos ofertados, um manual de orientação para o "combate à evasão e à retenção, identificando suas causas e buscando soluções a serem praticadas pelas instituições, a fim de minimizarem os casos de abandono e repetência em seus cursos" (PARENTE; OLIVEIRA, 2019, p. 03).

O Documento Orientador elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela SETEC, intitulado inicialmente como "Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", trouxe, além da caracterização geral da Rede Federal e seu histórico, a apresentação da categorização das causas da evasão escolar, organizados em três fatores específicos, orientando, a partir disso, que cada instituição da Rede Federal

elaborasse um “Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção”. Além disso, estabeleceu que as metas e as ações decorrentes do plano fossem alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados alcançados, publicados no relatório anual de gestão de cada IF.

Dessa forma, o documento orientador passa a ser o norte para a organização dos planos institucionais. Em conjunto, outros documentos passam a compor o rol para a orientação e estruturação dos planos estratégicos, sendo que um deles, a Portaria nº 23, de 10 de julho de 2015 – MEC/SETEC institui e regulamenta a comissão permanente de acompanhamento das ações de permanência e êxito dos estudantes da Rede Federal de Ensino, “deflagrando uma mobilização no sentido de enfrentar e superar a retenção e, prioritariamente, a evasão” (SUSKI et al., 2021, p. 34). Evitando “a transposição do discurso que explica o fracasso escolar como fracasso da escola pública brasileira para explicar automaticamente a evasão escolar nos Institutos Federais” (NETO, 2019, p. 11).

Nota-se uma certa mudança de termos e discursos no tocante aos documentos que sucedem o documento orientador, que deixa de ter a superação da evasão e retenção como foco e passa a apresentar a permanência e o êxito como enfoques principais, possivelmente influenciados, pelos diálogos e trocas ocorridos entre SETEC/MEC, IFs e pesquisadores.

No documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal, o conceito de evasão é definido como:

> a interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso. Por outro lado, a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão (BRASIL, 2014, p. 20).

Paralelamente, identifica-se discussões e ações no mesmo sentido, desenvolvidas pela a Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES[1]); pelos documentos do Conselho Nacional das

[1] A Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação Profissional e Evasão Escolar resultou de deliberações finais resultantes do I Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão

Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF[2]), tais como, as Diretrizes Indutoras para Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na RFEPCT, aprovadas em 2018, que sinalizam para a importância da implementação e consolidação de Plano de Permanência e Êxito (PPE); pelo crescente interesse acadêmico em estudos relacionados ao perfil dos estudantes, a partir de 2013, e às políticas institucionais, surgido em 2015; e pela recente contribuição das dissertações e produtos educacionais vinculados ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT (DORE; ARAÚJO; MENDES, 2014; CONIF, 2018; MINUZZI; COUTINHO, 2020).

Nesse contexto, a evasão escolar precisou ser entendida como “um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino” (DORE; ARAÚJO; MENDES, 2014, p.386). Demonstrando “as mazelas produzidas pelo projeto de sociedade capitalista, sob a égide da política neoliberal” (FRISTSCH, 2017, p. 109). Uma vez que “a lógica do capital inclui a exclusão” (OLIVEIRA, 2014, p. 110).

Cotrim-Guimarães e Rocha (2021, p. 121), quando falam em saída ou abandono dos estudantes, destacam que alguns fatores são mais preponderantes, dentre eles, os fatores individuais e aqueles vinculados às instituições, classificados como internos ou externos, “que se integram às experiências e trajetórias dos estudantes de forma conjunta e articulada e a partir das vivências e percepções de cada um deles”. Logo, “uma única medida não consegue dar conta de todos os aspectos” que permeiam a evasão escolar (ARAÚJO; LIMA, 2021, p. 69).

Escolar no ano de 2009, ratificadas posteriormente II Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar ocorrido em agosto de 2011, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, situada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A RIMEPES tem como meta agregar pesquisadores e grupos de pesquisa sobre educação profissional de nível médio e evasão escolar, com o objetivo de aprofundar estudos sobre o tema e intensificar o intercâmbio de informações entre os membros da rede no Brasil e em diversos países da Ibero-América.

2 O CONIF é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. Tem por objetivos a valorização, o fortalecimento e a consolidação das 41 instituições congregadas.

É necessário dizer que a evasão e o abandono escolar associados ou não à repetência/retenção escolar resultam no fracasso escolar, no entanto, a permanência e o êxito são respostas opostas a esse processo (SUSKI et al., 2021). Nessa perspectiva, estudos tem apontado que os principais fatores que contribuem com a evasão escolar nos IFs estão relacionados às questões individuais e externas a instituição, como por exemplo, o esforço individual e a dificuldade em conciliar trabalho e estudo (JARDIM; 2016; OLIVEIRA, 2016; COSTA, 2018; OLIVEIRA, 2019; PARENTE, 2019; GARCIA, 2020).

Porém, os principais fatores que asseguram a permanência e o êxito dos estudantes estão intrinsecamente relacionados aos aspectos internos à instituição, tais como, o acolhimento e acompanhamento didático-pedagógico; eventos culturais, desportivos e tecnológicos; a política de assistência estudantil; a preocupação dos professores com a aprendizagem e com o estudante; o conhecimento da estrutura e da metodologia de trabalho; e a qualidade da escola e dos professores (SOUZA, 2014; PARENTE, 2019; GARCIA, 2020; SUSKI et al., 2021; DORE; SALES; CASTRO, 2014).

Ainda sobre os fatores facilitadores da permanência, Jost (2019), a partir de seu estudo realizado no IFFar- *Campus* São Vicente do Sul, reitera o acolhimento ao ingressar, o cuidado recebido, os serviços e atendimentos disponibilizados, a alimentação gratuita, os esportes e as perspectivas futuras. Já sobre os fatores que dificultam a permanência enfatiza a organização curricular, a nova rotina e responsabilidade e a distância da família.

Recentemente, um levantamento referente ao abandono e permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, demonstrou que num total de 1.184.753 ingressantes, entre os 2009 e 2018, em cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial, 435.160 estudantes (36,73%) deixaram de frequentar os cursos (GALLINDO, 2018). Sobre esse cenário, Zanin (2019, p. 110) coloca que apesar da “exigência legal da quantidade de oferta nos IFs de licenciaturas e técnicos de nível médio, o direito à permanência desses estudantes não está sendo garantido”, isto é, que “o abandono escolar verificado nesses cursos leva à reflexão de que a

garantia de acesso não torna a escola justa e não garante a formação do egresso com êxito". Assim sendo, Debiasio (2010, p. 56) aponta que "ofertar vagas suficientes para todos já não é o bastante, necessário é também, garantir condições de permanência aos educandos, possibilitando o sucesso escolar aos estudantes".

Por isso, o fato de identificar e conhecer os fatores influenciadores para os altos índices de evasão torna-se fundamental, para que as instituições repensem suas práticas e criem ações e estratégias que permitam o acesso, maximizem a permanência e possibilitem a conclusão do curso com êxito, evitando uma trajetória marcada pelo fracasso escolar (PARENTE, 2019; FRISCTH, 2017). Já que poucas vezes são apontados motivadores de abandono relacionados às "instituições/escolas, à comunidade local, ao Estado, aos Governos e às Políticas Públicas", ficando invisíveis alguns problemas como, "vínculo/integração, propostas pedagógicas inadequadas; falta de acesso, transporte e alimentação deficitária, violência, drogas, preconceito, desigualdades sociais, poucas escolhas profissionais frente ao mercado de trabalho" (FRISCTH, 2017, p. 105).

Vale destacar que as ações na perspectiva da permanência e do êxito estão respaldadas em diversas normativas, tais como, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 13.005/2014, e em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, os quais "assinalam a necessidade de garantia do atendimento escolar em todos os níveis da Educação e, com esta finalidade, propõem diretrizes e metas para que isso se efetive" SUSKI et al., 2021, p. 31).

Por isso, de acordo Tinto (1993), faz-se necessário, além do entendimento e tratamento das causas da evasão pelas instituições de ensino, a "busca de uma base e estratégias significativas para a permanência dos seus estudantes". Para tanto, destaca-se o papel dessas instituições no sentido de lançar mão de ações e recursos para implementação de estratégias e programas atinentes à permanência e ao êxito estudantil. Sobretudo, alusivas ao Plano de Permanência e Êxito "nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, considerando os aspectos educacionais e psicossociais do estudante" (CONIF, 2018, p. 17).

Dessa forma, os Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos estudantes constituíram-se como uma resposta prática dada pela SETEC/MEC ao TCU, ao trazer propostas de ações, diferentemente, de outros movimentos institucionais dos IFs, que apenas questionavam o problema da evasão escolar. Sendo, assim, instituídos por meio da Nota Informativa n° 138/2015, que apresentou "uma ordenação de conceitos legais e técnicos" e orientou a metodologia a ser seguida, e com apoio do Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, que além de apontar para a promoção de ações mais efetivas, também ratifica a necessidade de estudos com essa temática (SUSKI et al., 2021, p. 32).

De acordo com Neto (2019, p. 08), a referida nota elenca as cinco fases que os IFs deveriam percorrer para a construção de seus planos estratégicos, respeitando a seguinte sequência cronológica: 1) "elaboração de uma comissão interna de cada instituição – e dos respectivos *campi* – composta de gestores, coordenadores, professores e equipe técnico-pedagógica"; 2) "a elaboração do diagnóstico quantitativo", sob três fórmulas simples de cálculo para as taxas de conclusão, retenção e evasão, onde "o número que se quer encontrar é igual ao número de alunos concluídos, retidos ou evadidos, sobre matrículas atendidas multiplicados por 100"; 3) "a elaboração de um diagnóstico qualitativo", resultante da coleta dos principais motivos de evasão por meio de formulários; 4) elaboração da proposta de um plano estratégico de ações de permanência e êxito pela comissão interna, considerando os dados dos diagnósticos de cada curso; 5) "a criação de mecanismos e momentos de monitoramento e avaliação das ações de intervenção implementadas para acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados".

Ainda segundo o mesmo autor, a Nota Informativa 138/2015 fez com que os planos estratégicos seguissem um mesmo padrão, ou seja, estruturassem-se a partir de elementos semelhantes, ao contemplar a apresentação institucional e a justificativa do projeto, logo no início, a base conceitual sobre evasão escolar e a legislação pertinente acompanhando o debate, na sequência, e o diagnóstico, com base nos "dados quantitativos e dados qualitativos de alunos, técnicos administrativos em

educação e professores, divididos por etapas (EJA, Ensino Médio integrado, licenciaturas e bacharelados) e por cada *campus* da instituição" (NETO, 2019, p. 10).

De acordo com Suski et al (2021, p. 34), a implementação dos planos estratégicos constituiu-se "um avanço quanto ao reconhecimento e encaminhamentos" para tratar da evasão escolar. Na medida em que aponta para "a importância, a urgência e pertinência do desenvolvimento de ações efetivas – passíveis de acompanhamento – que garantissem no âmbito nacional – por meio de ações piloto possibilidades de solução ou, quanto muito à mitigação" dos elevados índices de evasão/abandono escolar e possibilitar "novas inserções pautadas em diálogos, experiências e abordagens junto à realidade local de cada uma das unidades institucionais envolvidas". Permitindo que não mais perpetue o escamoteamento da produção centenária do chamado "fracasso escolar" (PATTO, 1990).

Para tanto, entende-se que se faz necessária a participação de todos os envolvidos no processo educativo, bem como a contínua avaliação e o acompanhamento das ações de permanência escolar e os debates institucionais sobre essa temática (ZANIN, 2019). Uma vez que os IFs têm o compromisso com a função social de promover educação considerando a garantia desse direito com a preocupação no sucesso estudantil. Mas para isso, "não basta admitir a educação como direito fundamental. É necessário concretizar e prover ações que permitam a garantia desse direito" (BRASIL, 2014, p. 15).

Diante disso, é necessário que os IFs percebam os elementos da sua nova institucionalidade e os seus sujeitos mantenham constantemente o questionamento: "Para quem essas instituições foram criadas?" (CIAVATTA, 2010, p. 159); "Qual o sentido desta invenção de instituição? É esta instituição um modelo original para enfrentar a falência do ensino médio ou apenas segue a cartilha das agências multilaterais, sob o simulacro da nova institucionalidade?" (CONDE et al., 2016, p. 9); "Por que, apesar dessa proposta pedagógica inovadora, ainda há, dez anos depois, uma evasão tão alta nos Institutos Federais?" (NETO, 2019, p. 09). Expondo a importância de a comunidade acadêmica refletir sobre as intenções da Educação Profissional e Tecnológica e como 29 alcançá-las, já que "as perdas de estudantes

que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos", ou seja, "a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico" (SILVA FILHO et al., 2007, p. 642).

4.1.1 O IFFAR E O SEU PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

O Instituto Federal Farroupilha – IFFar, autarquia da Rede Federal de Educação Profissional, instituído também pela Lei Federal n° 11.892, por intermédio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Ensino de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto é composto atualmente por uma Reitoria, 10 *Campus* e 01 *Campus* Avançado (IFFar, 2022). Assim como os outros IFs e demais componentes da Rede, está condicionado às diretrizes centrais da SETEC, contudo, por sua natureza jurídica detém de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, contendo como órgão deliberativo, o Conselho Superior – CONSUP.

Para Jardim (2018, p.12), o IFFar é "um espaço ímpar de oportunidades educacionais, seja pela possibilidade de profissionalização qualificada, seja pela perspectiva de elevação da escolaridade", princípios da inclusão, da interiorização e da educação integral, humanizadora e emancipatória, concretizados pela ampla oferta de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, e pela sua consolidação como uma instituição de referência na educação profissional e tecnológica, nessa última década.

Para tal, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 – 2026 atenta, de forma constante, para algumas ações e estratégias referentes ao cumprimento dos objetivos, princípios e das finalidades dos IFs, sobretudo, com relação à ampliação do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes. Uma vez que a maioria dos estudantes ingressantes nos cursos ofertados pelos IFFar é oriunda da classe trabalhadora, tendo como base familiar, pais com baixa escolaridade –

normalmente ensino fundamental incompleto – e com baixa renda – até 1,5 salário-mínimo (SILVEIRA, 2017).

Tendo por base esse perfil de estudantes, é possível sinalizar para o fato de o IFFar estar, constantemente, almejando cumprir a sua função na superação da dualidade educacional e social, quando se trata da oferta de educação básica, integrada, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada para a classe trabalhadora, sob a concepção de formar pessoas capazes “de pensar, de estudar, de dirigir ou controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2001, p. 49). E, ao mesmo tempo, tem se configurado como um espaço de inserção político-social e cultural, na busca da efetiva universalização e relação entre a educação básica e a formação técnico-profissional. Na medida em que existe uma relação entre “a universalização da educação e a universalização do trabalho, como uma atividade humana auto satisfatória. De fato, nem uma das duas é viável sem a outra”, conforme aponta Mészáros (2007, p. 125).

Nessa direção, Frigotto (2018, p. 148) destaca que um dos pontos positivos da criação, expansão e interiorização dos IFs foi a “inclusão de milhares de jovens nessas instituições”, ressaltando o acesso e inclusão “de quilombolas, índios e alunos provenientes de extratos populares que jamais teriam ingressado num ensino médio de qualidade e possibilidade de ensino superior”.

Para tal, o IFFar deve preocupar-se com a elaboração de ações institucionais, principalmente, as de assistência estudantil, sobretudo, aquelas voltadas ao acesso, a permanência e ao êxito dos jovens da classe trabalhadora, já que, ações como alimentação gratuita, moradia estudantil, apoio didático-pedagógico, auxílios financeiros, atendimento psicossocial, promoção da cultura, do esporte e do lazer e atendimento dos profissionais da saúde podem reduzir os índices de retenção e evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes (SILVEIRA, 2017).

No rol da política institucional referente à assistência dos estudantes, o IFFar, seguindo as orientações da SETEC no sentido da implantação de plano estratégico para o enfrentamento aos altos percentuais de evasão escolar, apontados pelo

Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº 506/2013, possui atualmente o Programa Permanência e Êxito (PPE), instituído em 2014, por meio da Resolução CONSUP nº 178/2014. À época, foi o pioneiro na RFEPT a implementar programa institucional dessa natureza.

O documento basilar do PPE apresenta como objetivo geral "consolidar a excelência da oferta da EPT de qualidade e promover ações para a permanência e êxito dos estudantes no IF Farroupilha", incluindo os objetivos específicos, sua justificativa, seguidos de um plano de ações que contempla estratégias de intervenção nos fatores que levam à evasão e retenção escolar.

A partir das orientações da SETEC, sistematicamente o IFFar organizou as equipes de servidores em Comissões Central e Locais, via portarias específicas, consumando de forma articulada e conjunta um documento que fora submetido e aprovado pelas instâncias superiores, mais precisamente o Conselho Superior, se o órgão deliberativo, conforme resolução mencionada acima, passando então, à fase de implementação das ações nos *Campi.*

Passados alguns anos aprovação do PPE e aplicação de algumas das ações propostas inicialmente, vê-se que, por conta das diretrizes da época, encaminhadas pela SETEC e por se trata de atendimento de ordem de órgão superior, algumas possibilidades elencadas sequer foram aproveitadas, tornando-se o PPE, de certo modo, mais uma formalidade que propriamente um plano ou programa de intervenção com resultados. Vê-se que o caminho foi sinuoso, já que se trata de instituição nova que demanda de várias construções e adaptações e que o IFFar, ao longo do período buscou por algumas melhorias e atualizações no programa, mas ainda restam algumas indagações, como: será que as causas ou fatores que levam à evasão e retenção permanecem os mesmos?; em caso negativo, quais os novos?; a partir desses novos quais as ações para mitigá-los ou superá-los? Será que, passados alguns anos, não há necessidade de se focar mais em permanência e êxito do que propriamente evasão e retenção?

Especialmente sobre o percurso do PPE, há que se considerar também, as situações adversas e totalmente inesperadas que se apresentam, considerando que,

ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, passamos por um momento de pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), que, diga-se de passagem, alterou por completo as todas as metodologias de ensino e de administração, de todas as instituições escolares do país e do mundo, passando-se do tradicional ensino presencial, para o ensino remoto, predominantemente.

Registra-se que durante o período de ensino remoto várias foram as alternativas elaboradas para a manutenção do ensino-aprendizagem, visto que acesso, permanência e o êxito dos estudantes foram impactados diretamente, inicialmente pela distância física entre estudantes e professores, seguida pelas metodologias de contato e ensino possíveis, que tiveram que se adaptar abruptamente conforme o avanço da doença, além, é claro, das inúmeras incertezas que o período nos apresentou.

Nessa perspectiva, concorda-se com Dussel (2020, p. 01), quando chama atenção para os efeitos da "domestização" das escolas, junto com as desigualdades pré-existentes, uma vez que essas "mudanças introduzem numerosas tensões difíceis de resolver, e permitem ver a relevância da estrutura material e simbólica da escola para produzir um *espaço outro* que dê lugar a uma autonomia intelectual e afetiva".

Diante do cenário pandêmico, o IFFar, assim como as demais instituições de ensino, necessitou "repensar sua forma de relação com a sociedade e a cultura escolar" e buscar um outro modelo de organização didático-pedagógica, em razão dos "vários limites e situações não previstos na legislação" (IFC, 2020, p. 03). Uma vez que também precisava manter "um elo entre a rotina de isolamento e a continuidade do ensino", já que a indefinição do rumo do ensino poderia acarretar ao abandono e o aumento da evasão escolar, além de retrocessos no processo de aprendizagem (SANTOS; ZABOROSKI; 2020, p. 41).

A partir disso, adotou-se no IFFar as atividades não presenciais com mediação tecnológica ou não – o ensino remoto, como alternativa à manutenção das atividades escolares e a preservação do direito à educação, em conformidade com a Portaria nº 313/2020, do MEC, além de outras ações institucionais, no sentido de garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente, àqueles em

condições socioeconômicas desfavoráveis, agravadas pela Covid-19, e também, manter o seu papel diante da formação integral do jovem em uma perspectiva emancipadora, e sua função social.

Considerando a situação imposta, o processo de seleção dos estudantes para o ingresso passou a ser remoto, ou seja, todas as suas etapas, desde a inscrição até a divulgação do resultado, utilizaram como base de publicações, o sítio institucional, adotando-se durante o período, o sorteio entre os inscritos, como critério de seleção, já que todas as atividades presenciais, incluindo a aplicação de provas escritas, tidas até então como padrão de seleção, ficaram inviabilizadas.

Além das mudanças com relação ao ingresso de estudantes, merece destaque no IFFar, as políticas institucionais voltadas à permanência, com vistas à continuidade das atividades acadêmicas e o desenvolvimento dos estudantes em seu percurso formativo. Dentre essas, a Política de Assistência Estudantil (PAE), vem também, legitimando ações de promoção do acesso, da permanência e da conclusão do curso, por meio de suporte e apoio necessários à participação e acompanhamento das atividades escolares, especialmente, aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômicas.

No entanto, o contexto da pandemia impôs adaptações no formato das ações da PAE, em substituição as já instituídas, como forma de minimizar os impactos do distanciamento social, com o consequente afastamento dos estudantes do ambiente escolar. Para tal, o IFFar em caráter de urgência, transformou suas tradicionais ações presencias da Assistência Estudantil em novas possibilidades, oportunizando aos estudantes o acesso a *kits* de alimentos, auxílio emergencial, auxílio inclusão digital e auxílio “Alunos Conectados”, sendo este último instituído no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e da Rede Nacional de Pesquisas (RNP) (IFFAR, 2020).

Várias foram as transformações na educação, assim como em outros setores, durante o período pandêmico, e, certamente “as desigualdades educacionais se evidenciaram”, imprimindo impactos ainda desconhecidos no “desenvolvimento da aprendizagem de vários alunos, particularmente, da rede pública de ensino” (ARAUJO e LIMA, 2021, p. 71). Diante disso, retomar e reorganizar as ações institucionais que

visem às melhores condições de acesso, de permanência e de êxito aos estudantes é, minimamente, fundamental.

Em se tratando de revisão e atualização do PPE, o IFFar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2019-2026), estabeleceu o Objetivo Estratégico 7: Promover a permanência e êxito dos alunos", contemplando 16 metas, dentre estas, 15 dizem respeito à redução dos índices de evasão e retenção por modalidade de curso e, para tanto, a utilização de 9 ações pontuais, com destaque para as duas primeiras que se referem especificamente ao PPE. Além disso, há previsão na meta 16 de "realizar as ações de assistência e inclusão necessárias à permanência de 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até 2026" (IFFar, 2019, p. 41).

Nota-se que há preocupação Institucional acerca da evasão e retenção, tanto que tratou de incluir em seu planejamento de médio e longo prazo, objetivos e ações para seu tratamento, inclusive com o estabelecimento de metas para cada indicador (evasão e retenção).

Além dos objetivos institucionais elencados, referencia-se o que estabelece a Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE), mais especificamente a previsão das metas 11 e 12, pois tratam das intenções de melhoria para os cursos de educação técnica profissional e cursos de graduação, sendo esses também, os ofertados pelos IFs. O PNE em sua meta 11, sobre os cursos técnicos de nível médio estipula a elevação da "taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento)" e, da mesma forma, na meta 12, elevar para 90% (noventa por cento), taxa de conclusão média dos cursos de graduação (BRASIL, 2014).

No que tange ao monitoramento de alguns indicadores de gestão da EPT, organizados pela SETEC-MEC em conjunto com os órgãos de controle, foi implementada em 2017, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que apresenta informações públicas e sistematizadas sobre as unidades que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, seus cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros (BRASIL, 2018). Para tanto, esta pode ser

uma ferramenta útil, se for devidamente alimentada e atualizada, suprindo, assim, a carência de banco de dados sistematizados e mais completo da RFEPT, até então evidenciada como uma das grandes dificuldades ao se pesquisar abandono na Educação Profissional (COELHO, 2014; PAIXÃO; DORE; MARGIOTTA, 2012; DORE; SALES; CASTRO, 2014; TCU, 2013).

A PNP possibilita a extração de dados gerais da Rede Federal de Educação, de cada Instituição que a compõe, particularmente, incluindo dados específicos de certa Unidade dessas. Como exemplo disso, apresentamos no quadro abaixo, os dados de eficiência acadêmica e taxa de evasão do IFFar, no período de 2017, implantação da plataforma, até o ano de 2022, últimos dados tabulados pelo sistema.

Quadro 1 - Dados de eficiência acadêmica e taxa de evasão do IFFar, no período de 2017 a 2022.

Indicador/Ano Base	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Eficiência Acadêmica	44,10%	49,30%	74,70%	53,00%	48,60%	66,50%
Taxa de Evasão	19,12%	13,40%	16,80%	21,33%	15,82%	21,47%

Fonte: PNP, abr./23

Da extração acima, nota-se que, em termos de eficiência acadêmica a Instituição apresentou índices crescentes até o ano de 2019, o que podemos inferir que seguiu corretamente seus preceitos e obrigações, em termos de oferta de ensino público, mas já em 2020 e 2021 apresentou decréscimo, bem provável que impactados pela pandemia de COVID-19. Já no que tange à taxa de evasão apresentou alternância de percentuais, ora em decréscimo, ora em crescente levemente acentuada, como se verifica entre os períodos de 2017 e 2018, seguidos dos anos de 2021 e 2022, respectivamente. Possivelmente no período de 2020 até 2022 haja reflexos que podem ser atribuídos ao desenvolvimento de atividades remotas, referido anteriormente.

Alinhado à Plataforma Nilo Peçanha e servindo como banco de dados, encontra-se o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), como “mecanismo de registro e divulgação dos dados da

educação profissional e tecnológica e de validação de diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio", instituído, por meio da Resolução SETEC nº 03/2009 (ZANIN, 2019, p. 105). Com essas duas ferramentas de acesso aos índices de abandono da Rede Federal, Dore, Sales e Castro (2014, p. 410) apontam que, por contemplarem as estatísticas de abandono e conclusão servem "para determinar se o problema está melhorando ou piorando e quais alunos e escolas estão se saindo melhor ou pior".

Além dessas possibilidades de acompanhamento de dados quantitativos da EPT, o IFFar implantou em 2014 seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), que contempla todos os dados educacionais, incluindo registros da gestão administrativa, tornando-se, assim, mais uma ferramenta que pode ser utilizada conjuntamente ou complementarmente às demais, principalmente, pelo fato das duas primeiras consolidarem dados em períodos anuais bem específicos, diferentemente do SIG que oportuniza a extração de dados a qualquer tempo e mais reais da Instituição.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS: ACOMPANHAMENETO E AVALIAÇÃO

As políticas públicas podem ser definidas como estratégias de ação implementadas pelo Estado, a fim de atender ao interesse público. Nessa linha, Vargas Velásquez (2001) expõe que a política pública é a concretização do Estado em ação e representa o movimento entre o Estado, a sociedade e seus problemas, firmada por leis e regulamentos e operacionalizada por intermédio de programas ou projetos.

Para Cavalcanti (2007, p. 75), os programas "resultam de um processo de planejamento, mediante um ciclo que é denominado de ciclo de intervenção social, e constituído das etapas de formulação, implementação e avaliação, onde cada etapa é constituída por "várias atividades e aspectos que podem ser avaliados de modo independe ou conjunto".

Nesse cenário, situa-se as políticas de apoio à permanência escolar brasileira, que são definidas a partir de conceitos de progressão automática entre as séries e de assistência financeira, dentre as principais estão: o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (ZANIN, 2019). Sobre o programa Bolsa Família, Dore e Luscher (2011, p. 780) ponderam que contribuí "tanto para universalizar o acesso ao ensino fundamental como para conter a evasão estudantil". E, Santos (2016) e Silva e Passos (2018) também apontam avanços em relação à permanência dos estudantes que recebem o benefício.

Com relação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.234/2010, busca subsidiar as ações de assistência estudantil que são executadas por instituições federais de ensino superior, inclusive os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devido às suas especificidades, tendo como objetivos:

> I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Para Vasconcelos (2010, p. 614), o PNAES representou um marco histórico nas políticas públicas de assistência estudantil, pois:

> foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência de insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional (VASCONCELOS, 2010, p. 614).

Porém, o PNAES situa-se numa forte tendência para as ações de transferência de renda de caráter assistencialista e focal, ou seja, a "bolsificação" aos usuários, ao invés de proporcionar estruturas adequadas para prestação dos serviços sociais, já que se vincula às políticas neoliberais (COELHO, 2014; DAROS, 2016; SOUZA, 2017; SPRICIGO; SILVA, 2016).

No tocante às políticas públicas existe uma cobrança e um controle da sociedade com relação às suas implementações, na medida em que se espera uma eficácia no que diz respeito ao alcance dos seus objetivos; uma eficiência em relação ao uso dos recursos econômicos e administrativos, e uma efetividade diante de seus impactos sociais (JANNUZZI, 2016).

Para tal, a avaliação das políticas públicas torna-se peça-chave para a administração e gestão, pois permite guiar a tomada de futuras decisões referentes à sua continuidade, necessidade de correções ou até mesmo suspensão. Por isso, avaliação passa a ter uma "relevância (e.g., social, política, cultural, económica) incontornável, podendo estar associada à transformação, à melhoria, à transparência, à inovação e, em geral, ao desenvolvimento de programas públicos", por meio da revelação do que funciona, como funciona e porque funciona, ou seja, de um *feedback* (FERNANDEZ, 2011, p. 186).

De acordo com Bauer, Fernandes e Gimenes (2019, p. 07), a avaliação de políticas públicas, consequentemente, de programas educacionais é "uma atividade inerente ao processo de elaboração, implementação e acompanhamento", constituindo-se "uma ferramenta essencial à apreciação dos resultados obtidos, ao fomento e à retroalimentação do planejamento, à redefinição de rumos e ao aprimoramento de ações, estratégias e recursos".

Porém, Boschetti (2009) chama atenção para o fato de que a avaliação de programas educacionais deve também considerar a totalidade e dinamicidade da realidade, ou seja, o contexto, na medida em que, tanto as políticas públicas quanto os projetos públicos devem universalizar os direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.

Para isso, a avaliação adota como referência alguns critérios de classificação e estabelece, simultaneamente, algumas alternativas. Esses critérios subdividem-se em: função da avaliação (para que se avalia?); momento em que se avalia (quando se avalia?); aspectos ou atividades que serão avaliados (o que se avalia?); e posição do avaliador (quem avalia?), segundo Cavalcanti (2007).

Mais especificamente, a avaliação quanto a sua função pode ser classificada como formativa e somativa. A avaliação somativa tem como objetivo “julgar o mérito do programa e comprovar os seus resultados finais”, onde o seu resultado “se converte no principal indicador da eficácia do programa” (CAVALCANTI, 2007, p. 79).

Já segundo Raupp e Reichle (2003, p. 30), a avaliação formativa, afere se as “atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com o planejado, documenta como estão ocorrendo, aponta sucessos e fracassos, identifica áreas problemáticas e faz recomendações que possam tornar o programa ou projeto mais eficiente”. Essa avaliação acaba gerando um “*feedback* para aqueles que então envolvidos efetivamente com a implementação do programa” (CAVALCANTI, 2007, p. 78).

Além disso, a avaliação formativa pode ser realizada por meio da avaliação *ex-ante,* que ocorre antes do início da execução do programa, a fim de averiguar as reais possibilidades de sua execução durante a fase de elaboração e planejamento de suas atividades, ou pela avaliação de processo, que ocorre durante o processo de implementação, buscando “produzir informações para as modificações e correções que permitam melhorar e otimizar o funcionamento e consequentemente os seus resultados”, ainda em Cavalcanti (2007, p. 87).

De todo modo, esse tipo de avaliação está atrelado à preocupação de se responder questões como: “O programa concretiza seus objetivos? Quão adequada é essa realização? Se não está adequado, que aspectos podem/devem ser aprimorados?”, contribuindo para o aperfeiçoamento dos programas, a partir de um “ajuizamento de valor sobre a proposta, os processos, os custos, os resultados ou impactos” (BAUER; FERNANDES; GIMENES, 2019, p. 07).

Para tal, faz-se necessário estabelecer, explicitamente, os objetivos, as ações, as estratégias, as metas e seus resultados, pois esse é “o ponto de partida para que o processo avaliativo possa ser realizado, uma vez que desta forma se garantiria clareza sobre o que se pretende ao se realizar uma avaliação” (CAVALCANTI, 2007, p. 75).

Nesse sentido, Rodrigues (2019, p. 36) pontua três fatores básicos para consistência do enfoque da avaliação, esses são: definições operacionais claras dos

objetivos do programa; especificação dos critérios de sucesso; e medida de aferição do sucesso, o que permite estabelecer um modelo de ação e de mudança que subjazem ao desenho e às ações de planejamento e implementação dos programas educacionais.

5 METODOLOGIA

Esta seção descreve as escolhas e técnicas metodológicas utilizadas para a realização da pesquisa, as quais foram necessárias na obtenção das respostas aos questionamentos e ao objetivo proposto: analisar as ações do Programa de Permanência e Êxito do IFFar, com enfoque à sua construção e implementação. Isto é, apresenta o percurso metodológico, desde a coleta até a transformação dos dados em resultados, evidenciados, nos manuscritos I e II.

Dessa forma, para compreender o fenômeno – PPE como um todo e diante da sua complexidade, o presente estudo adota a pesquisa qualitativa, mas com complementariedade da pesquisa quantitativa, uma vez que a compreensão completa dessa realidade requer uma junção entre os seus números e significados, onde esse diálogo pode produzir resultados profundos (SANTOS et.al, 2018).

Nessa direção, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental, realizada entre os anos de 2021 e 2023 e tendo como lócus o IFFar, já que busca “informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico”, ou seja, procura identificar informações factuais em fontes primárias sem trato analítico (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Assim, tem-se como razão principal para essa escolha o fato da pesquisa documental “partir de dados passados, fazer algumas inferências para o futuro e, mais, a importância de se compreender os seus antecedentes numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Permitindo, além da produção de novos conhecimentos, a criação de “novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 13).

Além disso, Guba e Lincoln (1987) expõem vantagens com o uso dos documentos na pesquisa e na avaliação educacional, em razão de constituírem-se uma fonte estável, rica, poderosa, natural e não-reativa de baixo custo, o que faz dos documentos uma fonte repleta de informações sobre a natureza do contexto, independente e que requer apenas o investimento de tempo e atenção.

May (2004) coloca que os documentos, na sua diversidade, recuperam momentos históricos, espaços e relações sociais, situando os eventos em seu tempo e contexto, o que justifica o seu uso como objeto de investigação, devido a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar.

Para melhor visualização das etapas metodológicas seguidas, segue quadro abaixo:

Quadro 2 - Etapas Metodológicas

Resultados	Fontes	Tipos de Dados	Instrumentos de Coleta	Técnicas de Análise
Manuscrito I	IFs - PPEs	Qualitativo e quantitativo	Documentos Institucionais	Documental e Estatística Descritiva
Manuscrito II	IFFar	Qualitativos	Documentos Institucionais	Conteúdo

Fonte: autores (2023)

Em relação à primeira etapa do estudo, que originou o primeiro manuscrito, a coleta de dados foi realizada por intermédio da consulta de documentos do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas ao conhecimento das orientações e dos fluxos a serem seguidos pelos IFs, na elaboração de seus Planos Estratégicos para mitigação das causas de evasão e retenção escolar. Além desses, consultamos e analisamos cada um dos Planos Estratégicos elaborados e disponibilizados por cada Instituto Federal. O acesso aos documentos ocorreu por meio eletrônico, com consulta aos sítios institucionais de todos os órgãos mencionados.

Como primeira etapa da análise documental seguirá as cinco dimensões apresentadas por Cellard (2008) sobre a avaliação preliminar dos documentos escolhidos. Essa constitui-se em detalhar o contexto, os autores, os interesses, a confiabilidade, a natureza, os conceitos-chaves e a lógica interna do texto, estruturando um primeiro contato de forma sistematizada.

Para análise dos dados coletados nos planos estratégicos, buscou-se investigar e aproximar os mesmos via identificação objetiva das ações contidas em

cada documento, seguindo-se de análises quantitativas, conforme define Moreira (2011). Para a sistematização dos dados dos Planos utilizou-se da matriz analítica, adaptada de Minuzzi e Coutinho (2020), que nos permitiu organizar os conteúdos, partindo-se de uma planilha do *Microsoft Excel*™ com dados empíricos, até o delineamento apresentado no manuscrito.

Para a sequência da pesquisa, no intuito de acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, bem como propiciar a construção do segundo manuscrito, utilizar-se-á os seguintes documentos institucionais do IFFar: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Programa Permanência e Êxito (PPE), Documentos de Gestão e Relatórios Sistêmicos da Pró-Reitoria de Ensino. Com o uso desses documentos compreende-se que é possível constituir um *corpus* satisfatório, pois esgota-se "todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes" (CELLARD, 2008, p. 298).

O PDI é o documento norteador das ações institucionais, contemplando as metas, objetivos e planejamento de médio e longo prazo a fim de consolidação da missão do Instituto. O documento aborda sobre o projeto pedagógico institucional, a oferta dos cursos, seleção e ingresso de estudantes, políticas de assistência estudantil, sendo seu acompanhamento e avaliação efetivados por uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

O PPE foi instituído pela Resolução CONSUP nº 178/2014, a qual apresenta, objetivos específicos, diagnóstico, metodologias de execução e plano de ações, com dados a partir do ano de 2014, acerca da necessidade institucional de minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar.

Já os Documentos de Gestão e Relatórios Sistêmicos apresentam os dados institucionais de gestão com o propósito de encaminhamentos de trâmites e de prestações de contas interna e externa, incluindo o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pelas diferentes áreas da instituição - ensino, pesquisa, extensão e administração - para fins de aferição da eficiência institucional e sua transparência.

Realizada essa seleção preliminar dos documentos, adotou-se para análise dos dados: a Análise de Conteúdo. Esta trata de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47). Para isso, a Análise de Conteúdo segue as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Ainda, como resultados da presente pesquisa, foi elaborado como produto educacional, um Guia de possibilidades para a atualização, monitoramento e avaliação do PPE do IFFar, que contemple as considerações finais deste trabalho de pesquisa, incluindo-se a proposição de mecanismos e/ou ferramentas para o monitoramento e avaliação das ações contidas no programa.

6 RESULTADOS

Como forma de estruturação dos resultados da presente pesquisa optou-se pela disposição em manuscritos e produto educacional. Dessa forma, apresenta-se, como resultados, os manuscritos 1 e 2.

6.1 MANUSCRITO 1

Situação: em construção

PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: HISTÓRICO E AÇÕES A PARTIR DOS PLANOS ESTRATÉGICOS

RESUMO: No cenário educacional a evasão e retenção escolar são temas recorrentes e seus enfretamentos estão presentes rotineiramente. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a situação não é diferente. Nesse sentido, o presente estudo, que é parte dos resultados de pesquisa maior, versa sobre a elaboração, pelos Institutos Federais de Educação (IFs), dos planos estratégicos para superação e mitigação das causas da evasão e retenção escolar no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional (RFEPT). Busca-se uma apresentação geral dos planos estratégicos, elaborados pela maioria dos IFs, contemplando os caminhos seguidos, as ações propostas, incluindo alguns comparativos entre os planos ao longo da discussão, com base na análise documental de cada Instituição. Para a coleta de dados, que ocorreu entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, realizou-se a pesquisa virtual dos documentos institucionais nos sites de cada um dos 38 Institutos Federais. Utilizou-se para apresentação dos dados, a matriz analítica, adaptada de Minuzzi e Coutinho, 2020. Como resultados podemos evidenciar que os planos seguiram a mesma lógica de organização, conforme orientados pela SETEC, e que contemplaram um número de ações elevados e, praticamente, inexequíveis.

Palavras-chave: Permanência e Êxito. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Planos Estratégicos.

INTRODUÇÃO

O complexo e desafiador problema da evasão escolar vem sendo enfrentado no país de forma geral em todos os níveis de ensino, ao longo da história da educação, nas palavras de Wentz e Zanelatto (2018):

> A evasão escolar é um fenômeno que acomete os estudantes de todos os níveis educacionais, inclusive no Ensino Técnico, [...]. A evasão escolar consiste na perda dos estudantes que iniciam seus cursos, mas que, por um motivo ou outro, não os concluem. Evasão significa desistência por algum motivo, exceto a diplomação, sendo essa caracterizada por ser um processo de exclusão, determinado por fatores e variáveis intrínsecas ou extrínsecas nas instituições de ensino (WENTZ; ZANELATTO, 2018, p. 120).

Para esse enfrentamento algumas metodologias e estratégias vêm sendo estudadas e experimentadas, como forma, principalmente, de redução dos índices de evasão e retenção, com vistas ao alcance do maior número de estudantes nos bancos escolares, conforme Siebert et al. (2021).

> A evasão escolar tem sido um problema muito frequente, enfrentado pelas instituições escolares brasileiras, em todos os níveis de ensino. Por isso seu combate só pode ser possível a partir da aplicação de políticas públicas educacionais eficientes, a fim de que a democratização do acesso ao ensino ocorra e que o Estado possa cumprir, de fato, o que garante a Constituição Brasileira em seu artigo 205 (SIEBERT et al., 2021, p. 196).

Nesse mesmo sentido, para Lambiase e Conceição (2021), a evasão “é um acontecimento de intensa complexidade e é tema de estudos que indicam a existência de um elevado índice”, e requer uma atenção especial das instituições ofertantes, mas, acima de tudo, do poder público, em âmbito federal, que é o responsável pelas diretrizes nacionais.

A evasão escolar, entendida por muitos como problema em âmbito educacional, apresenta-se como um problema social, que deve ser enfrentado amplamente, pois quando consumada impacta diretamente nas instituições escolares, haja vista a redução de sua eficiência e descrédito, muitas vezes - associados a fatores internos da instituição, bem como na sociedade de forma geral, já que a baixa

escolaridade, levará à informalidade ou desocupação laboral, com possível dependência econômica estatal.

Nessa direção, Temp e Coutinho (2020, p. 5) explicam que identificar os fatores e consequências da evasão, não resultará em solução definitiva ao problema e que esses “são temas polêmicos que preocupam a sociedade em geral e, especialmente, aqueles envolvidos diretamente no processo educativo.”

Um dos fatores fortemente relacionados à evasão escolar é a necessidade precoce dos jovens de acessarem ao mercado de trabalho, como forma de complementação de renda familiar, impossibilitando muitas vezes na conciliação estudo x trabalho (FRITSCH; VITELLI, 2016).

Corroboram com esse entendimento Guimarães e Leite (2016), pois entendem que a busca prematura pela inserção no mercado de trabalho, asseverada por fatores socioeconômicos, contribui para o abandono escolar.

> A situação social desses estudantes é grave, pois se evadem na busca pela inserção prematura no mercado de trabalho, em ocupações que exigem baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, ficando sujeitos a uma remuneração inferior devido à interrupção da escolaridade (GUIMARÃES; LEITE, 2016, p. 42).

Neri (2009), aponta que as regiões com maiores oportunidades no campo laborativo são as que mais atraem os jovens rumo à evasão, conforme sua pesquisa acerca do tema, com foco nas motivações de estudantes de 15 a 17 anos de idade, abandonarem os bancos escolares.

> A combinação da demanda agregada de trabalho – captada por anos de aquecimento da demanda ou metrópoles mais ricas – com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda – filhos de mães sem instrução ou de pais que perdem o emprego – gera as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta à oportunidade de trabalho com a carência de renda (NERI, 2009, p. 57).

Para Detregiachi Filho (2012), estudioso do tema evasão escolar na educação tecnológica pública, ofertada no Estado de São Paulo, quando os estudantes atingem níveis mais elevados de qualificação deparam-se com dois grandes desafios, quais

sejam, as deficiências de aprendizado na educação básica e a necessidade de conciliação escola e trabalho.

> ...ao alcançarem esse novo patamar em sua trajetória de qualificação profissional, os alunos se deparam com dificuldades de ordem estrutural do sistema, ou seja, a deficiência na educação básica, além das dificuldades históricas inerentes à educação profissional, como a dupla jornada – estudo e trabalho – dificultando ao máximo o desenvolvimento de atividades acadêmicas necessárias (DETREGIACHI FILHO, 2012, p. 130).

Atrelado a isso, vê-se que a transposição entre os níveis de ensino, principalmente do ensino básico para o ensino médio, impacta diretamente na vida do estudante, que se desvincula "sem perceber" da rotina "cômoda", até então vivenciada, e passa a uma nova realidade, ainda que de continuidade escolar, mas que se apresenta, muitas vezes, como incerta e que assusta.

Essa nova realidade do estudante por vezes torna-se dolorosa, haja vista estar diante de novos desafios e escolhas, tendo que decidir qual caminho a seguir. A fase de indecisão é grande e muitos fatores podem interferir, sendo que, para tanto, a preparação escolar anterior e o amparo da família, são fundamentais neste processo, no sentido de incentivo à permanência no ambiente escolar e ação preventiva à evasão (SACRAMENTO; ALBUQUERQUE; CYPRIANO, 2021).

Nesse sentido, para Dore e Luscher (2011, p. 777), acompanhar os estudantes e identificar de forma antecipada os que têm propensão a evadir é o "encaminhamento mais adequado para o problema", já que visa prevenir qualquer possibilidade.

Segundo Rosa e Alves de Aquino (2019, p. 8), no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica a situação da evasão e retenção não são diferentes, sendo que ainda há dois elementos importantes que agravam a situação: "a ausência de informação e a falta de uma identidade própria do ensino técnico." Ainda, segundo os autores, o fenômeno evasão necessita ser estudado com vistas a identificação precisa, associando-se a definição clara acerca da identidade do ensino técnico que ainda se confunde entre uma formação para a vida e uma formação para o trabalho.

A partir do exposto, objetiva-se fazer uma breve apresentação dos Planos Estratégicos elaborados e implementados pelos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil, buscando-se relacionar o que fora recomendado pela SETEC e o efetivamente construído.

METODOLOGIA

Este estudo, considerando seu propósito, caracteriza-se pela abordagem quali-quantitativa e pelo viés descritivo (GIL, 2008). Trata-se ainda, de uma análise documental, cujo corpus foi constituído por documentos institucionais de constituição dos planos estratégicos para superação da evasão e retenção escolar no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, além de documentos de órgãos de controle e atos normativos relacionados.

A coleta dos dados realizou-se, em âmbito nacional, entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, com a pesquisa de documentos em meio eletrônico, junto aos sítios institucionais, do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A presente pesquisa oportunizou o resgate de alguns documentos expedidos pela SETEC/MEC e pelo TCU, no período de 2013 a 2019, bem como, o acesso aos Planos Estratégicos disponíveis nas páginas eletrônicas dos IFs. Há que se registrar que restringimos a pesquisa aos IFs, devido à especificidade na elaboração dos planos estratégicos para prevenção e mitigação à evasão escolar, seguindo-se as recomendações, à época, efetuadas pelo TCU, embora saibamos que a constituição da Rede Federal de Educação Profissional engloba mais outras instituições, como Centros Federais de Educação Tecnológicos, Escolas Técnicas vinculadas à Universidades, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II.

O presente trabalho contou ainda, com pesquisa bibliográfica para sua fundamentação e orientação, realizando-se a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de artigos de periódicos, teses e dissertações, além de livros, com disponibilização na internet, em sua maioria.

Para análise dos dados coletados, buscou-se investigar e aproximar os planos mediante a identificação objetiva das ações contidas em cada documento, seguindo-

se de análises quantitativas, conforme define Moreira (2011). Além disso, a utilização da matriz analítica, adaptada de Minuzzi e Coutinho (2020), nos permitiu organizar os conteúdos dos planos, partindo-se de uma planilha do *Microsoft Excel*™ com dados brutos, até o delineamento, conforme figura 1.

Entende-se por matriz analítica o instrumento que busca comparar diferentes indicadores (questões ou aspectos), para poder classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las, uma vez que se definem critérios permitindo comparações e similitudes.

Figura 1 - Matriz Analítica

Fonte: autores (2022)

Conforme matriz acima, organizou-se os dados de acordo com sua similaridade e aproximação, seguindo o contido em cada plano analisado. A partir disso, delineou-se as categorias, em conformidade com a proposta de Minuzzi e Coutinho (2020), sendo seus agrupamentos, explicitados ao longo dos resultados do presente trabalho.

CONTEXTOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Acórdão expedido pelo TCU, que explicitou com preocupação os índices de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, representados no quadro a seguir, trouxe uma série de recomendações acerca do problema evidenciado, com foco principal na implementação de estratégias e ações, em

conjunto com os IFs, para a mitigação ou superação dos altos índices de evasão e retenção escolar.

Quadro 3 - Os índices de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional.

Nível	Tipo de Curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Educação Básica	Técnico Integrado – idade própria	6,40%	44,42%	46,80%
	Técnico Integrado e concomitante – EJA	24,00%	37,99%	37,50%
	Técnico Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%
Educação Superior	Licenciatura	8,70%	64,53%	25,40%
	Bacharelado	4,00%	68,09%	27,50%
	Tecnólogo	5,80%	50,82%	42,70%

Fonte: TCU (2012), adaptado.

Recomendou ainda, que fosse providenciada “a inserção, nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos, de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.)”, como tentativa, talvez, de relembrar às partes acerca do compromisso já firmado (BRASIL, 2013, p. 1).

O Termo de Acordo de Metas (TAM) celebrado em 2010, entre cada um dos IFs e o MEC, que inclui os objetivos traçados e pretendidos com a expansão da oferta de EPT, estabeleceu 19 metas e compromissos. Para tanto, cada Instituto detalhou em planilha específica, alinhado com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as ações de curto prazo, a serem cumpridas até 2013, com projeções para manutenção e ampliação das mesmas, tendo como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022.

O TAM apresenta ainda, um conjunto de indicadores a fim de mensurar o atingimento dos objetivos pactuados, com destaque para as duas primeiras metas, de eficiência e de eficácia da instituição, diretamente vinculadas à evasão e retenção escolar, com inclusão a partir da recomendação do TCU, que, somados aos demais objetivos, contribuem ainda mais para a permanência e êxito no percurso formativo dos estudantes.

Ainda no ano de 2013, a SETEC/MEC, por meio da Portaria nº 39, instituiu um Grupo de Trabalho, contendo integrantes das Instituições componentes da RFEPT e da própria Secretaria, com o objetivo de sistematizar um documento norteador, com previsão de ações para o enfrentamento das causas de evasão e retenção apontadas pelo TCU.

Finalizado o trabalho do Grupo constituído pela SETEC, socializou-se com os Institutos Federais, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, já no ano de 2014, contendo conceitos, indicadores e orientações necessárias à elaboração de ações estratégicas de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção por instituição (BRASIL, 2014, p. 20).

No que concerne à evasão e retenção, depreende-se do documento orientador as seguintes conceituações: “a interrupção do aluno no ciclo do curso” e a “não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão”, respectivamente (BRASIL, 2014, p. 20). Tais conceitos foram adotados com base em estudos desenvolvidos por DORE (2013), bem como, pelo trabalho da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, desenvolvido em 1996 (BRASIL, 2014, p. 20).

De forma geral, o documento orientador apresenta a Rede Federal detalhando sua constituição, bem como a oferta de cursos (formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, educação técnica de nível médio, educação superior e pós-graduação). Na sequência, definidas as bases conceituais sobre evasão e retenção, aponta as pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema evasão, bem como, as experiências de intervenção desenvolvidas na Rede Federal e, por conseguinte, sugere uma categorização para as causas de evasão e retenção.

Nesse ponto, seguindo-se a base conceitual a partir de alguns autores, principalmente DORE (2011), incluindo os trabalhos efetivados junto às universidades brasileiras (1996), apresenta uma divisão em três principais fatores, quais sejam: individuais, internos às instituições e externos às instituições (BRASIL, 2014). Ainda que o primeiro fator apresentado diga respeito às questões peculiares aos estudantes,

há a proposição por parte da SETEC, de que se proceda intervenção, no sentido de que as instituições de ensino da rede, envidem esforços no sentido de sua mitigação.

Para Rumberger (2004), pesquisador americano sobre questões de evasão escolar, identificar as possíveis causas que levam à evasão é extremamente difícil, mas em ampla pesquisa aponta como principais causas aquelas vinculadas às perspectivas individual - o “engajamento ou pertencimento do estudante na vida escolar” e a institucional, - “composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas” (apud DORE e LÜSCHER, 2011, p. 777).

Seguindo com a sua proposição, a SETEC para atendimento das recomendações do TCU, já no ano de 2015, expediu a Nota Informativa nº 138, que objetivava a transmissão de orientações às instituições componentes da Rede Federal, no tocante à elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Além disso, apresentou, complementarmente, situações para caracterização da evasão, “tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa” (BRASIL, 2015, p. 2). Evidencia-se, ainda, que tanto o documento orientador quanto a nota informativa apresentam em suas proposições o delineamento das ações e os caminhos para os trabalhos seguintes nos IFs, a fim de implementação dos planos estratégicos.

Partindo-se da apresentação dos indicadores e percentuais de evasão, retenção e conclusão, dos conceitos padronizados e os ciclos das matrículas, incluindo as fórmulas de cálculos, os documentos passam a tratar acerca da implementação de planos estratégicos que visem a superação dos fatores que levam à evasão e retenção, com a proposta de adoção de ações administrativas e pedagógicas direcionadas em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a proposição é de que cada instituição ao elaborar seu plano seguisse, pelo menos, quatro fases: 1) constituição de comissão interna; 2) elaboração de diagnóstico quantitativo; 3) elaboração de diagnóstico qualitativo; e 4) a consolidação do plano propriamente dito. Para esta última fase do processo, o

próprio documento orientador já apresenta uma estrutura mínima para elaboração do plano, evidenciando-se o direcionamento dos trabalhos.

A Nota Informativa 138/2015 SETEC/MEC traz ainda, além das informações pertinentes acerca da elaboração dos planos estratégicos, que foi constituída uma Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal com caráter consultivo, propositivo e de assessoramento, que passará a acompanhar e monitorar das ações a serem desenvolvidas pela RFEPT (BRASIL, 2015).

Refere ainda a presente Nota, como forma de explicitar a realidade do público de estudantes da Rede, que estes, na sua maioria, são constituídos por população socioeconomicamente vulneráveis, filhos da classe trabalhadora, demandando esforços educacionais específicos, principalmente no tocante à destinação de recursos que visam a assistência estudantil para a consequente permanência e êxito nas instituições de ensino que os recebem, mas que, nem sempre as ações assistenciais são capazes, por si só, de solucionar as causas que levam à evasão.

Ressalta-se que, tanto a Nota quanto o Documento Orientador, que se repetem em muitas informações, demandam a necessidade de inclusão das metas e das ações dos planos elaborados pelos IFs, em seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e, ainda, publiquem em seus relatórios de gestão anuais, os resultados alcançados.

Extrai-se disso, uma possível tentativa do poder público de fortalecer o estabelecido nos documentos expedidos pela SETEC, firmando, reiteradamente, o compromisso com os IFs, já que tais elementos e informações estarão presentes em seus PDIs, além, é claro, de publicizar e prestar contas aos órgãos de controle e à própria sociedade, acerca do que se está efetivando em relação ao problema da evasão escolar.

Antes de adentrarmos na apresentação proposta, há que se registrar que nem todos os planos foram localizados nos sítios das instituições, seja porque ainda estão em fase de construção, ou pelo simples fato de não terem sido publicados nas páginas

eletrônicas, mas, em alguns casos, identificamos pelo menos, notícias de que existe um plano instituído ou em construção.

Dos planos acessados verificamos que eles seguem um padrão de elaboração e, de forma geral adotam o estabelecido pelos documentos expedidos pela SETEC, contendo: a identificação da instituição e seus dirigentes, os objetivos propostos e a justificativa para elaboração, a identificação da comissão interna responsável pelos trabalhos, os diagnósticos quantitativos e qualitativos. Seguindo-se, há o detalhamento dos cursos, taxas de evasão e retenção, dados de servidores, além da identificação dos principais fatores que levam à evasão em cada um dos *Campi* da instituição.

Na sequência, os Planos apresentam propostas de ações de intervenção, divididas na sua maioria em ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes; e, por último, algumas estratégias voltadas ao monitoramento e avaliação das ações.

Vê-se que de forma geral, houve engajamento dos IFs na proposta expedida pela SETEC, pois das 38 instituições, 28 elaboraram e publicizaram seus planos. Há que se considerar aqui também fortes motivos para o ocorrido, quais sejam: a ordem hierárquica da SETEC e o fato de atendimento das recomendações do órgão de controle (TCU), ao qual estão submetidos os envolvidos.

No que tange ao atendimento pelos IFs, evidencia-se que, de forma geral, a proposta surtiu o efeito esperado, contudo, propõe-se a reflexão acerca do tempo de fazer e as formas de condução, incluindo a análise acerca das ações previstas em cada plano elaborado, bem como o monitoramento e a avaliação das ações e dos planos propriamente ditos. Não se pretende aqui atribuir juízos de valor ou quaisquer julgamentos, mas apenas apresentar o que fora pesquisado, como proposta de discussão ao longo deste trabalho.

Neto (2019), em recente análise acerca dos planos estratégicos explicita a visão mecanicista e robotizada de como os processos se desencadearam até se chegar na concretude de cada plano, concluindo que “[...] os Institutos receberam as orientações do Ministério da Educação e, assim, procederam” (NETO, 2019, p. 20).

Afirma ainda, que a mera reprodução do que foi proposto pela SETEC/MEC, “acionadas de fora para dentro ou de cima para baixo”, parecem ignorar toda a complexidade e reflexão acerca do problema da evasão, quando se refere que os IFs ao executarem as 190 propostas de intervenção, alinhadas aos 110 fatores, todos contidos no documento orientador, solucionariam o problema evasão escolar. (NETO, 2019, p. 19).

Há que se mencionar que, ainda que o documento orientador tenha indicado a elaboração de um “Plano Estratégico”, vê-se que, ao longo das construções, cada instituição tratou de estabelecer a nomenclatura mais adequada ao seu diagnóstico e trabalho, sendo uma decisão institucional, mas todos culminam no tratamento das questões de evasão e retenção.

Dentre os nomes evidenciados, destacamos: Plano ou Plano Estratégico, Planejamento Estratégico e Programa ou Programa Estratégico.

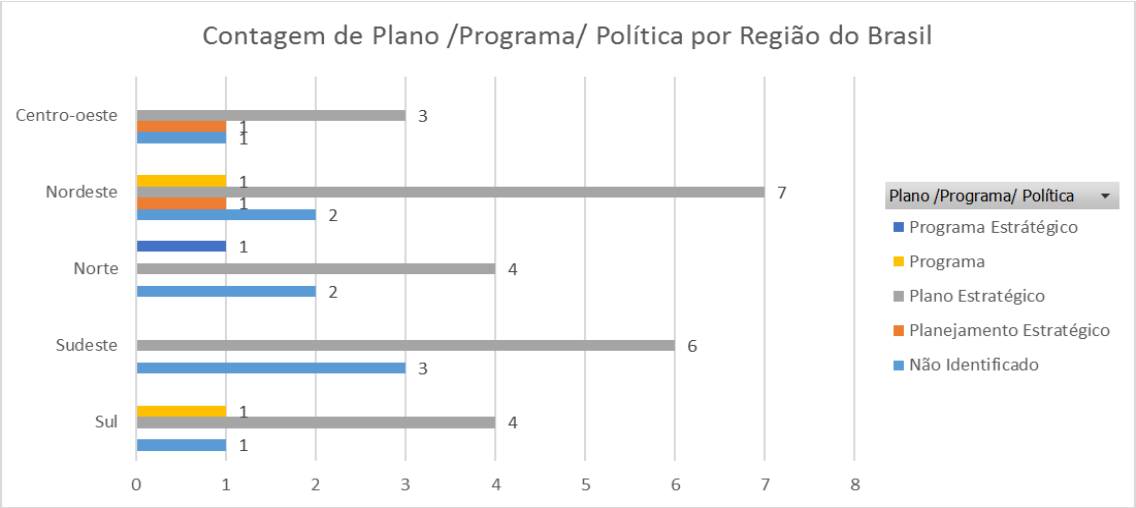
O Plano ou Plano Estratégico é um documento utilizado para o registro das decisões acerca de um problema a ser resolvido. Decorre da discussão prévia (planejamento) sobre fins e objetivos, culminando com a definição das ações para a concretude dos resultados. Segundo Padilha (2001, p. 36), é a "apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas relativas à ação a realizar."

Já o Planejamento Estratégico: Planejar, segundo Vasconcellos (2002, p. 83) “é tentar intervir no vir-a-ser, antever, amarrar ao nosso desejo os acontecimentos no tempo futuro. Para isso, é preciso conhecer o campo que se quer intervir, sua estrutura e funcionamento.” Nesse sentido, planejamento consiste no estabelecimento de metas, ações e na mobilização de recursos, sejam eles financeiros ou materiais, para a concretude de um objetivo maior.

Por fim, Programa ou Programa Estratégico é entendido como o espaço ou documento onde são registradas as ações previstas no planejamento, com vistas a oportunizar a melhoria da realidade apresentada. Segundo Teixeira (2009, p. 4), programa “é o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.”

Para melhor visualização das construções, apresentamos o gráfico abaixo que nos mostra a distribuição dos PPEs, pesquisados e publicizados pelos IFs de acordo com cada Região do País:

Gráfico 1 - Distribuição dos PPEs, pesquisados e publicizados pelos IFs de acordo com cada Região do País.



Fonte: autores (2022)

Com vistas à melhor compreensão acerca da execução dos planos pelo IFs, de acordo com sua Região, há que se registrar os quantitativos de Institutos Federais que compõem cada uma delas, sendo: 05 na Região Centro-oeste, 11 na Região Nordeste, 07 na Região Norte, 06 na Região Sudeste e 06 na Região Sul.

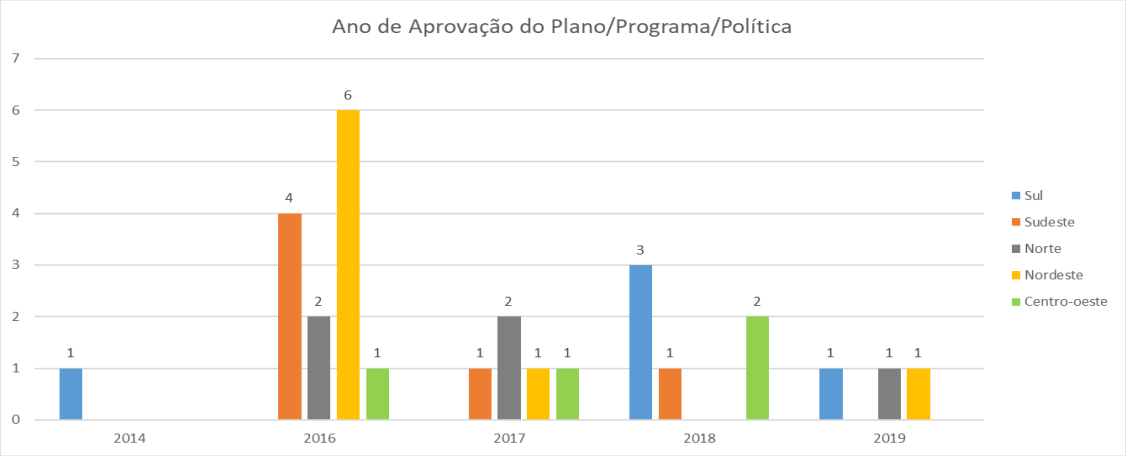
Identifica-se que dos 38 IFs distribuídos nas cinco Regiões do País, apenas 10 não tiveram os seus planos elaborados ou concluídos, ou simplesmente não publicaram, sendo eles: IFAC, IFTO, IFBA, IFMA, IFB, IFRJ, IFMG, IFSP, IFPE e IFPR. Além disso, em consultas às notícias veiculadas nas páginas eletrônicas das instituições, acessadas entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, verificou-se que o IFMA e o IFMG estão em fase de elaboração/finalização do plano.

Convém registrar que dentre as instituições referidas acima, o IFPE, apesar de fazer constar em sua página na internet a existência de uma Programa para acesso, permanência e êxito, esse foi aprovado antes das recomendações do TCU, apresentando como foco, o nivelamento de aprendizado dos estudantes, com a oferta

de cursos de curta duração e editais para oferta de bolsas específicas, não havendo menção a um plano alinhado ao sugerido pela SETEC.

Outro dado que nos remete à reflexão está relacionado ao tempo em que cada plano foi elaborado, sendo que em sua maioria, ou seja, 13, marcam o ano de 2016, como o de aprovação do documento pelo seu órgão superior deliberativo - CONSUP ou, em alguns casos, o CEPE. Seguindo, vê-se que 01 plano foi aprovado em 2014, 05 em 2017, 6 em 2018 e 3 em 2019, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Ano de aprovação do Plano/Programa/Política.



Fonte: autores (2022)

Há que se relembrar que o fato gerador que desencadeou a elaboração dos planos, foi o Acórdão nº 506/2013, que, logo após recebido pela SETEC/MEC, foi objeto de análise e recomendações por parte desta, as instituições da Rede, no sentido de atendimento, sendo que, ainda em 2013, já se iniciaram algumas ações nesse sentido.

Nota-se a tempestividade que a SETEC se movimentou no sentido de atendimento ao órgão de controle, que estabeleceu inicialmente, o prazo de 180 dias para que a Secretaria enviasse um “[...] Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção das eventuais medidas necessárias à implementação das deliberações contidas no item 9.1 [...]” (BRASIL, 2013, p. 2).

Nesse sentido, cabe destaque o item 9.1.1 do acórdão 506/2013, pois detalha as ações, como determinação a serem adotadas pela SETEC em conjunto com os IFs, no sentido de tratamento das questões da evasão na RFEPT, que, de certa forma, foram atendidos quando da apresentação do Plano de Ação pela Secretaria.

> 9.1.1. institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos *campi*; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores;

A partir da finalização e submissão do Plano de Ação ao TCU, com base, inicialmente, em dados estatísticos extraídos do SISTEC, as ações acerca dos planos estratégicos passou à coordenação específica da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal (CPPE), sendo a mesma responsável pelo acompanhamento dos IFs na construção dos respectivos planos, assessoramento das instituições, quando e se necessário, bem como, pelo recebimento dos documentos finalizados, com entrega aprazada para 29/02/2016, sendo este o prazo final, conforme estabelecido pelo Ofício Circular 77/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC.

Vê-se que de pronto, a SETEC lançou mão dos dados contidos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), no intuito de apurar dados quantitativos sobre evasão escolar, o que gerou grande divergência de informações, quando comparados com os Relatórios de Gestão das Instituições. A questão é que, a base de dados do sistema não foi elaborada especificamente para fornecimento de tais indicadores, mas, tão somente, para garantir a validade nacional dos diplomas expedidos nas instituições da Rede Federal, conforme se extrai da Resolução nº 3, do CNE/CBE – MEC (BRASIL, 2009).

Para Moraes (2016), em referência sobre o assunto, o fato de não haver uma base de dados confiável acerca da RFEPT, “dificulta, e em muitos casos impede, a organização de pesquisas empíricas que visem objetivar o conhecido proposto, teoricamente, sobre a REDE” (MORAES, 2016, p. 10-11).

Nesse sentido houve grande problematização e discussão acerca da utilização dos dados do SISTEC, seja por parte dos IFs, quando do início das ações para elaboração dos planos estratégicos, mais precisamente quando da realização do diagnóstico quantitativo, seja por parte do próprio TCU, que identificou certas inconsistências no sistema no tocante aos “alunos em curso”, sem a possibilidade de se precisar a realidade do estudante, pois, “são possibilidades em aberto, que refletem as debilidades para apreensão do real a partir da definição dos campos no SISTEC [...]” (SILVA, 2018, p. 188).

Ao longo do caminho de discussões e ajustes para a concretude dos planos, convém registrar que no ano de 2016, iniciava-se no País movimentos políticos acerca do *impeachment* da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, que ao se confirmar, impactou em mudanças em todas as estruturas administrativas centrais, inclusive na SETEC. A partir daí poucos avanços se registram acerca das ações da CPPE e da própria Secretaria, que passou a ter em sua direção um quadro de profissionais diversificado advindos da iniciativa privada, com novas diretrizes do governo então empossado (SILVA, 2018).

Diante disso, a CPPE passa a ter seu papel mais voltado ao de controle de entregas dos planos estratégicos e sua avaliação acerca da sistematização dos documentos, conforme orientado pela SETEC, como aponta Silva (2018), em pesquisa de campo realizada junto à SETEC/MEC, evidenciando que durante o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017 a CPPE havia recebido boa parte dos planos estratégicos dos IFs.

Passada a turbulência política nacional e, com a eleição do atual Governo, houve nova estruturação no MEC e na SETEC, consequentemente, que em 2019, por meio da Portaria nº 8, de 28 de maio de 2019, instituiu uma nova CPPE, com caráter consultivo, a fim de acompanhar e monitorar as ações das Instituições Federais da

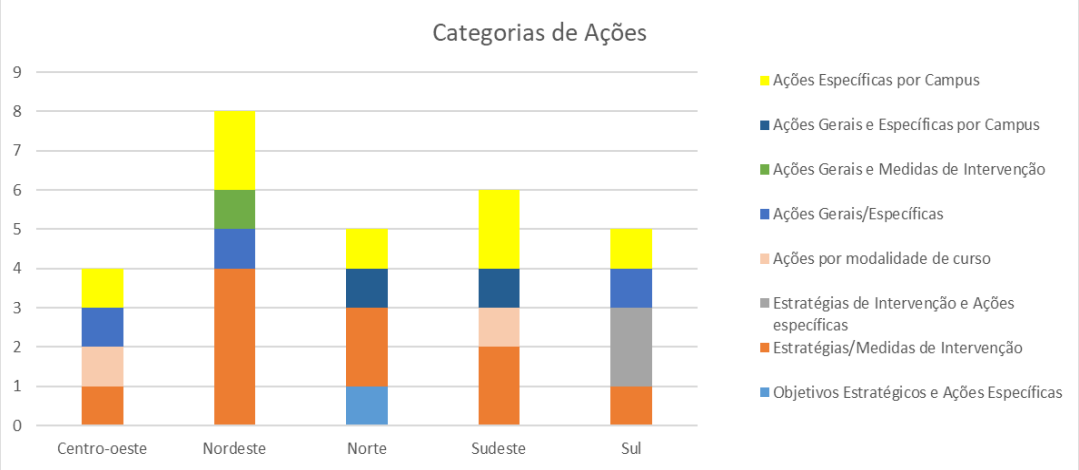
Rede quanto ao cumprimento dos Planos Estratégicos para Permanência e Êxito dos Estudantes, no âmbito das competências da SETEC (BRASIL, 2019). Diante disso, identifica-se possível retomada acerca do assunto permanência e êxito em planos estratégicos, ainda que sem divulgações específicas, até onde conseguimos apurar nas pesquisas eletrônicas, haja vista a carência de publicações nesse sentido.

Independentemente do cenário de mudanças na estrutura política e diretiva do Governo Federal, vê-se que os IFs não seguiram na mesma lógica, no sentido de aguardar que a nova diretoria da SETEC avaliasse as ações e encaminhasse seu prosseguimento ou mudanças de curso, pois os planos continuaram seus percursos conclusivos, conforme se extrai dos dados apresentados no gráfico 2, acima, com aprovações de planos em 2017, 2018 e 2019.

Em recente pesquisa Sobrinho e Bonilha (2021) apontam que, “[...] por parte dos IFs, em regra, resignou-se à iniciativa e continuidade de atores isolados, com maior ou menor grau de compromisso e envolvimento com a efetiva concretização dos PPE. ” Disso, confirma-se o compromisso dos IFs que, seguindo as orientações, organizaram-se internamente para discutir o problema e traçar as melhores estratégias e ações, conforme sua realidade (SOBRINHO; BONILHA, 2021, p. 178).

A fim de apresentarmos algumas das estratégias e ações propostas em cada IF, optou-se por dividi-las em Regiões do País, a exemplo do apresentado nos gráficos anteriores, agrupando-se as principais ações evidenciadas em cada um dos planos, conforme gráfico 3 abaixo, em consonância com a Matriz Analítica proposta na metodologia deste trabalho.

Gráfico 3 - Categorias de Ações.



Fonte: autores (2022)

Evidencia-se, a partir do gráfico, que as ações e estratégias foram nominadas e estabelecidas de acordo com cada metodologia de trabalho adotada em cada IF, sendo que, as Ações Específicas por *Campus* e as Estratégias/Medidas de Intervenção estão presentes nos planos dispostos nas cinco regiões do País. Para melhor compreensão, apresentaremos a seguir algumas das ações contidas nos planos, como por exemplo: Nas Ações Específicas por *Campus*, o IFAP - *Campus* Macapá estabeleceu como ação específica para o fator individual, ampliar recursos da assistência estudantil com a meta de beneficiar, no mínimo 40% de seus estudantes em situação de vulnerabilidade social, de todos os seus cursos (integrados, subsequentes, proeja e de graduação); no tocante às Estratégias de Intervenção, o IFPB estabeleceu, para os fatores individuais, a oferta de cursos FIC e cursos de férias para aperfeiçoamento dos conhecimentos básicos de seus estudantes, com meta de atingir 100% dos estudantes com precária formação escolar.

Além desses dois tipos de ações mais evidentes, alguns planos apresentaram Ações Gerais para todo o Instituto somadas às Ações Específicas por *Campus*, como é o caso do IFSULDEMINAS, que apresenta como ação geral a revisão constante da prática pedagógica com orientação para valorização crítica do saber e a realidade do aluno, associada ao maior compartilhamento de experiências entre os professores,

como ação específica do *Campus* Machado, para o curso de Licenciatura em Computação. Ainda exemplificando as ações, podemos mencionar o que estabeleceu o plano estratégico do IFG, apresentando suas intervenções por níveis de cursos, citando-se capacitação dos docentes em relação às metodologias de ensino e orientações aos alunos, por parte da equipe psicopedagógica, com relação à administração do tempo e técnicas de estudo, como ações para os fatores individuais, nos cursos de nível médio e superior.

Durante a análise de cada um dos planos, identificou-se que os documentos sugeridos pela SETEC foram seguidos em sua maioria, sendo que cada IF utilizou-se, basicamente, de duas metodologias de trabalho: chamando os seus *Campi* para uma discussão e levantamento de dados quantitativos e qualitativos, com a consequente consolidação dos dados e elaboração do plano institucional; outros optaram pelo caminho inverso, estabelecendo, via uma comissão específica, as estratégias institucionais e orientando aos seus *Campi* a constituição de planos individuais. Vê-se dois caminhos para o mesmo fim, um centralizado - consolidado - e outro descentralizado - individual.

Ainda que de formas diferentes, os caminhos convergem no sentido de identificar os fatores que levam à evasão e retenção em cada instituição, adotando como padrão, os trazidos pelo Documento Orientador da SETEC, divididos em individuais dos estudantes, internos da instituição e externos à instituição, com a contemplação de inúmeras ações em cada um deles. Em que pese haver o planejamento pelos IFs de várias ações de intervenção, em cada fator, percebe-se que, em termos de aplicabilidade, é praticamente impossível a sua execução total, como afirma Neto (2019). Ainda nesse sentido, o autor aponta que, considerando “[...] o número de ações propostas, iria requerer uma equipe de servidores e recursos muito além do que é a realidade” (NETO, 2019, p. 21).

Pelo fato de evidenciarmos dois caminhos seguidos na elaboração dos planos, bem como haver uma disparidade em relação ao número de estratégias e ações propostas, optou-se tão somente por categorizar os tipos de ações. Há que se registrar também, que tal disparidade, provavelmente, está associada a realidade local de cada

instituição, considerando-se para isso, o público atendido, as condições socioeconômicas da população local, nível de acesso à escolarização, dentre outros. A título de exemplificação acerca da disparidade numérica cita-se: o IFCE contemplou 186 ações gerais e 262 medidas de intervenção; o IFPB apresentou 532 medidas de intervenção; o IFMT com 2 ações gerais e 66 ações específicas.

Em cada plano identifica-se que as ações voltadas ao tratamento dos fatores externos, fogem às competências de cada Instituição promotora, incluindo às da própria SETEC, havendo nesse sentido, a possibilidade apenas, de se estabelecer diálogo e cooperação entre instituições, pois estão sob à gestão de outros órgãos e/ou entes. Como por exemplo, o transporte escolar em âmbito municipal que, embora apoiados e subsidiados em parte pela União e pelos Estados, é gerido pela administração do município, cabendo a este, definir quantidade de veículos por localidade, tipo, horários, dentre outros envolvidos na atividade.

Nessa direção, Neto (2019) aponta que “não faz nenhum sentido afirmar que a instituição escolar deve se responsabilizar por fatores externos a ela”, cabendo seu direcionamento aos órgãos que detém as competências e condições para tal, “ao ponto de que, na tentativa de se atender a tudo, não atender a nada.” Aponta ainda, em uma de suas conclusões quando da análise dos planos estratégicos, que os projetos elaborados “foram irreais”, contendo “um número de intervenções impossíveis de serem realizadas”, incluindo a falta de priorização e grau de importância (NETO, 2019, p. 21).

Diante disso, a partir da identificação das necessidades, deve haver a priorização das ações com o devido planejamento, como forma de melhor encaminhar os trabalhos, competindo a cada um dos envolvidos no processo, agir em conformidade com a proposta, devendo-se ao longo do caminho monitorar cada etapa ou ação e, ainda, identificar, mediante mecanismos de avaliação, a efetividade dos resultados.

Para tanto, as fases de planejamento e formulação de uma política ou programa, imediatamente precedentes à implementação, são importantíssimas no processo, pois nesse dado momento há definição dos “[...] princípios e das

concepções que fundamentam os conteúdos e os objetivos, as metas e os recursos, entre outros aspectos", incluindo-se, complementarmente, previsão acerca do monitoramento e da avaliação (DE AZEVEDO, et al., 2021, p. 157).

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Apesar de alguns estudos apontarem que as atividades de monitoramento e avaliação sejam tratadas de forma integrada, há que se frisar que são abordagens avaliativas distintas, porém com objetivos complementares (KUSEK; RIST; 2004).

Para Jannuzzi (2013), com base em sistemas de informações para ciência e tecnologia, monitoramento e avaliação apresentam-se como:

> o conjunto de processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação e conhecimento para o ciclo de gestão de políticas e programas públicos, dirigidos a subsidiar o aprimoramento de seu desenho e sua gestão, garantir mais transparência da ação governamental ou, ainda, prover evidências do mérito e da efetividade de políticas e programas (JANNUZZI, 2013, p. 9).

Mais especificamente sobre o monitoramento, Souza (2016), conceitua como sendo o "processo de acompanhamento da dinâmica ou progressão de um indicador, realizado por intermédio da comparação dos valores de um mesmo indicador ao longo do tempo." Por sua vez, os indicadores funcionam como termômetros ou bússolas, que balizam ou apontam a direção de caminhos ou decisões, por isso, monitorar em tempo certo, possibilita maior probabilidade de se atingir o objetivo esperado pela política ou programa (SOUZA, 2016, p. 39).

Para Serpa (2011), em estudo acerca do monitoramento e avalição de políticas e programas públicos, mais especificamente sobre ações do TCU, junto aos órgãos da administração direta do poder executivo federal, aponta que o monitoramento visa mensurar os objetivos propostos, permitindo, por meio de coleta de dados, a comparação dos resultados obtidos com as metas estabelecidas pelo programa.

> O monitoramento visa tornar mensuráveis os objetivos dos programas por meio de indicadores de desempenho, relacionando as ações e os recursos necessários para o seu atingimento, bem como comparando, por meio da coleta sistemática de dados, os resultados obtidos com as

> metas propostas, de forma que assegure ao gestor as informações sobre os progressos obtidos e os problemas encontrados (SERPA 2011, p. 48).

Além disso, o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2009), publicou o manual para construção de indicadores, afirmando que estes precisam estar presentes em todas as etapas do trabalho, desde o planejamento até a implementação, no sentido de que "as informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisão, viabilizando atividades mais eficientes, eficazes e efetivas. (SOUZA, 2016, p. 39)

No sentido de atingir os resultados esperados pelas políticas ou programas públicos é que o monitoramento e avaliação se fazem complementares e de suma importância, pois via análise periódica e tempestiva dos indicadores e metas estabelecidos demonstrar-se-á ao público-alvo e à sociedade de forma geral, que a proposta aplicada está adequada à solução do problema identificado.

Para tanto, o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2010) conceituou o procedimento de avaliação de programas como processo contínuo, com vistas ao atingimento dos resultados, incluindo a possibilidade de capacitação da gestão e cumprimento à legislação, no tocante à prestação de contas.

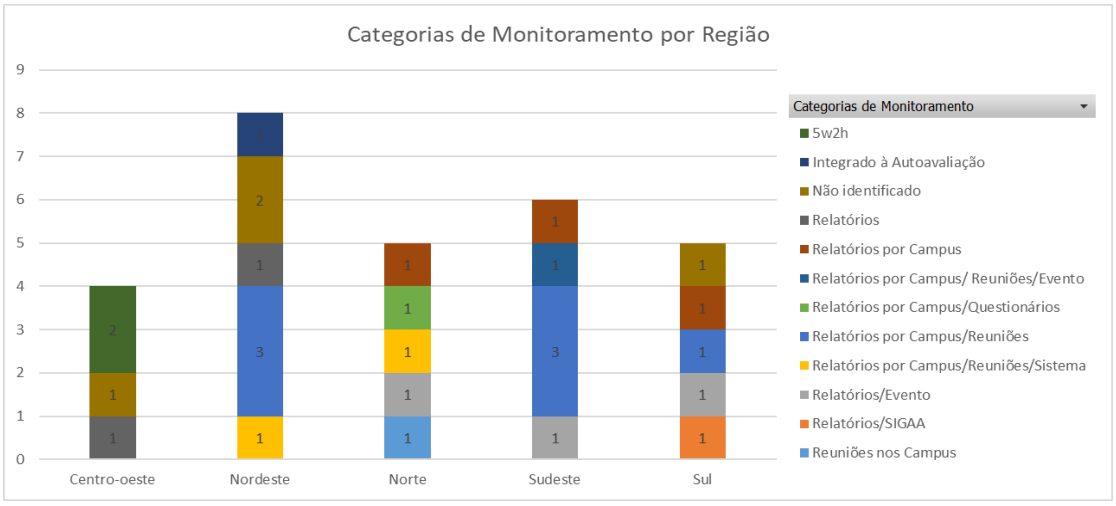
> Processo contínuo e participativo de aperfeiçoamento da administração pública federal, sob a perspectiva dos resultados para o cidadão. É uma etapa do ciclo de gestão governamental e visa melhorar o desempenho dos programas, promover o aprendizado das equipes gerenciais, além de prestar contas ao Congresso Nacional e à sociedade" (BRASIL, 2010, p. 10).

Nessa direção, Serpa (2011), aponta que a avaliação além de permitir a capacitação de gestores e apontar caminhos para o aperfeiçoamento de programas, "examina o porquê dos resultados, identificando as causas que contribuíram ou dificultaram o alcance dos objetivos do programa e emitindo um julgamento de valor ou mérito sobre o processo de implementação (SERPA, 2011p. 48).

Assim sendo, ao analisarmos os planos estratégicos, evidencia-se que, em sua maioria, há a disposição acerca do monitoramento e avaliação das ações e do plano, utilizando-se da elaboração e análise de relatórios sistêmicos por *Campi* ou gerais,

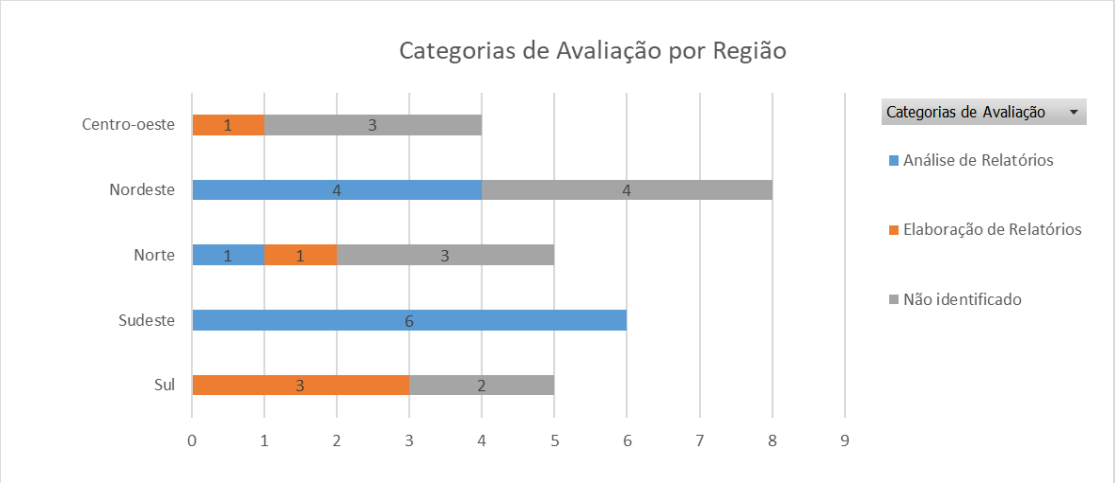
com estipulação, às vezes, de certa periodicidade. Dentre os que apresentam métodos ou ferramentas específicas de monitoramento, cita-se o previsto nos planos do IFMT e IFMS, que optaram por utilizar a técnica do 5W2H e o IFRN que previu a utilização de monitoramento em conjunto com a Avaliação Institucional. Registra-se ainda, que alguns dos planos apresentam algum outro tipo de ferramenta conjunta aos relatórios, como eventos específicos (seminários, fóruns), reuniões setoriais, questionários ou utilização de dados de sistema acadêmico próprio, conforme gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 - Categorias de monitoramento por Região.



Fonte: autores (2022)

Gráfico 5 - Categorias de avaliação por Região.



Fonte: autores (2022)

Ao longo da primeira parte deste trabalho apresentou-se, os fluxos e os procedimentos acerca da elaboração dos planos estratégicos de permanência e êxitos nos IFs, inferindo-se que nem todos eles seguiram de pronto o que fora estabelecido, pois alguns, ainda que iniciadas as discussões, colocaram em prática as ações planejadas depois de certo tempo. Disso, ficam as indagações acerca da melhor forma de condução do que foi proposto pela SETEC, enquanto responsável pela Rede Federal, bem como, de quais as reais necessidades de tratamento naquele dado momento e seu grau importância ao tema evasão escolar, em cada um dos IFs. Sabe-se que a evasão na RFEPT, de fato existe e preocupa, cabendo a cada ator - seja SETEC ou IF - envolvido fazer a sua parte.

SILVA (2018) afirma ao referir-se à SETEC, enquanto órgão administrativo central que, assim como grande parte dos órgãos públicos, também é carente em se tratando de pessoal e ferramentas, e que a omissão na coordenação de suas ações pode estar dentre as causas de evasão na Rede.

> A ausência de uma efetiva coordenação nacional no combate à evasão escolar pode ser analisada como uma diretriz, cujos efeitos podem estar dentre as causas sistêmicas da evasão escolar no ensino médio técnico na RFEPT. Mesmo que se trate de uma política que busca centralizar a avaliação dos resultados alcançados pelos IFs no

> combate à evasão escolar, faltam, ao órgão administrativo central, instrumentos, técnicas e pessoal para coleta, categorização e análise dos dados (SILVA, 2018, p. 211).

Ainda nesse sentido, Neto (2019), ao falar sobre a evasão escolar e dos planos estratégicos, infere que "[...] foi possível verificar que em todos eles as taxas de evasão escolar são altas, o que sugere um problema de conjuntura nacional. É preciso um plano estratégico nacional, porém, com especificidades locais" (NETO, 2019, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se de maneira sistemática, apresentar um panorama acerca dos planos estratégicos de permanência e êxito elaborados pelos IFs, que possuem como objetivo mitigar ou superar as causas da evasão e retenção escolar apontadas pelo TCU.

Sobre fatores ou causas que levam à evasão e à retenção, a maior parte dos estudos apontam para fatores individuais, internos à instituição e externos à instituição. Contudo, passados alguns anos desde o apontamento pelo órgão de controle externo, já não podemos mais nos deter apenas na discussão e identificação desses, em procurar determinar que um é mais relevante, sendo que, para todos, há a necessidade premente de se traçar as melhores estratégias e colocar em prática ações concretas e, ainda, buscar o fortalecimento das políticas públicas, que visem melhoria no desenvolvimento educacional, garantindo a ampliação constante no acesso, nas condições de permanência dos estudantes nos bancos escolares e no êxito, como fim maior.

Identificou-se pela pesquisa que, a partir dos apontamentos do TCU e dos encaminhamentos da SETEC, enquanto órgão central da Rede Federal de Educação Profissional, a maior parte dos IFs tratou de traçar as ações internas necessárias para implementação de seus planos, mais precisamente 28, observando para tal que, em linhas gerais, seguiram o "roteiro" que fora proposto pelo documento orientador da SETEC. Evidenciou-se que a maior parte dos planos foram aprovados no ano de 2016,

contendo um número excessivo de ações ou estratégias, sistematizadas neste trabalho, como ações gerais, ações específicas por *campus*, ações por modalidade de curso, estratégias de intervenção, medidas de intervenção e objetivos estratégicos. Inclui-se nas evidências, que os planos previram, de forma geral, para o monitoramento e avaliação, apenas a elaboração de relatórios sistemáticos semestrais ou anuais, por *Campus* ou consolidados.

De modo geral, todos os IFs que elaboraram e publicaram seus planos ou programas preocuparam-se em atender ao órgão central e o de controle externo, primordialmente, com vistas a evitar correições ou apontamentos mais severos ou até mesmo sanções administrativas, porém esse excesso de preocupação fragilizou algumas etapas ou critérios para concretude dos planos ou programas, principalmente no que se refere à efetivação de uma avaliação prévia ao estabelecimento e planejamento das ações, o que também, diga-se de passagem, ocorreu no órgão central.

Portanto, pode-se inferir que os PPEs a partir de sua elaboração, constam no rol de documentos institucionais da maioria dos IFs, necessitando, principalmente aqueles com mais tempo de vigência, de revisão e de atualização periódicas, mais especificamente no que tange às suas estratégias e ações, para a verificação de sua aplicabilidade prática possível, essencialmente, tornando-se um plano objetivo e exequível ao longo dos calendários acadêmicos de cada Instituição. Além disso, destaca-se como procedimento necessário à revisão mencionada, avaliar o que foi feito até aqui e prever de forma clara os mecanismos de monitoramento e de avaliação capazes de se aferir que as ações resultam no atingimento de seu objetivo proposto, permitindo sua continuidade enquanto programa educacional e o constante fortalecimento da Rede Federal e da EPT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: MEC/SETEC, 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Nota informativa 138.** Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 9 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 3**, do CNE/CBE – MEC. Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99. Brasília, 30 de setembro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 8.** Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal e dá outras providências. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 28 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Plano plurianual 2008-2011: exercício 2010: ano base 2009: manual de Avaliação. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2010.

DE AZEVEDO, Marcio Adriano et al. Avaliação de Políticas Públicas como Pesquisa Científica: Concepções, fundamentos e elementos metodológicos para a análise da Reforma do Ensino Médio no Brasil (LEI Nº 13.415/2017). **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 152-164, 2021.

DETREGIACHI FILHO, E. A Evasão Escolar na Educação Tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas. São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível: http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/A_evasao_escolar_na_educacao_tecnologica-WEB.pdf. Acesso em 15 abr. 2022.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, p. 770-789, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=html. Acesso em: 08 fev. 2022.

DORE, Rosimery. Evasão e Repetência na Rede Federal de Educação Profissional. **Programa observatório da Educação** CAPES/Inep Maceió, Alagoas, setembro 2013. Disponível em:

http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/. Acesso em: 06 mai. 2022.

FRITSCH, R., VITELLI, R. E ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2014, v. 95, n. 239, pp. 218-236. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/txfPWnQ7TDLSpNkHYzmTgGQ/abstract/?lang=pt#. Acesso em 28 fev. 2022.

JANNUZZI, P. de M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Avaliação**, 2013, v. 5, p. 4-27. Disponível em: https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbma201305002#nav4. Acesso em: 06 abr. 2022.

KUSEK, Jody Zall; RIST, Ray C. **Dez passos para um sistema de monitoramento e avaliação baseado em resultados: um manual para profissionais de desenvolvimento**. Publicações do Banco Mundial, 2004.

LAMBIASE, R. C. P.; DOS SANTOS CONCEIÇÃO, A. K. Investigação da evasão no ensino técnico integrado do IFBA - *campus* Simões Filho. **Revista Labor**, v. 1, n. 26, p. 217-235, 3 nov. 2021. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72035. Acesso em: 07 dez. 2021.

MINUZZI, Evelize; COUTINHO, Renato. Produção de conhecimento sobre ensino médio integrado à educação profissional: um panorama cienciométrico. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.36, p.01-30, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/qDXqpZdDWcLbNMtRSDLfwSz/abstract/?lang=pt. Acesso em 06 mai. 2022.

MORAES, G. H. **Identidade de escola técnica vs. vontade de universidade a formação da identidade dos Institutos Federais**. 2016. 356 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MOREIRA, M. **Metodologias de Pesquisa em Ensino**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

NERI, M. C. Motivos da Evasão Escolar. In M. C. Neri (coord.), O Tempo e permanência na escola e as motivações dos sem-escolas. Rio de janeiro: FGV/IBRE, CPS. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/. Acesso em: 15 abr. 2022.

NETO, J. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação**

em Revista, v.2, n.2, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999. Acesso em: 10 jan. 2022.

PADILHA, P. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

ROSA, Alcemir Horácio; ALVES DE AQUINO, Francisco José. A evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: um olhar profundo sobre dois grandes vilões – a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico Research, Society and Development, vol. 8, núm. 7, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662198041. Acesso em: 15 abr. 2022.

RUMBERGER, Russel W. et al. Por que os alunos abandonam a escola? **Desistências na América: Confrontando a crise da taxa de graduação**, p. 131-155, 2004.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANO, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65575. Acesso em 28 fev. 2022.

SERPA, S. M. H. C. Levantamento do Tribunal de Contas da União sobre os sistemas de monitoramento e avaliação da administração direta do poder executivo. **Revista Brasileira de Avaliação**, 2011, v. 2, p. 46-75. Disponível em: https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbma201102004. Acesso em: 06 abr. 2022.

SIEBERT, M. *et al.* Ações de permanência e êxito no período da pandemia de covid-19 para estudantes dos cursos técnicos integrados do IFSC - Câmpus Florianópolis: um relato de experiência. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, jul./dez. 2021.

SILVA, D. B. M. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. 2018. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SOBRINHO, S. C.; BONILHA, T. P. Permanência e Êxito nos IFs: um plano utópico ou uma possibilidade concreta?. In: RAMARO, A. S.; ALMEIDA, M. S. R.O. (Org.). **Reflexões sobre Permanência e Êxito nos Institutos Federais**. Macapá, AP: EDIFAP, 2021. p. 167-195.

SOUZA, D. S. de. **Ferramentas de monitoramento e avaliação: uma aplicação no Instituto Federal de Brasília.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10ª edição. São Paulo: Libertad, 2002.

TEIXEIRA, J. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.)**. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 553-574. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523. Acesso em: 06 mai. 2022.

TEMP, H.; COUTINHO, R. X. Evasão escolar no ensino médio: uma análise cienciométrica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e8391210785–e8391210785, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/10785/9686/146341. Acesso em: 28 fev. 2022.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Auditoria operacional Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, 2013.

WENTZ, A; ZANELATTO, E. Causas da evasão escolar do ensino técnico. **Revista Signos**, Lajeado, v. 39, n. 2, p. 115-131, 2018. Disponível em: Acesso em:

6.2 MANUSCRITO 2

Situação: em construção

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR – POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

RESUMO: As discussões sobre a permanência e do êxito dos estudantes tem sem intensificado cada vez mais nos diversos espaços das instituições de ensino, principalmente nas que compõem da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico (RFEPT), haja vista a necessidade histórica de enfrentamento da evasão escolar. Nesse sentido, no ano de 2014 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) instituiu o seu Programa de Permanência e Êxito (PPE). A partir disso, o presente estudo objetiva analisar as potencialidades e fragilidades do PPE desde a sua construção até sua implantação. Em se tratando de metodologia, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, descritiva e exploratória, amparada em perspectiva qualitativa. Os documentos e dados utilizados basearam-se em âmbito Institucional do IFFar, consultados entre os anos de 2021 e 2023, seguidos de análise documental. Como resultados contatou-se que as principais potencialidades estão centradas no compromisso institucional em relação a construção do programa e na preocupação com sua aplicação. Já quanto às fragilidades, estas em maior quantitativo, referem-se à falta de padronização documental e de ações implementadas, inexistência de conceituações, metas, técnicas e ferramentas para monitoramento e avaliação, incluindo o estabelecimento de prazos mínimos para tal, além de inexistência de periodicidade de vigência e atualização do programa, concluindo-se pela necessidade de atualização do PPE.

Palavras-chaves: Programa Permanência e Êxito; Potencialidades; Fragilidades

INTRODUÇÃO

Sabiamente, nossos Constituintes incluíram na Carta Magna de 1988 Seção específica sobre a educação, estabelecendo dentre seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (CF, 1988, art. 205, I).

Nas palavras de Parente, (2019), “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola tem relação direta com o sucesso escolar.” Além da garantia de acesso, promover ações concretas no sentido de garantir que o estudante ao ingressar na escola, possa permanecer e lograr êxito em seu percurso formativo, são, minimamente, obrigações que as Instituições de Ensino, enquanto representantes do Estado, e a Família, não podem se omitir.

Nesse sentido, DORE e LÜSCHER, (2011, p. 779-780) afirmam que “é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 779-780).

Incluem-se nesse rol mínimo de princípios e obrigações, as garantias do “padrão de qualidade, da valorização do profissional da educação e da vinculação entre a educação formal, o trabalho e as práticas sociais” (PARENTE, 2019, p. 58).

Todo esse arcabouço jurídico, além de outros dispositivos infralegais direcionam-se para a garantia do direito à educação propriamente dito e, para além disso, no sentido da manutenção das crianças, jovens e adolescentes dentro do ambiente escolar, contrapondo-se fortemente, à evasão e retenção, que tanto têm preocupado nos últimos tempos.

Segundo França, Escott e Machado (2022), esse expressivo quantitativo de legislações visa, estrategicamente, “assegurar ações específicas que contribuam para o processo formativo dos indivíduos nos diferentes espaços da vida social”, sejam eles: “na família, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos e organizações sociais, nas expressões culturais e nas relações sociais de modo geral” (FRANÇA, ESCOTT E MACHADO, 2022, p. 8).

No que tange aos problemas da evasão e retenção, as mesmas autoras compreendem ser “indissociável refletir sobre a permanência sem identificar as causas da evasão, pensar sobre o êxito sem delinear os espaços escolares que sustentam a retenção e reconhecer que ambos, evasão e reprovação, são os pilares do fracasso escolar.” (FRANÇA, ESCOTT E MACHADO, 2022, p. 8).

Mas, logicamente, que não apenas as normas escritas têm o poder de resolver por si sós os problemas da evasão e retenção, sendo que, para tanto, lançar mão de estratégias práticas, é fundamentalmente necessário, sendo que, “o direito à educação e o direito à permanência na escola implicam, de um lado, na existência de alguém que os exija ‑ fatores subjetivos ‑ e, de outro, a existência de condições objetivas de realização” (LENSKIJ, 2006, p. 123).

Pensar e formular ações concretas e palpáveis, do ponto de vista do agir, é extremamente necessário, com vistas à concretude do que estabelece nossa Constituição quando estabelece o direito igualitário à educação, identificando as necessidades dos desiguais e, “considerando o contexto que compreende as condições socioeconômicas, horários incompatíveis de aulas e trabalho, dificuldades de aprendizagem, entre outros” (FRANÇA, ESCOTT E MACHADO, 2022, p. 1).

Nesse sentido, o IFFar, desde o ano de 2014, instituiu, por meio da Resolução do Conselho Superior – CONSUP nº 178/2014, o seu Programa de Permanência e Êxito, com vistas ao enfrentamento e mitigação das causas que levam à evasão e retenção escolar, em atendimento ao estabelecido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, órgão vinculado ao Ministério da Educação – MEC, responsável pela Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica do País.

A partir do exposto, objetiva-se analisar as potencialidades e fragilidades do Programa de Permanência e Êxito (PPE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) a partir de sua construção e implantação.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, que se propõem à investigação das potencialidades e fragilidades do Programa de Permanência e Êxito – PPE, do Instituto Federal Farroupilha – IFFar e, para tanto caracterizar-se-á como descritiva e exploratória. Assenta-se numa perspectiva

qualitativa, uma vez que busca a compreensão da realidade social que está intimamente vinculada aos fenômenos humanos (GIL, 2007; MINAYO, 2007).

Para o delineamento dos procedimentos de seu percurso, utilizou-se como base a pesquisa documental, a qual busca informações em documentos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico e científico (OLIVEIRA, 2007; GIL, 2008). Cellard (2008, p. 296) define documento como “tudo que é vestígio do passado e serve de testemunho”, podem ser escritos e não escritos, estar arquivados ou não e ser de domínio público ou privado.

Dessa forma, a pesquisa ampara-se, basicamente nos seguintes documentos: na Resolução CONSUP nº 178/2014 - documento que instituiu o PPE do IFFar, nos Planos de Desenvolvimento Institucional do IFFar – PDI e nos Relatórios de Ações e Resultados Anuais do IFFar, consultados entre os anos de 2021 e 2023. Para a análise dos documentos utilizou-se de análise de conteúdo, respeitando os três polos, a saber: 1) pré-análise; 2) a exploração dos materiais; 3) o tratamento dos resultados. (BARDIN, 2011).

Quadro 4 - Resultados Anuais do IFFar, consultados entre os anos de 2021 e 2023.

Local de Coleta	Período de Coleta	Tipo Pesquisa	Instrumentos utilizados	Análise
IFFar	2021 a 2023	Qualitativa	Resolução IFFar do PPE; Plano de Desenvolvimento Institucional; Relatório de Ações e Resultados.	Análise de conteúdo

Fonte: autores (2023)

O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO (PPE) DO IFFAR: DA CONSTRUÇÃO À IMPLANTAÇÃO

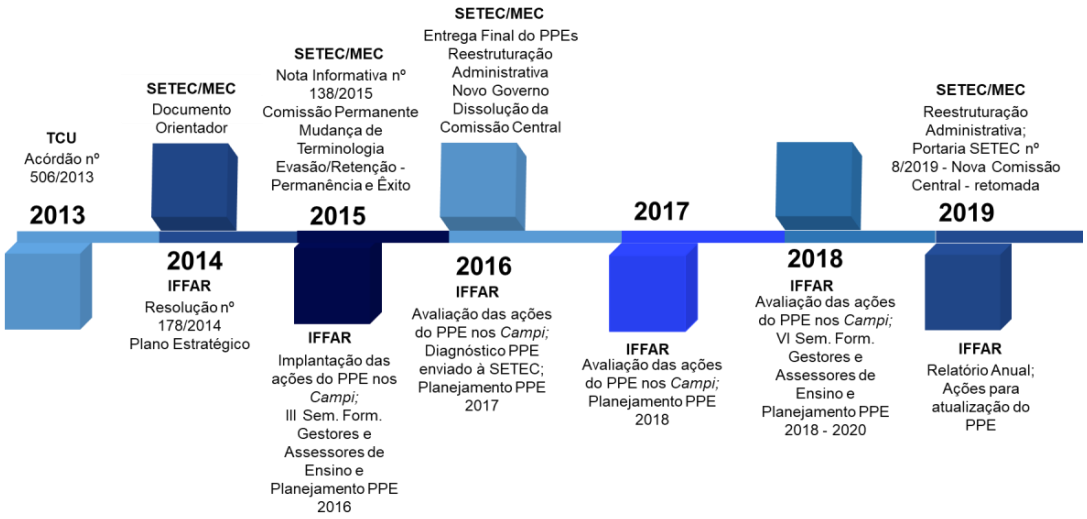
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, autarquia da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituído pela Lei

Federal n° 11.892, é composto atualmente por uma Reitoria, 10 *Campus* e 01 *Campus* Avançado, sendo vinculado e condicionado às diretrizes centrais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, do Ministério da Educação - MEC, dotado, por sua natureza jurídica, de autonomias administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar (IFFar, 2022).

No que concerne à metodologia dos trabalhos de elaboração do PPE, é oportuno registrar, que a SETEC como Órgão Central da RFEPT, com vistas ao atendimento do Acórdão TCU nº 506/2013, elaborou o Documento Orientador. Este por sua vez, foi encaminhado aos IFs como proposta para elaboração dos planos estratégicos e orientou, basicamente, a execução de: constituição de comissão interna em cada IF, elaboração em cada IF de diagnóstico quantitativo e qualitativo e, por fim, consolidação de um plano estratégico Institucional (BRASIL, 2014).

Para melhor visualização dos percursos de elaboração e implantação do PPE do IFFar, segue uma linha do tempo ilustrativa.

Figura 2 - Linha do tempo.



Fonte: autores (2023)

A CONSTRUÇÃO

O processo de elaboração do PPE do IFFar, assim como nos demais IFs, ocorreu de forma praticamente automática, haja vista a proposição, como “solução pronta” advinda da SETEC, que, por sua vez, seguiu uma recomendação de caráter técnica e economicista, apontada pelo TCU. Para Silva (2020, p. 190), ainda que relevante o trabalho do TCU, há percepção acerca das análises do órgão de controle de que elas têm com foco principal o orçamento federal, “[...] medindo eficiência em termos de recursos financeiros injetados versus recursos humanos formados, e a evasão representando, antes de trajetórias escolares interrompidas, perda de dinheiro”.

No que concerne à eficiência do IFFar, o PPE apresentou à época, seus índices com base no Relatório de Gestão 2009-2013, que demonstra uma oscilação em aproximadamente 50% (IFFar, 2014, p. 7). Contrapondo-se à visão economista do TCU para medir os resultados, Sobrinho e Bonilha (2021), inferem que “[...] não podem se resumir à eficácia e eficiência, precisam considerar a efetividade, o impacto social e os inúmeros elementos complexos da educação [...]”, sob pena de “[...] lesar o direito à educação, o Estado Democrático de Direito e a própria dignidade humana” (SOBRINHO; BONILHA, 2021, p. 191).

De outro modo, ainda que incipientes as ações para tratamento do abandono escolar em formato de política ou programa nacional, não há como se isentar à cobrança das instituições de ensino no tocante aos resultados, ainda que em termos simplesmente quantitativos e monetários, pois isso é o reflexo “[...] de um Estado que gerencia os resultados, deixando de se responsabilizar por eles de forma sistêmica” (SILVA, 2018, p. 194). Diante disso, vê-se a necessidade de se estabelecer, na fase de elaboração de uma política ou programa, as técnicas e ferramentas capazes de acompanhar e avaliar os seus resultados e metas, com vistas a estabelecer sua eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade, conforme a natureza do tema.

Há que se ressaltar que, embora submetido ao controle externo do TCU, o IFFar necessita fortalecer e implementar políticas ou programas institucionais,

contendo ações administrativas e pedagógicas claras que contribuam efetivamente para a permanência e o êxito dos seus estudantes, em todos os níveis e modalidades de ensino, transpondo-se à visão meramente econômica e para além dos fatores internos e externos, considerados até então, como também, motivadores da evasão e retenção escolar.

A partir das orientações recebidas da SETEC - MEC, o IFFar organizou internamente os fluxos necessários à implementação das ações propostas, iniciando com a constituição de uma comissão multiprofissional, designada mediante a Portaria IFFar nº 1.683/2014, que teve como objetivo, mapear os índices de evasão dos cursos, propor discussões pertinentes e, ao final, apresentar um plano de intervenção.

Nesse ponto, não podemos deixar de mencionar o pioneirismo em relação à execução do programa, ainda que, de forma impositiva pela SETEC e pelo próprio TCU, demonstrando a capacidade organizacional da Instituição e de seus servidores, que, prontamente assumiram o compromisso e, de forma conjunta, explicitaram a situação do IFFar à época, em relação aos índices de evasão e retenção, principalmente, mas também elencaram algumas prioridades de atendimento e quais ações seriam necessárias executar, para diminuir os índices negativos apresentados pelo Órgão de Controle. Registra-se aqui não apenas uma potencialidade, mas a eficiência das equipes e o comprometimento Institucional.

Segundo Cavalheiro (2020), em sua tese doutoral acerca do Planos Estratégicos de Permanência e Êxito dos IFs Gaúchos, há que se ressaltar que o PPE do IFFar “teve sucesso devido a fatores como a sensibilização de toda comunidade acadêmica, quanto à questão da temática permanência e êxito, agregando a isso o desenho de um processo de discussão amplo e democrático nos *campi*” (CAVALHEIRO, 2020, P. 175).

Ademais, houve uma atenção Institucional ao problema apresentado, ainda que de forma generalista, já estabeleceu em seu planejamento de médio e longo prazo, o PDI (2014-2018), a necessidade de traçar ações específicas em prol da permanência e êxito dos estudantes, senão, vejamos:

> A evasão e a retenção são temas recorrentes: eis aí um dos maiores desafios para a gestão do ensino no país. Se, por um lado, está claro que gera muito mais vagas no ensino técnico profissional atender à demanda dos jovens e adultos, por outro, existem os fenômenos da evasão e da retenção, que assustam instituições como os Institutos Federais. Como explicá-los? Ao buscar entender esses fenômenos são apontadas múltiplas variáveis possíveis de serem suas causadoras: condições econômicas dos estudantes, falta de mais assistência estudantil, despreparo dos professores para o exercício da docência no ensino técnico, formação básica deficitária dos estudantes, dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico, currículos e/ou metodologias de ensino e aprendizagem inadequados. E o desafio permanece, precisamos criar instrumentos avaliativos capazes de diagnosticar de forma contextual e precisa as causas da evasão e da retenção, para que possamos agir assertivamente e combater eficientemente essas mazelas do ensino (IFFARROUPILHA, PDI 2014-2018).

Instalada a Comissão Central, esta propôs uma minuta de PPE, definindo estratégias para tratamento das causas de evasão e retenção dos estudantes. Tal minuta foi enviada aos *Campus* que compõem o IFFar, que, por sua vez, promoveram as análises e discussões no âmbito de cada Unidade, no sentido de contribuírem para a definição de ações, a partir da sua realidade local, a fim de estabelecer conjuntamente, estratégias concretas ao problema evidenciado. As propostas dos *Campus* foram então encaminhadas à Comissão Central que tratou de incorporá-las ao documento inicial.

O documento do PPE, Resolução CONSUP nº 178/2014, está organizado, de forma geral, contendo a aprovação da matéria com a devida ratificação pelos conselheiros do CONSUP e o detalhamento do programa, assim organizado: a identificação da instituição, os objetivos geral e específicos, a justificativa, o diagnóstico institucional, a metodologia dos trabalhos, o cronograma 2014-15, seguidos de um plano de ações, que dispõe sobre as estratégias de intervenção de acordo com os fatores que levam à evasão e retenção.

O Programa apresenta como objetivo geral “consolidar a excelência da oferta da EPT de qualidade e promover ações para a permanência e êxito dos estudantes no IF Farroupilha”. Desse modo, a permanência e êxito são entendidos, simplesmente, como a manutenção do vínculo institucional (estudante – escola), com o regular cumprimento das regras da instituição, e a conclusão do curso ao qual esteja

matriculado o estudante, de acordo com o previsto no projeto pedagógico de cada curso (IFFar, 2014, p. 03).

Partindo-se dos seus objetivos específicos vê-se que, para além de evidenciar pontualmente sobre o problema identificado pelo Órgão de Controle, a Instituição buscou traçar proposições para atacar outros problemas, como por exemplo à imagem e identidade institucional, possivelmente pela vinculação que estes tivessem com o problema geral, ampliando, dessa forma, a possibilidade de estabelecer mais ações. Contudo, isso não ficou muito claro no documento, talvez, confundindo-se os propósitos, pois as ações estabelecidas vieram em um rol extenso e delimitadas pelos fatores individuais dos estudantes, internos e externos à Instituição, logo, direcionando-se à evasão e retenção, que, mais adiante, torna-se um desafio à ser combatido pela própria Instituição, apresentado em relatório das ações do PPE no ano de 2016, com vistas a "romper com a ideia de programa institucional de redução da evasão e retenção, para a implementação/incorporação de uma prática pedagógica em permanente processo de reflexão e ação" (IFFAR, 2016).

Extrai-se, ainda da Resolução mencionada, as conceituações para evasão e retenção escolar, considerando-se a primeira como o "abandono do curso no qual o estudante está matriculado", e por sua vez retenção, como a "não integralização do curso no período definido no Projeto Pedagógico (PPC)".

Há que se mencionar, contudo, que ao longo das construções dos planos estratégicos pelos IFs, houve muita indefinição acerca dos principais conceitos que envolvem o problema da evasão e retenção, já que "os discursos e os documentos destacados demonstram uma confusão real sobre o que é o aluno evadido e qual a sua importância para o cálculo da eficiência acadêmica do sistema de ensino na educação profissional [...]" (SILVA, 2018, p. 185).

Nesse sentido ainda, Silva (2018), revela que a própria SETEC-MEC ainda não têm esses conceitos de forma clara, com vistas à disseminação na RFEPT, conforme evidenciado em discursos daquele órgão:

> Ah! Eu acho que uma questão que é importante destacar, isso em âmbito nacional, é a regulação. Não! Regulação não é o nome certo, mas a normatização disso, a normatização de conceito. Igual ao exemplo que eu dei: O que que é uma evasão? A partir de quando que ela é considerada? O que que é êxito? É o aluno que está lá trabalhando? É o aluno que está fazendo pesquisa na área? Ou é o aluno que ele nem conseguiu diploma? Ou é o aluno que tem o diploma e, por exemplo, não está trabalhando? Eu acho que, em nível de Brasil, está faltando essa conceituação assim, pelo menos no nível de educação profissional. Nós ainda não temos uma política de evasão definida conceitualmente. (Sistemas Informacionais, Entrevista concedida a MADURO SILVA, 2018, p. 182).

Vê-se que, passados aproximadamente, uma década desde os apontamentos do TCU, há ainda desafios básicos que devem ser enfrentados pela Rede, evidenciando a necessidade de organização urgente de uma política sólida que trate desde os termos conceituais de evasão e retenção até os operacionais que devem ser aplicados em cada Unidade, no âmbito da EPT.

Silva, Castioni e Martínez (2021), em recente publicação, ponderam:

> Na RFEPT, ao longo de quase dez anos, vê-se a tentativa de pacificação de conceitos relacionados à evasão escolar para sua quantificação, o que não se dará sem divergências, pela dificuldade de um entendimento comum sobre o problema. Nesse processo também desempenhou papel fundamental a falta de uma estrutura gestora para a informação. Nesse processo também desempenhou papel fundamental a falta de uma estrutura gestora para a informação. É uma complexa dinâmica de gestão, que envolve: controle central e autonomia da instituição de ensino, operacionalização dos registros acadêmicos em um sistema eletrônico de registro e elaboração de cálculos que permitam dizer do todo e das partes ao mesmo tempo que estas se relacionam com as demais situações de registros existentes. Porém, é fundamental entender que apenas a existência dos sistemas eletrônicos para o registro e seu monitoramento quantitativo não garante a eficiência do combate à evasão escolar. (SILVA, CASTIONI E MARTÍNEZ, 2021, p. 455).

Ademais, retomando o documento do PPE, que trata de ações combativas ou preventivas à evasão e retenção, não se identifica no mesmo qual é o entendimento ou uma conceituação Institucional acerca dos termos “permanência” e “êxito”, foco que pode ser explorado, já que ações voltadas à permanência do estudante no IFFar, bem como seu sucesso acadêmico, contrapõem-se fortemente à ocorrência dele evadir, ou mesmo ter reprovações, tornando-se retido.

Ao longo das pesquisas para realização deste trabalho, evidenciou-se algumas possibilidades para conceituação dos termos permanência e êxito, contudo, há que se considerar que ao serem construídas ou definidas, simplesmente, são influenciadas pela percepção sobre o assunto e pelas vivências de quem as redige, tornando-se ações mais amplas, com vistas ao não estabelecer um conceito fixo e imutável.

Nesse sentido, para Cordeiro (2018, p.17), o conceito de permanecer, "envolve discutir questões que abrangem o interior das salas de aula, os diversos espaços e tempos acadêmicos, a formação docente e o seu exercício, as práticas avaliativas e a gestão da educação, suas práticas e tomadas de decisão", atrelando-se o fazer pedagógico com a administração institucional.

Para Souza e Manhães (2018), o acesso, seguido pela permanência, não pode se limitar ao direito de estar na escola, fisicamente falando, mas ao de permanecer nela com qualidade e êxito, e que há um desafio atual da educação de promover a permanência escolar como uma das etapas de um processo permanente ao longo da vida, atendendo às especificidades culturais e sociais dos estudantes.

Em se tratando de êxito, este refere-se ao percurso do estudante, "como efeito do processo de ensino aprendizagem ao longo do curso, levando em conta os tempos e espaços diversos" (SUSKI, et al, 2021, p. 30).

Detalhando-se um pouco mais o percurso estudantil, o êxito encontra melhor definição e,

> "se caracteriza pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, preparação para o trabalho e para a cidadania, isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar em conjunto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias" (OLIVEIRA, 2020, p. 8 - 9).

Logo, estabelecer conceitualmente as expressões, requer dos responsáveis uma sensibilidade e sapiência apurada, envolvendo o tema, o ambiente e os atores envolvidos no percurso formativo escolar, com vistas a evidenciar com maior precisão seus objetivos e expectativas, principalmente, as do estudante. Além disso, a

exploração de tais definições, direcionadas ao PPE e à EPT, de forma geral, possibilita melhor direcionamento dos objetivos do programa e, por conseguinte, de suas ações.

Mais precisamente sobre o diagnóstico qualitativo e quantitativo acerca de evasão e retenção constante no PPE, o IFFar segue a base do Documento Orientador da SETEC, inclusive, no que se refere à categorização dos fatores que levam à evasão e retenção, em: fatores individuais dos estudantes, internos e externos à Instituição. Além disso, o documento do PPE traz, no tocante ao diagnóstico quantitativo que, por se tratar de uma instituição com constituição recente, os dados iniciais de 2009 a 2011, contemplam muitos cursos que apenas tiveram ingressantes, sem a devida integralização, fato que pode ter impactado em divergência ou distorção, se comparados aos dados diagnosticados pelo TCU.

Como índices de retenção, o documento do PPE apresenta em seu diagnóstico um percentual de 28,81%, seguido de índice de eficiência de 47,35%, ambos do ano de 2013. Como médias do período apresentado no documento, 2009 até 2013, a Instituição apresentou 15,03% de retenção e 44,73% de eficiência (IFFar, 2014).

Estranhamente, não aparecem no documento os índices de evasão, fato atribuído, segundo Cavalheiro (2020), “à dificuldade de medição real de índices de evasão e retenção, em função da inconsistência dos dados do SISTEC, na época, os gestores optaram, em um primeiro momento, não estabelecer metas quantitativas de redução de índices”, na esperança, logo em seguida, de contarem com índices mais precisos, extraídos do seu Sistema de Gestão Acadêmica (SIG). Disso, confirma-se, à época, que o programa PPE na sua origem, não estabeleceu claramente quais seriam as metas e resultados a serem alcançados durante sua aplicação, motivados pela inexistência de dados sistematizados no próprio IFFar, ficando limitado aos dados imprecisos do Órgão Central (CAVALHEIRO, 2020, p. 115).

A grande expectativa do IFFar, nesse sentido, estava na implantação de um programa de gestão acadêmica, com a finalidade de concentrar todos os registros estudantis, desde o processo seletivo até a expedição de diplomas, além do registro geral de seus processos administrativos e “facilitar o gerenciamento das informações e padronizar processos e estatísticas, colaborando para a integração dos diversos

campus do Instituto Federal Farroupilha" (IFFar, 2020). Fato é que, em 2014, implantou o Sistema Integrado de Gestão – SIG, contudo, até o presente momento, ainda não supre todas as necessidades Institucionais, necessitando ajustes e customização de alguns módulos e ferramentas para a realidade Institucional, haja vista ter sido desenvolvido para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É, possivelmente, uma ferramenta que o IFFar poderá explorar com mais precisão, no tocante ao registro e extração de seus dados, suprindo as lacunas existentes na Rede (IFFAR, 2020).

No que tange ao monitoramento e a avaliação, o PPE apresenta em sua metodologia, conforme item V do documento, a menção à realização dos trabalhos pertinentes, porém, comparado à maioria dos planos elaborados por outros IFs, também não especifica quais os caminhos, técnicas e ferramentas, periodicidade e responsabilidades para sua efetivação, ou seja, não há previsão clara nesse sentido. Há que se registrar, contudo, que ao pesquisarmos documentos internos da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), identificamos que foram elaborados alguns relatórios de avaliação das ações efetivadas pelos *Campus*, com informações pontuais destes e com caráter mais qualitativo, o que nos remete à consideração de que há efetivação de algum tipo de acompanhamento das ações do PPE, ainda que anualmente e mais gerais (IFFar, 2014).

Segundo Bauer, Fernandes e Gimenes (2019), o principal objetivo do monitoramento e da avaliação é evidenciar se os resultados encontrados estão em conformidade com as metas estabelecidas nos programas, permitindo, em caso negativo, "redefinição de rumos e ao aprimoramento de ações, estratégias e recursos". Tais procedimentos são complementares entre si e devem fazer parte de um mesmo processo, com vistas ao cumprimento do objetivo proposto (BAUER, FERNANDES E GIMENES, 2019, p. 07).

Identifica-se nesse sentido ainda, que no IFFar, assim como em outros IFs pesquisados, mesmo havendo certos trabalhos de monitoramento e de avaliação, não há registros públicos acerca dos resultados disso, ou ainda, que dos resultados encontrados fossem propostos ajustes, mudanças de curso ou mesmo, reavaliação

das estratégias e ações. Há que se registrar que o IFFar, como órgão público que é, deve obedecer ao princípio da publicidade de seus atos, ainda que alguns sejam facultativos, é importante publicizar o máximo que puder, com vistas a transparecer suas ações e produções.

O documento do PPE contém ainda como anexo, um rol de 18 estratégias para cada fator categorizado, que segundo apresentado à época pelo Documento Orientador da SETEC, levavam à evasão e retenção na RFEPT. Constituindo ainda esse anexo, vê-se uma distribuição de ações específicas para cada uma das estratégias, que somados, totalizam 58 ações. Disso, confirma-se que o PPE, à exemplo dos demais planos elaborados por outros IFs, "[...] seguiu à risca a recomendação do documento da SETEC-MEC, de buscar as causas da evasão, de maneira generalizante [...]", provavelmente no sentido de apresentar, o mais breve possível, o que fora requerido pelo órgão central, mas também, "[...] acreditando que, após diagnosticar essas causas e realizar intervenções capazes de atacá-las, o fluxo de abandono será interrompido" (NETO, 2019, p. 20).

Nesse ponto, utilizando-se de um comparativo a outros Planos Estratégicos consultados, vê-se uma possível fragilidade apresentada pelo PPE atualmente, que certamente merece atenção da gestão, para que, quando de uma revisão e atualização do programa, possa analisar a pertinência dessas estratégias e ações, pois, diga-se de passagem, foram elencadas considerando uma realidade apresentada à época pelo TCU.

Além disso, a análise documental nos mostra que a Resolução do PPE também não estabelece prazo de vigência específico, tampouco, de possível revisão, o que pode impactar em certa desatualização, relacionados aos demais documentos Institucionais, principalmente, já que se passaram quase 10 anos de sua aprovação.

Há que se considerar, ainda, que o próprio PDI Institucional, documento norteador de todas as ações do IFFar em longo prazo, dispõe de prazos específicos de revisão e vigência total que é de oito anos, e, sendo assim, deve o PPE, caracterizado como documento complementar, acompanhá-lo minimamente,

seguindo quem sabe, o mesmo rito ou próximo disso, alinhando-se, inclusive, em relação às metas concernentes à permanência e êxito dos estudantes.

No tocante ao planejamento estratégico, o PDI apresenta as seguintes possibilidades de revisão e repactuação de metas (IFFar – PDI 2019 – 2026, p. 118):

> II. Quanto ao planejamento estratégico, fica estabelecido que:
> 1. Os objetivos estratégicos vigorarão de acordo com o período de vigência do PDI, podendo ser revistos somente no caso de alteração da legislação e aprovação pelos órgãos competentes.
> 2. Os indicadores poderão ser revistos.
> 3. Em 2023, as metas serão revisadas e poderão ser repactuadas.
> 4. As ações estratégicas serão revistas anualmente, tendo como instância de apreciação o CODIR, e de deliberação o CONSUP.

Nesse sentido, mais uma possível ação da Gestão do IFFar quando da atualização do PPE é contemplar prazo de vigência aproximando-se ao PDI, ou, em termos de documento complementar que é, ter sua vigência estipulada para a metade do prazo de vigência do PDI, ou seja, quatro anos, passando por atualizações e revisões anuais ou bianuais, principalmente no tocante às ações planejadas, sempre precedidas de avaliações periódicas.

Ainda, quanto à análise do documento do PPE, extrai-se que há algumas carências em relação à formalidade ou mesmo formatação documental, se compararmos às atuais Resoluções expedidas e publicadas pela Instituição. Logicamente, que não é o foco do presente estudo, mas convém essa observação, para que, numa próxima versão, possa-se, também, atentar para essa possível necessidade de padronização institucional.

A IMPLANTAÇÃO

Para fins de implantação do PPE, cada *Campus* do IFFar elegeu para implementação uma ou duas ações práticas prioritárias, conforme sua necessidade, seguindo o disposto no Plano de Ações, Anexo I, da Resolução CONSUP nº 178/2014.

Segundo Silveira (2017), “as ações são a materialização do PPE no cotidiano dos *Campi*. É a partir delas que os estudantes poderão ter o acesso, a permanência

e a conclusão de forma assegurada.” Nesse sentido, caracterizam-se em ações de cunho prático que interferem e/ou transformam as intenções negativas em possibilidades ou oportunidades positivas, no sentido de continuidade do percurso formativo dos estudantes (SILVEIRA, 2017, p. 116).

Diante da necessidade de aplicação de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes é que evidenciamos uma possível fragilidade quando da implantação do PPE, pois cada unidade elegeu suas ações prioritárias dentro do rol proposto pelo programa, contudo, em se tratando de Programa Institucional, não houve uma padronização nessa aplicação, deixando-se certa lacuna quanto à possibilidade de acompanhar e avaliar a efetividade dessas ações, ao final do primeiro ano letivo com o PPE e apresentar os impactos das mesmas ações aplicadas em cada Unidade do IFFar. Logicamente, que não nos compete investigar neste trabalho, os motivos dessa metodologia, tampouco, a eleição e decisão de cada Gestão Local acerca da aplicação de mais ações, além das inicialmente estabelecidas, mas, assim como identificou Cavalheiro (2020), houve de certa forma, algumas “dificuldades na articulação de um trabalho coletivo e sistematizado, que garanta a ampla participação dos atores institucionais, atribuídos a estrutura *multicampi* dos Institutos Federais” (CAVALHEIRO, 2020, P. 181).

Nesse sentido, é que os registros da Pró-Reitoria de Ensino do IFFar, demonstram que, apesar de discutidos e promovidos alguns ajustes no programa, há ainda algumas fragilidades que necessitam ser atacadas, conforme apresentado a seguir:

> [...] Esclareceu que algumas ações do PPE que vêm sendo desenvolvidas nos *campi* ainda não são ações específicas para a permanência e o êxito, mas ações de cada setor que, consequentemente, impactam no programa. Ainda há fragilidade com envolvimento dos coordenadores de curso. Os dados demonstraram as fragilidades de integração entre os setores. No momento, os setores estão revendo as 25 ações, especificamente aquelas específicas de responsabilidade do setor. (IFFar, 2018 – ATA CAEN Nº 10/2018)

Ademais, essa necessidade de sintonia e articulação no desenvolvimento das ações, bem como formações de equipes e comunidade interna, objetiva também, a

não fragmentação de procedimentos e entendimentos. Com relação às formações, o mesmo documento institucional “sugeriu que no início do ano letivo, cada *Campus* oportunize momento formativo e de retomada desses planejamentos por curso, com os coordenadores e até mesmo com todos os demais docentes”, caminhando-se em direção ao fortalecimento do PPE (IFFar, 2018 – ATA CAEN Nº 10/2018).

No que concerne às ações apresentadas pelo anexo do PPE, as mesmas, como já mencionado, foram organizadas em consonância com os possíveis fatores que levam à evasão e retenção, classificados tais como no Documento Orientador da SETEC, os individuais dos estudantes, os internos e os externos à Instituição. Nesse ponto, o IFFar selecionou algumas ações propostas pela SETEC, acreditando possivelmente, que nem todas elas estavam ao alcance de aplicação pelas suas Unidades ou se apresentassem à sua realidade, já que das 190 propostas do Órgão Central, elencou no PPE apenas 58, demonstrando capacidade de avaliação e efetivação de um trabalho para isso.

Mais precisamente sobre as propostas de ações de intervenção trazidas pelo Documento Orientador da SETEC, Neto (2019), critica com veemência, já que o documento se apresenta com características de “robotização” do processo, listando “110 fatores a serem verificados com os alunos” e propondo “190 ações de intervenção” (NETO, 2019, p. 19).

Nessa seara, há uma possiblidade de que essas ações possam ser revistas pela Gestão em uma próxima atualização do programa, do ponto de vista prático, sendo que, em caso de avaliação não tão propositiva dentro do PPE, possam até ser suprimidas ou transformadas e classificadas em outras ações Institucionais, com foco em desenvolvimento local e/ou regional, por exemplo.

Ao direcionarmos o olhar ao que realmente foi aplicado de ações nas Unidades do IFFar, com base nos relatórios da Pró-Reitoria de Ensino, verifica-se que, em sua maioria focou, como propostas de maior impacto, no acolhimento aos estudantes ingressantes com a promoção de reuniões nos primeiros dias do calendário acadêmico ou dentro do primeiro mês, contemplando a participação dos Pais, em alguns casos, com vistas, principalmente, à apresentação do *Campus*, do sistema de

ensino, das principais atividades desenvolvidas e dos gestores de cada área. Além disso, destacam-se as ações voltadas à assistência estudantil, como atendimentos em saúde, socias e de concessão de auxílios financeiros, principalmente (IFFar, 2016).

A partir das experiências nos *Campi*, as ações e as discussões internas passaram a se difundir e aprofundar, principalmente quando da realização dos Seminários de Formação de Gestores e Assessores de Ensino, quando eram reservados espaços para se avaliar o PPE, propor alguns ajustes e traçar as ações para um próximo ano. Mais precisamente no ano de 2015, por conta da realização do III Seminário mencionado anteriormente, a apresentação dos dados quanti e qualitativos requeridos pela SETEC, "gerou um Plano de Ação em cada *campus* e um planejamento geral para o Instituição: Plano de Ações 2016 do Programa Permanência Êxito" (CAVALHEIRO, 2020, p. 115).

Segundo Cavalheiro (2020), "a partir desse planejamento foram definidos três focos: instituição, servidores e estudantes, sendo para cada um deles relacionadas às respectivas causas de evasão/retenção e previstas estratégias de enfrentamento", com o foco voltado "às ações de processos pedagógicos de aprendizagem", além da possibilidade de se construir gradativamente a cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito estudantil. Evidencia-se aqui uma postura positiva e potencialmente necessária, pois amplia as possibilidades do agir institucional, no sentido de que ações fortalecidas para a permanência e o êxito se tornam antídotos eficazes para evasão e retenção (CAVALHEIRO, 2020, p. 115).

Já no ano de 2017, o Comitê Assessor de Ensino – CAEN, em uma de suas reuniões, propôs a redefinição do PPE do IFFar, considerando a necessidade de maior abrangência das ações para todos os cursos ofertados, contemplando planejamento de ações setoriais, observando-se as particularidades de cada curso, contando mais ativamente com os Coordenadores de Cursos respectivos.

Partindo-se dessa reunião, a proposta fora encaminhada ao Colégio de Dirigentes do IFFar – CODIR, composto pelo(a) Reitor(a), Pró-Reitores(as) e Diretores(as) de *Campi*, para análise e aprovação. Com o resultado positivo, a

proposta contemplou o tema principal do VI Seminário de Formação de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IFFar, realizado ao final do ano de 2017, definindo-se previamente pelos Gestores de Ensino, algumas propostas de encaminhamentos para discussão no evento:

> 1) nos *campi*, estudo prévio dos documentos elaborados a partir do PPE: Resolução CONSUP 178/2014, Relatório e Planejamento Estratégico enviado pelo IF FARROUPILHA à SETEC, em abril de 2016, relatórios das avaliações do programa de 2016 e 2017;
> 2) nos *campi*, análise e revisão do Plano Estratégico do PPE, definindo as responsabilidades dos setores para cada uma das ações;
> 3) no seminário, redefinição das ações e definição de responsabilidades, a partir das discussões e ponderações realizadas em dinâmica entre os pares. (IFFAR, 2017)

Depreende-se, ainda, de documento expedido pela Pró-Reitoria de Ensino do IFFar, quando da realização do VI Seminário de Formação de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IF Farroupilha, algumas constatações e orientações para a melhoria no programa, conforme seguem (IFFAR, 2018):

> Observa-se, ainda, a dificuldade de implementação das ações, por força da falta de clareza das responsabilidades de cada coordenação/setor no planejamento. Assim, percebe-se a necessidade de deixar claras, no planejamento 2018-2020 do PPE, as responsabilidades e competências de cada setor (DE, CAI, CAE, CRA, CEAD, SAP), sob supervisão do NPI/Presidência do PPE. A indicação das responsabilidades é fundamental para que as coordenações de curso/eixo possam realizar o planejamento do curso articuladas com as demais coordenações ligadas ao ensino.

Identifica-se com o trecho acima as preocupações da Gestão de Ensino do IFFar acerca do PPE, principalmente em relação ao documento original, que não traz ou refere claramente quais os fluxos para as aplicações práticas e os responsáveis em cada ação. Nesse sentido, expressar isso documentalmente, como forma de definir como o programa será gerido e a quem ou quais setores da instituição realmente compete, é de suma importância. Contudo, isso não quer dizer que a responsabilidade recairá sobre um setor ou um grupo específico, mas convém que se

estabeleça referências institucionais para gerir as ações, monitorá-las, avaliá-las e ao longo do percurso propor os ajustes e atualizações necessários.

Nesse sentido, surge como proposição final do seminário mencionado, o Plano de Ações do PPE 2018-2020, sendo “elaborado considerando o histórico institucional do PPE, as avaliações realizadas em cada *campus* e as proposições discutidas e aprovadas coletivamente” no evento, conforme apresentado a seguir (CAVALHEIRO, 2020, p. 116):

Quadro 5 - Prioridades Estratégicas PPE 2018-2020.

Foco	Causas de evasão/retenção	Estratégias
Instituição	Falta de uma cultura institucional deatenção à permanência e êxito	**I - Consolidar cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito**
Estudante	Dificuldade de adaptação à vida escolar /acadêmica Deficiência da organização para osestudos Dificuldade de aprendizagem Formação escolar anterior deficitária	**II - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes** **III - Garantir ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência dos estudantes** **IV - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso**
Servidores	Falta de Formação continuada dosservidores Dificuldade com metodologias adotadaspelos professores	**V - Contemplar questões de permanência e êxito no programa Institucional de formação continuada dos servidores**

Fonte: IFFar, 2017.

Quadro 6 - Ações Estratégicas do PPE 2018-2020.

Estratégias	Ações	Setor responsável	Setores colaboradores	Metodologia	Período/ Prazo	Indicador
I - Consolidar a cultura institucional de atenção à permanência e aoêxito	1 presentação/retomada/avaliação do PPE com osservidores e estudantes semestralmente	DE/PPE	CRA	Reunião Geral		Número de reuniões / 2
	2 Elaboração e implementação do PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção	DE/PPE	CRA			N° de projetos /n° cursos

	3 Articulação do NPI com coordenadores de Curso/Eixo para acompanhamento e avaliação do PPE nocurso	DE/PPE		Reuniões		Nº de reuniões/4
II - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes	4 Acolhimento das turmas ingressantes	CAE	CRA			Nº ações de acolhimento / nº turma
	5 Elaboração de diagnóstico das disciplinas pelo corpo docente e organização de atividades de nivelamento/assessoramento	SAP				Nº diagnóstico /nº turma
	6 Acompanhamento da frequência e do aproveitamento dos estudantes, por meio de relatórios do SIGAA e atuação preventiva nos casos de infrequência/baixo aproveitamento	DE/CGE/Coordenação de curso	CRA Docentes			
	7 Acompanhamento da aprendizagem e planejamento da recuperação paralela e do calendário de avaliações	DE/CGE/Coordenação de curso	Docentes			
	8 Realização da pesquisa sobre o perfil dos estudantes ingressantes	DAE/CAE				
	9 Coleta de dados sobre a evasão (abandono e cancelamento) dos estudantes	DE/PresidentePPE	CRA	Formulário de desligamento/ transferência pesquisa abandono		Nº de formulário / nº total deevasão
	10 Reuniões periódicas de ouvidoria com os líderes de turma	DE	Direções do *Campus*			
	11 Organização das monitorias para dar conta do nivelamento e do êxito nas disciplinas de menor aproveitamento	DE/CGE				
III - Garantir as ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência	12 Publicação deeditais de assistência para ingressantes até o início do ano letivo	DAE/CAE				
	13 Atendimento aos estudantes pela equipe	CAE				

dos estudantes	multidisciplinar					
	14 Promoção à saúde e qualidade de vida dos discentes	CAE				
	15 Acompanhamento de alunos e orientação aos professores sobre os registros das práticas de flexibilização e as dificuldades de aprendizagem	NAPNE/CAI				
	16 Participação da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) nas reuniões dos cursos, compartilhando os casos de atendimentos e os encaminhamentos realizados pelo setor	CAI				
	17 Divulgação, apoio e participação nas atividades propostas pelos Núcleos	CAI				
IV - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso	18 Atendimento individual de orientação aos estudos pelos professores e setor pedagógico	Coordenações de Curso	SAP			
	19 Apoio didático pedagógico para organização de grupos de estudos	Coordenações de Curso	SAP			
	20 Realização de atividades voltadas à organização da vida estudantil, às metodologias de estudo e à gestão do tempo	SAP	CAE			
	21 Exposições e divulgação de trabalhos visando estimular e comprometer o estudante com o curso	Coordenações de Curso	Docentes			
	22 Intermediação entre empresa, setor de estágio e estudante para inserção no mundo do trabalho, bem como visitas técnicas	Coordenações de Curso	DEPEP/Coorde nação de extensão			
	23 Realização de práticas e eventos do curso voltados à identificação do estudante com o curso	Coordenações de Curso	Docentes			
V - Contemplar as questões de permanência e êxito no Programa Institucional de Formação Continuada dos Servidores	24 Formação Continuada com foco em metodologias de ensino, processos avaliativos e elaboração de instrumentos de avaliação	SAP				
	25 Compartilhamento e socialização das práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de	DfE/PPE				

	ensino, visando ao êxito.					

Fonte: IFFar, 2017.

Vê-se que, ao longo da aplicação das ações do PPE algumas discussões coletivas apontaram a necessidade de melhorias, deixando evidentes algumas das potencialidades e das fragilidades do programa em termos práticos, principalmente, elaborando-se coletivamente, algumas propostas no que concernem à sua atualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento do presente trabalho foi possível reconhecer que não é simples tratar sobre permanência e êxito estudantis, em âmbito da EPT, pelo motivo de estarem intimamente relacionados à evasão e retenção escolares que, diga-se de passagem, são complexos, multifacetados e originários de várias causas.

Ao longo dos anos evidencia-se muitos avanços, sejam de ordem legal, institucional e de estudos acadêmicos voltados à promoção da amplitude de acesso, da continuidade dos estudos e da obtenção de êxito acadêmico dos estudantes.

Nesse sentido, quando se propôs estudar as potencialidades e fragilidades do PPE do IFFar, quis-se analisá-las evidenciando o modo e o tempo do trabalho, para que ações que visem a permanência e o êxito dos estudantes possam se fortalecer, mantendo-se perenes institucionalmente.

Em se tratando das potencialidades, evidencia-se:

a) O pioneirismo acerca da construção e aprovação do PPE do IFFar;

b) Compromisso e eficiência institucional acerca da elaboração do trabalho proposto pela SETEC;

c)A inclusão de proposta no programa para atacar outros problemas institucionais, como por exemplo, sua identidade;

d) Preocupação na sensibilização da comunidade acadêmica acerca do tema;

e) Avaliação e discussão anual do programa, destinando espaços específicos, com vistas à promoção de possíveis ajustes.

No que tange às fragilidades identificadas pelo trabalho, há que se considerar que se apresentam em maior número, centrando-se em:

a) Formalidade e padronização em termos documentais;

b) Não apresentação de conceituações básicas, principalmente acerca de permanência e êxito;

c)Falta de estabelecimento de metas e quais os resultados esperados;

d) Apresentou inúmeras ações de forma generalizante, assim como as do Documento Orientador da SETEC;

e) Aplicação das ações junto aos *Campi,* sem estabelecer alguma ação de forma padronizada, com vistas à avaliação e comparações de efetividade;

f) Não estabelecimento das metodologias e periodicidade para realização de ações de monitoramento e avaliação das ações;

g) Em termos de prazos, não deixa claro sua vigência e quando será revisado e/ou atualizado;

h) Inexistência de publicidade acerca das ações aplicadas e os seus resultados efetivos.

Logicamente, que o caminho percorrido pelo IFFar não foi linear, pois há carência inicial em termos de registros e históricos de dados na Instituição e na REDE, incluindo, conceituações padronizadas acerca do que é permanência e êxito dos estudantes, formas e técnicas claras e objetivas para os cálculos das taxas como evasão, retenção, eficiência acadêmica, ou ainda, da previsão de indicadores capazes de refletir as realidades em diferentes momentos.

Por fim, o que se tem até aqui, são algumas evidências acerca do PPE, demonstrando, analogamente a uma análise SWOT, as forças e fraquezas do programa, concluindo-se que, pelo quantitativo de fragilidades apontadas, e o tempo de quase uma década de sua aprovação, há uma necessidade de ações institucionais com vistas à sua atualização, permitindo seu acompanhamento e avaliação constantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CF, 1988, art. 205, I. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 abr. 2022.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013** – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A506%2520ANOACORDAO%253A2013/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520. Acesso em: 01 mar. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 3ª reimp. da 1. ed., 2011.

BAUER, A.; FERNANDES, F.; GIMENES, N. Avaliação de projetos, programas e políticas educacionais. **Estudos em avaliação Educacional**. São Paulo, v. 30 n. 73, p. 6-11, jan./abr. 2019. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/6598/3741. Acesso em: 08 jun. 2021.

CAVALHEIRO, J. S. **Os planos estratégicos de permanência e êxito dos Institutos Federais gaúchos: um estudo sob a ótica da comunidade acadêmica.** 2020. 200 p. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos). Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2020.

CORDEIRO, M. J. J. A. Introdução. In I. M. Souza. **Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas.** (1{ ed.). Curitiba: Appris, 2018.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In DORE, Rosemary; ARAUJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FRANÇA, M. C. C. C.; ESCOTT, C. M.; MACHADO, L. **Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS**. Revista Plurais, 2022. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053. Acesso em: 07 abr. 2023.

FRITSCH, R. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar**: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, T. E. S.; TOLFO, D. **Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HEIJMANS, R. D.; FINI, R.; LÜSCHER, A. Z. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In: CUNHA, D. M. et al. (Orgs.). **Formação/Profissionalização de Professores e Formação Profissional e Tecnológica:** Fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2013. Disponível em: http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

IFFar. **Ata CAEN nº 10/2018.** Santa Maria, 2018. Disponível junto à Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: 05 mar. 2023.

IFFar. Conselho Superior. **Resolução nº 178, de 28 de novembro de 2014**. Aprova o Programa de Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal do Farroupilha. Santa Maria, 2014. Disponível em: http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168&sub=6013. Acesso em: 05 mar. 2023.

IFFar. Conselho Superior. **Resolução nº 009, de 26 de abril de 2019**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Farroupilha. Santa Maria, 2019. Disponível em: https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar. Acesso em: 21 mar. 2023.

IFFar. **Relatório de Ações do Programa Permanência e Êxito – 2015.** Santa Maria, 2015. Disponível junto à Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: 05 mar. 2023.

IFFar. **Relatório de Ações do Programa Permanência e Êxito – 2016.** Santa Maria, 2016. Disponível junto à Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: 05 mar. 2023.

IFFar. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018.** Santa Maria, 2014. Disponível em: http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

IFFar. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026.** Santa Maria, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/ele7r/Downloads/PlanodeDesenvolvimento_marco2020%20(3).pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

IFFar, 2020 – **Sistema Integrado de Gestão – SIG**. Disponível em: https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/10-sig. Acesso em: 10 abr. 2023.

IFFar, 2017 – **Plano Estratégico PPE 2018-2020**. Disponível junto à Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: 07 abr. 2023.

IFFAR, 2018 - **Orientações para o VI Seminário de Formação de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IF Farroupilha.** Disponível junto à Pró-Reitoria de Ensino. Acesso em: 07 abr. 2023.

LENSKIJ, Tatiana. **Direito à permanência na escola**: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NETO, J. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, v.2, n.2, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, H. D. F. **Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica. 2020. 82 p.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional). Instituto Politécnico de Santarém. Santarém: IPSANTARÉM, 2020.

PARENTE, R. C. M. **EVASÃO ESCOLAR**: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas. 2019. 148 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Morrinhos – GO. Instituto Federal Goiano - 2019.

SILVEIRA, R. **O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. 2017. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SILVA, D. B. M. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. 2018. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SILVA, D. B. M.; CASTIONI, R.; MARTÍNEZ, R. T. **Evasão Escolar e os Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2015.** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes - RJ, v.23, n.2, p. 437-460, 2021.

SOBRINHO, S. C.; BONILHA, T. P. Permanência e Êxito nos IFs: um plano utópico ou uma possibilidade concreta?. In: RAMARO, A. S.; ALMEIDA, M. S. R.O. (Org.). **Reflexões sobre Permanência e Êxito nos Institutos Federais**. Macapá, AP: EDIFAP, 2021. p. 167-195.

SOUZA, R. Q. G.; MANHÃES, E. K. O contexto da educação de jovens e adultos: o porte da instituição e suas implicações no envolvimento dos alunos. In I. M. Souza. **Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

SUSKI, C. A.; SANTOS, D. M.; PACHECO, D.; ESTEVES, M. R. V.; PEIXE, R. I. P.; GUIMARÃES, S. L. **Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica**. – IFSC. Itajaí. Scientia Vitae. Vl. 11, n. 33, ano 8, 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

7 DISCUSSÃO

Ao longo dos quase quinze anos de criação dos Institutos Federais, estes têm se destacado na busca constante pela universalização e democratização do ensino, principalmente, no ensino técnico, garantindo o acesso, a permanência estudantil e o êxito nesse percurso e, ainda, como forma de superação da evasão e retenção escolar e da dualidade estrutural, que ainda insiste em se apresentar em nosso meio.

Essa busca constante pela qualidade da educação perpassa, também, por questões de eficiência e de eficácia de uma instituição de ensino. Nesse aspecto, demonstrar sua eficiência e sua eficácia se apresenta como grande desafio para inúmeras delas, pois são impactadas pela grande quantidade de estudantes que abandonam os cursos antes de sua conclusão (PARENTE, 2019).

Para Fini, Dore e Luscher (2013),

> A eficiência da escola diz respeito à relação insumo-produto e resulta de um cálculo econômico que associa o desempenho escolar a uma medida de qualidade. Já a eficácia, relaciona-se à capacidade de cada escola produzir os resultados dela esperados, sob uma medida que procura associar o desempenho do estudante à qualidade dos processos internos à instituição escolar (FINI, DORE E LUSCHER, 2013, p. 247).

Nessa perspectiva, a evasão pode ser considerada como ineficiência da instituição escolar visto que o rendimento dos estudantes está abaixo do esperado, comprometendo, assim, a qualidade do ensino ofertado. Além disso, como os resultados esperados não foram contemplados, há indícios de que os processos educativos também apresentam ineficácia (PARENTE, 2019). Assim, “a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade” (BRASIL, 2010, p. 62).

Pensar em resultados negativos ou não planejados – considerando que o planejamento objetiva resultados positivos, implica em voltarmos à atenção aos fatores, tidos até então, como responsáveis pela evasão e retenção escolar, no

sentido de conhecê-los, entendê-los e elaborar estratégias e ações capazes de preveni-los ou mitigá-los, minimamente. Nesse mesmo sentido, para França, Escott e Machado, “considera-se imprescindível compreendê-los enquanto parte significativa do processo de permanência e êxito escolar” (FRANÇA, ESCOTT E MACHADO, 2022, p. 11).

Igualmente para Friscth (2017), abandono escolar, que pode ser provisório ou definitivo “é um fenômeno complexo, resultado de múltiplas causas vinculadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino” (FRISCTH, 2017, P. 84).

Vê-se que são muitos os estudos que envolvem esse tema tão desafiador e que nos últimos anos têm voltado seu foco também, para o ensino técnico e tecnológico ofertado pelos IFs, o que, no somatório, passam a compor um banco de informações relevantes, seja para pesquisas em curso ou para despertar alguns gatilhos para novas pesquisas, mas o fato é que até este momento, qualquer delas não apresenta com precisão o que, simplesmente define cada uma das expressões evasão e retenção. Pela complexidade, como já referido, todos os estudos indicam algumas pistas, que advindas ou não dos órgãos competentes pelo sistema educacional do País, levam a crer que, pela repetição desses apontamentos, há um norte a ser seguido para o enfrentamento dessa lacuna conceitual, inicialmente, direcionando-se em prol de uma política pública mais abrangente.

Corrobora esse entendimento a pesquisa efetivada por Silva (2018), que apresenta informações da SETEC – MEC acerca do entendimento de evasão na Rede, muito distantes da concretude, senão, vejamos:

> Claramente, hoje, para estudar a evasão na educação profissional, a gente não tem um indicador palpável. A gente não tem como dizer que essa evasão é assim por causa disso. Então, a gente até hoje no Ministério não tem. Se você perguntar para qualquer diretoria da SETEC que cuida da educação profissional aqui, nenhuma das diretorias tem um estudo conciso de evasão, porque a gente não consegue criterizar o que seria de fato a evasão na educação profissional (Bolsa Formação, Entrevista concedida a MADURO SILVA, 2018, p. 182).

Diante disso, há que se considerar que, por não haver na RFEPT ainda uma conceituação clara sobre evasão e retenção, por conta da inexistência clara sobre suas causas, fórmulas de cálculo etc., muito ainda se precisa para chegar ao que de fato é e se considera, a permanência e o êxito escolar, principalmente, em termos de educação profissional, que, apesar de avançando em algumas pautas, ainda permanece à margem do sistema de educação como um todo.

Convém observar que tais conceituações, consideradas também como base para uma política a ser positivada pelo Estado, não garantem por si sós o direito à educação estabelecido constitucionalmente e que dentre outras coisas, há necessidade, para o alcance do sucesso escolar, de se concretizar, “ações integradas que implicam a compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social” (BRASIL, 2010, p. 62).

Além disso, há que se considerar, também, que a concepção do sucesso escolar não diz respeito ao esforço empregado unicamente pelo indivíduo, e que para tanto, a fim de que obtenha sua formação integral e humana, necessita de uma proposta democrática de educação que garanta seu pleno desenvolvimento durante o percurso e que este seja concretizado sem interrupções, transparecendo, nesse sentido, a qualidade da instituição educacional e o seu compromisso para com o acesso, a permanência e o êxito.

As proposições acerca do combate à evasão e retenção, que caminham em direção da permanência e do êxito estudantil, vêm, nos últimos anos, conquistando espaços importantes em âmbito da EPT, principalmente, após inúmeras ações de inspeções efetivadas pelo TCU, junto à Rede. Há que se destacar que os Planos ou Programas de Permanência e Êxito implementados pelos IFs nesse período têm contribuído para que os estudantes percorram um caminho escolar mais tranquilo, haja vista que muitas ações são planejadas e executadas nesse sentido, demonstrando que há preocupações, mas também trabalhos e compromisso dos envolvidos, na superação das dificuldades da EPT, fortalecendo-a ainda mais.

Essas ações do órgão de controle, ainda que fortemente voltadas à eficiência, em ter recursos financeiros aplicados na Rede, contribuem no sentido de evidenciar

as potencialidades e fragilidades das Instituições, pois, ainda que numericamente ou monetariamente, esses dados monitorados e avaliados periodicamente “se constituem centrais para a constante qualificação e redefinição das metas e ações com vistas à garantia da permanência e do êxito dos estudantes” (FRANÇA, ESCOTT E MACHADO, 2022, p. 11).

Diante disso, para a promoção de políticas de acesso, permanência e inclusão na Rede, faz-se importante “garantir mecanismos de acompanhamento da produção, implantação, monitoramento e avaliação de políticas educacionais e de seus resultados, visando uma formação de qualidade socialmente referenciada, nos diferentes níveis e modalidades” (BRASIL, 2018, p. 69).

Ainda nesse sentido, Parente (2019) infere que há necessidade de “se buscar a equidade, já que o processo educacional deve preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho” (PARENTE, 2019, p. 108).

Dentre os programas em âmbito da qualificação das ações de acesso e permanência de estudantes, o presente trabalho destaca e explora o PPE do IFFar, centrando-se na sua análise como objetivo principal, englobando ainda, estudos direcionados aos demais planos efetivados pelos demais IFs do Brasil, com vistas de, ao final, sugerir um produto educacional que contemple possibilidades para a atualização, monitoramento e avaliação do PPE.

Diante disso, como propostas de estudos, construiu-se o primeiro manuscrito com objetivo de pesquisar acerca da elaboração dos outros planos de permanência e êxito instituídos pelos demais IFs, explorando suas metodologias, tempos e modos dos trabalhos desenvolvidos. Ao longo da pesquisa identificou-se que a maioria dos IFs seguiram à risca as recomendações do Órgão Central, elaborando e aprovando prontamente seus planos, nos moldes previamente estabelecidos, incluindo-os no rol de documentos institucionais, contudo, pouco executáveis, haja vista, a extensão e a amplitude das ações traçadas em cada documento. Além disso, os planos não contemplaram de forma assertiva alguns pontos importantes, como o estabelecimento de metas possíveis e passiveis de monitoramento e avaliação, que também, diga-se de passagem, não foi estabelecido com clareza.

Como continuidade do trabalho, o segundo manuscrito explora o PPE do IFFar, com vistas a evidenciar suas potencialidades e fragilidades, sendo possível concluir que há uma necessidade urgente de atualização do programa, principalmente, no tocante à revisão das estratégias e ações propostas, incluindo-se, dentre outros, a necessidade de definições institucionais de conceituações e entendimentos, metas e resultados com vinculação a indicadores específicos, vigência do programa e, ainda, estabelecimento de técnicas e ferramentas para monitoramento e avaliação.

De forma conexa, os planos ou programas de permanência e êxito elaborados pelas Instituições componentes da Rede seguiram a receita pronta da SETEC, ou seja, “receberam as orientações do Ministério da Educação e, assim, procederam”. Contudo, há que se ressaltar que em vários aspectos acabaram pecando, dentre os quais, a falta de discussão e formalismo, estabelecimento de metas e ações possíveis de se executar, falta de mecanismos de monitoramento e avaliação claros, adotando-se um padrão mecanicista para tratar de temas complexos” (NETO, 2019, p. 20).

No tocante ao PPE, a evidência acerca da necessidade de atualização funda-se ainda pelo fato de ter sido aprovado há quase uma década, e que ao longo do caminho há possibilidade de que os fatores desencadeadores da evasão e retenção escolares, focos à época, podem já não ser os motivadores atuais. Além disso, estabelecer como foco principal as ações que visem igualdade de condições para ampliação da escolarização e formação profissional e cidadã, apresenta-se também como possibilidade de tornar o programa mais amplo.

Assim, conforme Parente (2019) há possibilidade nesse sentido, de se seguir por um ou pelos três dos caminhos propostos,

> “o primeiro, como uma instituição que tem função reparadora, que se propõe restaurar o direito à igualdade, anteriormente negado; o outro, com função equalizadora, que diz respeito à igualdade de oportunidades; e, por fim, com função qualificadora, que se refere à aprendizagem permanente do ser humano, defendida como aprendizagem ao longo da vida” (PARENTE, 2019, p. 108).

Logicamente, que a tarefa para esta atualização do PPE não será fácil, tampouco ocorrerá sem debates, discussões e controvérsias, sendo necessário, ao

longo do caminho, a manutenção da articulação institucional como um todo, incluindo seus *Campus*, gestores e toda a comunidade acadêmica, no sentido de procurar estabelecer os mecanismos, técnicas e fluxos claros, com vistas à elaboração de uma política interna efetiva, contemplando indicadores contextualizados com base em questões sociais e culturais, em conhecimentos práticos, teóricos e metodológicos, em normas institucionais e da EPT, na direção de melhorias concretas e não apenas como manobras discursivas para implementação de propostas arbitrárias conforme interesses de certos atores (SILVA, CASTIONI E MARTÍNEZ, 2021, p. 455).

Vê-se que de fato, nesse processo complexo, a dinâmica da gestão do IFFar será ponto crucial, envolvendo controle e autonomia das equipes envolvidas, acompanhamento e operacionalização de registros, mais especificamente os contidos no SIG e os contextos estudantis de cada uma de suas Unidades, para que haja possibilidade ao final, de concretude de uma proposta global, capaz de refletir do todo e das suas partes ao mesmo tempo.

Contudo, é necessário o entendimento de que a existência de sistemas de registros, eletrônicos ou não, capazes de armazenar e permitir o monitoramento dos dados, não garante que à eficiência na superação dos problemas de evasão, de retenção, de permanência e de êxito dos estudantes, já que são muitas as condicionantes e que o engajamento e a participação da comunidade escolar, também são fundamentais para se fazer as mudanças onde realmente importam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa objetivou a análise do Programa de Permanência e Êxito (PPE), do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Para tanto necessitou buscar na legislação vigente, na literatura, em pesquisas anteriores, em documentos institucionais internos e de outros órgãos públicos as correlações que envolvem os fenômenos da evasão, da retenção, da permanência e do êxito escolares, presentes no PPE do IFFar e nos demais PPEs dos IFs.

Evidenciou-se, por meio da literatura e das pesquisas anteriores que os fenômenos da evasão e retenção escolares são problemas complexos, multifacetados e de difícil administração, pois decorrem de fatores e influências diversas, sejam de ordem individual dos estudantes, institucionais, incluindo, alguns externos. Além disso, que tais fenômenos ganharam evidência e espaços de discussão e estudos no âmbito da EPT, quando da realização de auditoria pelo TCU, e expedição do Acórdão nº 506, no ano de 2013.

Contrapondo-se à complexidade de enfrentamento dos problemas apontados, identificou-se que houve pronto atendimento dos órgãos competentes, principalmente da SETEC, responsável pela RFEPT, no sentido de minimizar os impactos e responder prontamente ao órgão de Controle Externo. Ainda que de maneira fortemente arbitrária, estabeleceu, por meio do Documento Orientador, que cada componente da Rede elaborasse um plano ou programa para mitigação das causas que levavam à evasão e retenção escolares, no sentido de, possivelmente, resolver o problema em definitivo. Isso, na realidade não foi bem o que ocorreu, já que, ao longo dos anos, várias interferências fizeram que a própria SETEC não fosse capaz de acompanhar os trabalhos da Rede, sejam por questões de ordem técnicas ou mesmo políticas, restando em concretude de planos ou programas muito teóricos e pouco exequíveis.

Infere-se a partir da presente pesquisa que os planos elaborados foram muito apressados, “românticos” e irreais, haja vista, a pouquíssima discussão e a falta de estudos mais precisos e detalhados acerca dos reais problemas da Rede, que

deveriam ter sido tratados até aqui pela SETEC, como Órgão Central, e que não envolvessem apenas evasão e retenção. Além, é claro, da incontestável execução maciça, pela maioria dos IFs, dos planos e programas de permanência e êxito, que sequer buscaram outros caminhos ou métodos para retratar suas realidades, já que são, evidentemente diferentes, e que isso ocorreu, possivelmente, no sentido de minimizar esforços e recursos (NETO, 2019, p. 21).

Nesse sentido, aponta-se como possibilidade, a partir dos planos de permanência e êxito estabelecidos pelos IFs, que haja uma revisão e atualização desses, visto que nem todos contemplaram essa previsão claramente, incluindo, quem sabe, encaminhamentos superiores e conjuntos à SETEC, no sentido de provocação e transformações em política ou programa da Rede.

Acerca do PPE do IFFar, conclui-se que, assim como fora estabelecido, não surte mais efeitos, pois carece de revisão, atualização e formatação, estando totalmente desconexo aos demais documentos institucionais, principalmente ao PDI. Para isso deverá contar com a articulação da Gestão Central e daqueles presentes nos *Campus*, no sentido de nova sensibilização, apropriação e discussão que contemple a gestão e o fazer pedagógico, buscando o maior engajamento possível, de toda a comunidade escolar, destacando a importância no desenvolvimento de ações direcionadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes, incluindo a realização de reuniões gerais e setoriais, formações e planejamento específicos.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta como perspectiva uma singela contribuição, por intermédio da organização de um produto educacional, que é requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e centra-se na elaboração de um Guia de possibilidades para atualização, monitoramento e avaliação do PPE, contemplando algumas conceituações pertinentes, a previsão acerca do estabelecimento de metas e resultados esperados pelo programa, os prazos de revisão e vigência, além da apresentação de uma matriz para monitorar e avaliar as ações ao longo do percurso.

Além da possível contribuição em âmbito institucional no IFFar, quiçá este trabalho possa ser base de novos estudos sobre os fenômenos da evasão, retenção,

mas, sobretudo, das possibilidades de promoção de ações institucionais que visem permanência e êxito estudantil, principalmente no tocante à revisão de seus planos.

Por fim, conclui-se que o estabelecimento de programas educacionais internos, a exemplo do PPE do IFFar, em prol da ampliação de acesso, permanência e êxito escolar, de formas igualitárias, tornam-se instrumentos importantíssimos para manutenção da qualidade do ensino ofertado pelas Instituições de Ensino da EPT, bastando que cada uma delas escolha o melhor percurso para o direcionamento das questões relativas ao seu plano ou programa, principalmente com o acompanhamento e estudo críticos permanentes sobre os dados acadêmicos registrados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ**.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362016000300719&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 mar. 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, E; LIMA, A. O estado da arte sobre evasão escolar nos institutos federais: uma contribuição para a construção de saberes e práticas. **Revista Labor**. v. 1, n. 26, p. 54-75, 2021. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/71839. Acesso: 02 mar. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, A.; FERNANDES, F.; GIMENES, N. Avaliação de projetos, programas e políticas educacionais. **Estudos em avaliação Educacional**. São Paulo, v. 30 n. 73, p. 6-11, jan./abr. 2019. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/6598/3741. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892/08**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234** de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 09 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de Educação Profissional, Científica e**

Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 25 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1**, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Revalide. Brasília: MEC/SETEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (Conae). **Documento Final**, Brasília – DF, 2010. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (Conae). **Documento Base - Relatório Final**, Brasília – DF, 2018. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota informativa 138. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 9 de julho de 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de auditoria operacional TC 026.062/2011- 9 realizada nas ações da Rede Federal de Educação Profissional. Dispõe sobre necessidade de aprimoramentos nas atuações relacionadas à evasão escolar, à interação com os arranjos produtivos locais e ao apoio à inserção profissional dos alunos. Brasília, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

CAVALCANTI, P. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para área educacional.** 2007. 301p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

COELHO. A. **Permanência e Abandono escolar: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul.** 2014. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. PPGTE/UTFPR, Curitiba, 2014.

CIAVATTA, M. Universidades Tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 159-174.

CONDE, S. *et al*. Os institutos federais em três dimensões de análise. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**. Natal, v. 1, n. 10, p. 02-11, 2016.

COSTA, E. **Descortinando a evasão escolar: o caso do Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Vitória de Santo.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

COTRIM-GUIMARÃES, I; FIDALGO, F. Programas institucionais de assistência aos estudantes no IFNMG/*Campus* Januária: contribuições para a permanência estudantil. **Revista Labor**. Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 120-145, jul./dez. 2021.

DEBIASIO, F. **Acesso, permanência e evasão nos cursos do PROEJA em Instituições de Ensino de Curitiba-PR.** 2010. Dissertação (Mestrado em

Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. PPGTE/UTFPR, Curitiba, 2010.

DORE, R; LÜSCHER, A. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa.** v.41 n.144 SET./DEZ. 2011.

DORE, R; ARAUJO, A; MENDES, J (Orgs.). **Evasão na Educação:** estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In DORE, Rosemary; ARAUJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação:** estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DORE, R; SALES, P; SILVA, C. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar:** contextos e perspectivas**.** Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

ESTIVALETE, E. B. A crescente preocupação com a integração de saberes através do currículo. **Educação Por Escrito**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 34-46, jan./jun. 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/17791/14617. Acesso em: 28 jan. 2022.

FERNANDES, D. Avaliação de programas e projetos educacionais: Das questões teóricas às questões das práticas. In: FERNANDES, D. (Org.). **Avaliação em educação:** olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais: Editora Melo, 2011. p. 185-208.

FRANÇA, M. C. C. C.; ESCOTT, C. M.; MACHADO, L. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. **Revista Plurais.** 2022. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053. Acesso em: 07 abr. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ LPP, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado – concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FRITSCH, R. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In DORE, R; SALES, P; SILVA, C. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar:** contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

GALLINDO, E. **Análise evasão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/ericagallindo/viz/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1. Acesso em: 05 mar. 2022.

GARCIA, J. *et al.* Ensino profissional e tecnológico na pandemia COVID-19: contexto político e educacional. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento.** v. 9, n. 12, p. e15391210789, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10789. Acesso em: 23 fev. 2022.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação:** teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 176 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Effective evaluation**. San Francisco, Jossey-Bass, 1981.

HERINGER, N.; MARINHO, A. M. A. Instituto Federal Farroupilha no decênio 2008-2018: memórias e perspectivas. In: GARCEZ, C. L. et al. (Org.). **IFFar 10 anos:**

ensaios dessa trajetória. Santa Maria/RS: IFFar - Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 16-35.

HEIJMANS, R. D.; FINI, R.; LÜSCHER, A. Z. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado. In: CUNHA, D. M. et al. (Orgs.). **Formação/Profissionalização de Professores e Formação Profissional e Tecnológica:** fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2013. Disponível em: http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

IFFar. **Plano de desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Farroupilha, 2014. 126 p. Disponível em: http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=149&sub=1921. Acesso em: 15 jun. 2021.

____. **Programa Permanência e Êxito**. InstitutoFederal Farroupilha: 2014. Disponível em: http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168&sub=6013. Acesso em: 27 jun 2021.

____. **Sobre o IFFar**. InstitutoFederal Farroupilha: 2022. Disponível em: https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/a-institui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 06 abr. 2022.

JANNUZZI, P. **Monitoramento e avaliação de programas sociais:** uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

JARDIM, A. **Políticas educacionais de formação profissional: fatores que contribuíram para a evasão ou para a permanência de estudantes do curso técnico subsequente em logística oferecido pelo IFTO/Rede e-Tec Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

JARDIM, C. Apresentação. In: GARCEZ, C. L. et al. (Org.). **IFFar 10 anos:** ensaios dessa trajetória. Santa Maria/RS: IFFar - Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 11-13.

JOST, I. Ingresso de jovens no Ensino Médio: práticas de acolhimento nos Cursos Técnicos Integrados no IFFar *Campus* São Vicente do Sul. 2019. Dissertação

(ProfEPT-Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2019.

KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

KUENZER, A. EM e EP na produção flexível: A dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43. Acesso em: 19 jun. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MANFREDI, S. **Educação profissional no Brasil:** atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do Capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M.; ASSIS, S.; SOUZA, R. (ed.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 19-51.

MINUZZI, E.; COUTINHO, R. Produção de conhecimento sobre ensino médio integrado à educação profissional: um panorama cienciométrico. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.36, p.01-30, 2020.

MOREIRA, M. **Metodologias de Pesquisa em Ensino**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

MOURA, D. Educação Básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**. v. 2, n. 23, p. 04-30, 2007. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110. Acesso em: 09 jun. 2021.

NESSRALLA, M. **Currículo integrado do ensino médio com a educação profissional e tecnológica: da utopia à concretização do currículo possível**. 2010. 208 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

NETO, J. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**. v.2, n.2, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.

OLIVEIRA, F. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional), Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2019.

OLIVEIRA, L. **Evasão nos cursos subsequentes do IF-SC *Campus* Criciúma.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

OLIVEIRA, M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na Educação profissional e Tecnológica. Brasília/DF, São Paulo/SP: Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio:** proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

PACHECO, E.; PEREIRA, L.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**. Brasília/DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PAIXÃO, E; DORE, R; MARGIOTTA, U. Permanência e abandono na educação profissional médio no Brasil: uma pesquisa de doutorado ítalo-brasileira e os padrões educacionais internacionais. **III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Trabalho apresentado no GT3 – Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica. CEFETMG. 2012.

PARENTE, R. **EVASÃO ESCOLAR: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - *Campus* Palmas.** 2019. 148p. Dissertação (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2019.

PATTO, M. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4ª edição, revista e aumentada. São Paulo: Intermeios, 2015.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Taxa de Evasão**. 2019. Disponível em: http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html. Acesso em: 11 jan. 2022.

PONTES, A. **Ensino Médio Integrado: formação politécnica como horizonte?** 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. IN: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 106-127.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: Ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed. 2010.

RAUPP, M.; REICHLE, A. **Avaliação:** ferramenta para melhores projetos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

RODRIGUES, R. **Avaliação de políticas públicas de educação: uma análise da eficácia do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) no município de Gurupi-TO.** 2019. 127p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. ano. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

SANTOS, E. Crianças da Bolsa Família nas escolas de SINOP. REP'S – Revista Eventos Pedagógicos. **Número Regular: Formação de Professores e Desafios da Escola no Século XXI Sinop**. Local, v. 7, n. 2 (19. ed.), p. 386-399, jun./jul. 2016. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo973894-crian%C3%A7as-da-bolsa-fam%C3%ADlia-nas-escolas-de-sinop. Acesso em 15 dez. 2021.

SILVA, A. L.; SILVA, Ângela. O Proeja no IFSC, *Campus* Florianópolis-Continente: reflexões sobre uma construção coletiva. **Revista EJA em Debate**. Florianópolis, v. 1, n. 1, 2012.

SILVA, D. B. M. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. 2018. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

SILVA, D. B. M.; CASTIONI, R.; MARTÍNEZ, R. T. Evasão Escolar e os Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2015. **VÉRTICES**. Campos dos Goytacazes - RJ, v.23, n.2, p. 437-460, 2021.

SILVA FILHO, R. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa.** Local, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVA, M; PASSOS, G. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades educacionais: análise sobre os resultados da intersetorialidade no Município de Teresina. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís, v. 11, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em:

http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8902. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, M; PELISSARI, L; STEIMBACH, A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, nov. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/NchnDPckKPb5bfdYKGH5T8x/abstract/?lang=pt. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVEIRA, R. **O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. 2017. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SOBRINHO, S. C.; BONILHA, T. P. Permanência e Êxito nos IFs: um plano utópico ou uma possibilidade concreta?. In: RAMARO, A. S.; ALMEIDA, M. S. R.O. (Org.). **Reflexões sobre Permanência e Êxito nos Institutos Federais**. Macapá, AP: EDIFAP, 2021. p. 167-195.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, S. H. S. C. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 5, p. 17-26, jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1949/1048>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, J. **Permanência e Evasão Escolar: um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Profissional**. 2014. Nº de pág. Dissertação (Mestrado Profissional), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SOUZA, J. **Na travessia: Assistência Estudantil da Educação Profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação.** 2017. Nº de pág. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SPRICIGO, F; SILVA, M. Assistência estudantil e harmonização social: em análise o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social do Instituto Federal de Santa Catarina. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 372-405, set./dez. 2016. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19847238173520163 72. Acesso em: 16 mar. 2022.

SUSKI, C. *et al.* Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica. **Scientia Vitae.** Local, v.11, n. 33, 2021. Disponível em: http://www.revistaifspsr.com/v1133_3049.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

TINTO, Vincent. **Leaving College: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2 ed. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 1993.

VARGAS VELASQUEZ, A. **Notas sobre el estado y las políticas públicas**. Colombia: Almudena, 2001.

ZANIN, A. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina.** 2019. Nº de pág. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE I – PRODUTO EDUCACIONAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT

Eleandro Soares Rodrigues

GUIA DE POSSIBILIDADES PARA ATUALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR

Jaguari, RS, 2023

ELEANDRO SOARES RODRIGUES

PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.**

Validado em 27 de junho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

_____

Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha

_____

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

_____

Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho
Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1. INTRODUÇÃO.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2. O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA E O PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1. APRESENTAÇÃO DO IFFAR ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
2.2. O PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO (PPE)**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3. POSSIBILIDADES GERAIS AO PPE .....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1. ALINHAMENTO CONCEITUAL ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.2. ANÁLISE E PLANEJAMENTO INICIAL ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.3. ARTICULAÇÃO DOCUMENTAL ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.4. PLANO DE AÇÕES ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.5. ESTABELECENDO AS METAS ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
3.6. ELABORANDO OS INDICADORES ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.1. MONITORAMENTO..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
4.1.1. Sistemas ou Painéis de Monitoramento ... Erro! Indicador não definido.
4.2. AVALIAÇÃO..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
REFERÊNCIAS.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O produto educacional “Guia para a Gestão do Programa de Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar”, concretizou-se a partir das discussões e resultados da Dissertação de Mestrado Profissional intitulada PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES, como uma possibilidade para a atualização, o monitoramento e a avaliação do programa institucional. Objetiva, de forma geral, apresentar e apontar alguns caminhos para que a Gestão do PPE do IFFar, possa, se entender importante e necessário, utilizá-lo como meio para a revisão e aperfeiçoamento do programa que após lançado, em 2014, não sofreu qualquer atualização.

A presente proposta de Guia está em consonância com a linha de pesquisa do Programa de Mestrado Profissional - ProfEPT, Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, alinhando-se, especialmente, ao seu Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT, que engloba questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. (grifo nosso).

Este guia referencial compila, de forma acessível e prática, porém não exaustiva, as possibilidades para: alinhamento conceitual, análise e planejamento inicial, articulação documental, plano de ações, estabelecendo as metas, elaborando os indicadores, além de contemplar caminhos para o monitoramento e a avaliação das ações do PPE do IFFar.

1. INTRODUÇÃO

A permanência e o êxito escolares contrapõem-se, fortemente, aos dois grandes problemas da educação nacional, quais sejam: a evasão e a retenção escolares. Problemas esses, tidos como complexos e multifacetados, já que sofrem influência de diversos fatores, sejam os de ordem individuais dos estudantes e suas famílias, passando pelos institucionais, que dizem respeito aos ambientes educacionais e suas estruturas (físicas, pedagógicas, orçamentárias, administrativas, etc), incluindo ainda, outros fatores de ordem externa, que, de forma isolada ou conjunta, comprometem a continuidade do percurso formativo de muitos jovens, determinando futuros de insucesso e assolando a vida de inúmeros indivíduos e suas famílias.

Com foco em permanecer, resistir e obter o êxito no percurso escolar é que devem se articular a sociedade, os governos, as escolas e as famílias, com vistas a oportunizar ao longo do caminho formativo dos estudantes, os conhecimentos, as vivências e as experiências necessárias à sua formação integral para a vida adulta. A opção de evadir não pode estar no rol de escolhas dos estudantes, tampouco, ser pauta de discussões e estudos infindáveis e enigmáticos, que comprometem recursos e tempo, que deveriam ser investidos e destinados em planejamento e execução de ações, com vistas ao fortalecimento da relação estudante e escola.

Nesse sentido é que as Políticas Públicas Educacionais e os Programas Educacionais devem ser fomentados, implementados e fortalecidos no decorrer de sua vigência, com vistas à superação ou mitigação de problemas específicos evidenciados.

O Programa de Permanência e Êxito (PPE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), nasce justamente com o propósito de superação ou mitigação das causas da evasão e retenção escolares evidenciadas via Auditoria do TCU, no ano de 2013.

Ao longo das discussões para elaboração e implementação do PPE do IFFar algumas etapas foram seguidas para concretude do programa institucional, desde a criação de comissão multiprofissional e multicampi, passando pelo diagnóstico quali-

quantitativo institucional acerca da evasão e retenção escolar, a aprovação do documento que normatiza o PPE, a Resolução CONSUP nº 178/2014, até o início da aplicação das ações pelas Unidades do Instituto, no ano de 2015.

A partir desse percurso resumido acerca do PPE, bem como dos resultados do trabalho de dissertação, intitulado **PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFFAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES,** organizou-se o presente Guia, como um produto educacional, requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Entende-se por GUIA, resumidamente, o documento de referência que contempla de forma objetiva algumas informações instrutivas, orientações e sugestões que visam a execução de uma atividade ou trabalho específicos.

O presente Guia objetiva sugerir um conjunto de possibilidades, incluindo conceitos e caminhos, para que possam nortear possíveis e novas ações à atualização, monitoramento e avaliação do PPE do IFFar, sem prejuízo ao uso de outros instrumentos de gestão. Portanto, não tem a pretensão de estabelecer qualquer procedimento ou normativo específicos, tampouco, um rol completo de ferramentas para o programa.

Sabe-se que o planejamento governamental se constitui como função importantíssima na estrutura do Estado, tornando-se uma atividade permanente da administração pública (OLIVEIRA, 2021). Por meio do ato de planejar é que se definem estratégias e ações para se atingir um resultado específico, estabelecido por alguma política pública.

Nesse sentido, segundo o recente Decreto nº 10.531/2020, o ato de planejar no governo federal seguirá “uma estrutura lógica e harmônica de diretrizes, partindo da visão de longo prazo, estabelecida pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) para o Brasil no período de 2020 a 2031”. Estabelecida a EFD, nascem, resumidamente, o Plano Plurianual (PPA) da União, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA), as políticas e aos planos nacionais, setoriais e regionais, seguidos pelos planos ou programas estratégicos

institucionais dos órgãos e das entidades integrantes do Governo Federal (OLIVEIRA, 2021).

Segundo a Project Management Institute (PMI), entende-se por programa “o conjunto de projetos, programas subsidiários e atividades de programas relacionados, gerenciados de modo coordenado, visando a obtenção de benefícios que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente”, com vistas à entrega dos resultados e metas estabelecidos pela organização constituinte. (PMI – PMBOK, 2017, p. 13).

Portanto, em âmbito institucional, os programas e projetos, devidamente planejados, serão perseguidos por mecanismos de acompanhamento e avaliação, os quais indicarão a necessidade ou não de redirecionamento, revisão ou atualização, inclusive os voltados à área educacional, como é o caso do PPE.

2. O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA E O PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

2.1. APRESENTAÇÃO DO IFFAR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, autarquia da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituído pela Lei Federal n° 11.892, nasce da Integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos (UNED), da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA), e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que pertencia à estrutura organizacional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (IFFar, 2023).

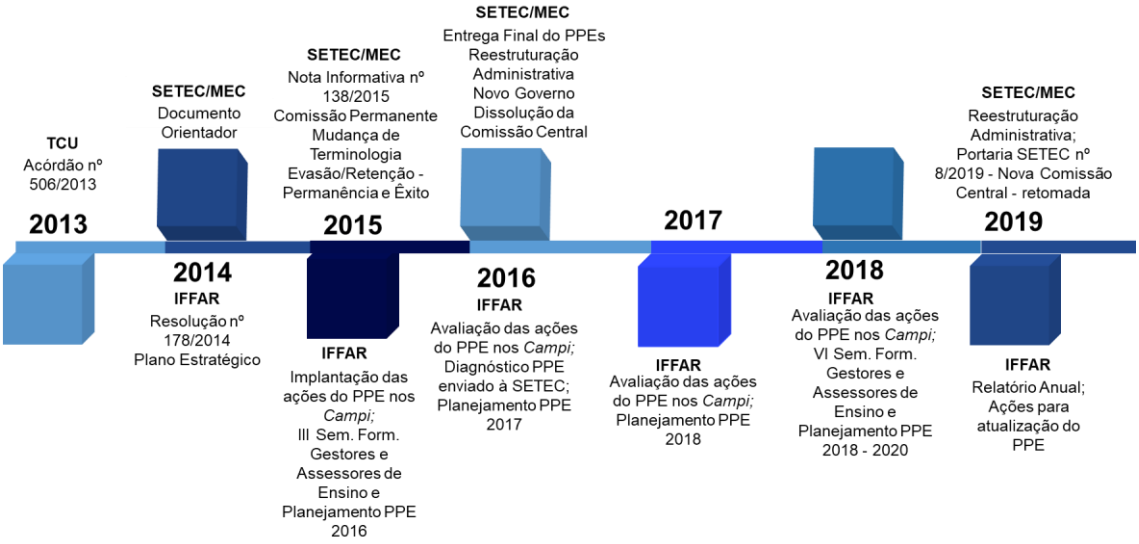
Atualmente, o IFFar é composto por uma Reitoria, 10 *Campus* e 01 *Campus* Avançado, sendo vinculado e condicionado às diretrizes centrais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, do Ministério da Educação - MEC, possuindo autonomias administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar (IFFar, 2023).

2.2. O Programa de Permanência e Êxito (PPE)

O PPE do IFFar foi constituído e aprovado no ano de 2014, via Resolução do Conselho Superior (CONSUP), nº 174 e teve sua implantação nas Unidades a partir do ano seguinte, com a aplicação de algumas ações contempladas no plano de ações do programa.

A partir do Documento Orientador expedido pela SETEC, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do PPE, contemplando basicamente, a execução de: constituição de comissão multiprofissional interna, compartilhamento de minuta prévia entre Comissão Central e ao *Campus* do Instituto, elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo e, por fim, consolidação de todas as informações e aprovação do programa Institucional.

Para melhor visualização dos percursos de elaboração e implantação do PPE do IFFar, segue uma linha do tempo ilustrativa.



Fonte: autor (2023)

Ao longo dos seus quase 10 anos de existência, o PPE passou por alguns ajustes, mais precisamente quando da realização de seminários institucionais anuais, onde, dentre outras ações, avaliavam-se as ações aplicadas nas Unidades e se discutiam possibilidades de atualização e melhorias. Mesmo que tenham ocorrido algumas avaliações, o fato é que, não se encontrou, ao longo da pesquisa, e com clareza, quais os resultados impostos pela aplicação das ações do programa, mas há ao menos, indicativo de melhorias, conforme expressam os relatórios internos consultados.

Há que se registrar que o PPE, assim como outros planos instituídos por outros Institutos Federais (IFs), seguiram, de certa forma, um modelo pronto encaminhado pela SETEC, e que, por isso, não passaram por um processo de planejamento e discussão mais aprofundado, acarretando um programa aprovado às pressas, contemplando ações pouco usuais, ou de difícil execução.

Nesse sentido, há necessidade de que a Gestão do IFFar volte sua atenção ao programa para que, identificando necessidade de atualização, execute uma análise situacional do PPE, para avaliar a pertinência das diretrizes e objetivos até então traçados e a sua continuidade ou não. É oportuno o momento, também, para que se evidencie os resultados apurados, em termos quantitativos, se possível, com propósito de registrar dados históricos do programa, estabelecendo-se um marco temporal que permita um monitoramento e avaliação das ações, com base em indicadores, previamente elaborados.

O Governo Federal, no ano de 2017, emitiu o Decreto nº 9.203, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Tal decreto contempla, dentre outros dispositivos, as diretrizes da governança pública e os mecanismos para seu exercício, o que, minimamente, deve ser observado pelos órgãos públicos, inclusive pelo IFFar.

É, portanto, nessa linha que o Instituto deve olhar para o seu PPE, planejando adequadamente essa atualização e estabelecendo os vínculos e as articulações pertinentes, colocando-o em conformidade com os dispositivos legais pertinentes e com os demais documentos Institucionais, mas também, com vistas ao aprimoramento de suas ações, para a continuidade e fortalecimento.

3. POSSIBILIDADES GERAIS AO PPE

Ao se planejar um trabalho para o desenvolvimento ou aprimoramento de ações em âmbito institucional, de forma geral, deve-se, minimamente, conhecer sua realidade de atuação e seus documentos norteadores.

Os documentos de um programa ou projeto, resumidamente, devem trazer claramente em seu conteúdo, os conceitos sobre o assunto ou trabalho, os objetivos pré-estabelecidos, as metas, os prazos de execução (curto, médio e longo prazos), os métodos de acompanhamento e a avaliação final do que se propôs, com vistas a identificar se o problema foi devidamente superado conforme o planejado.

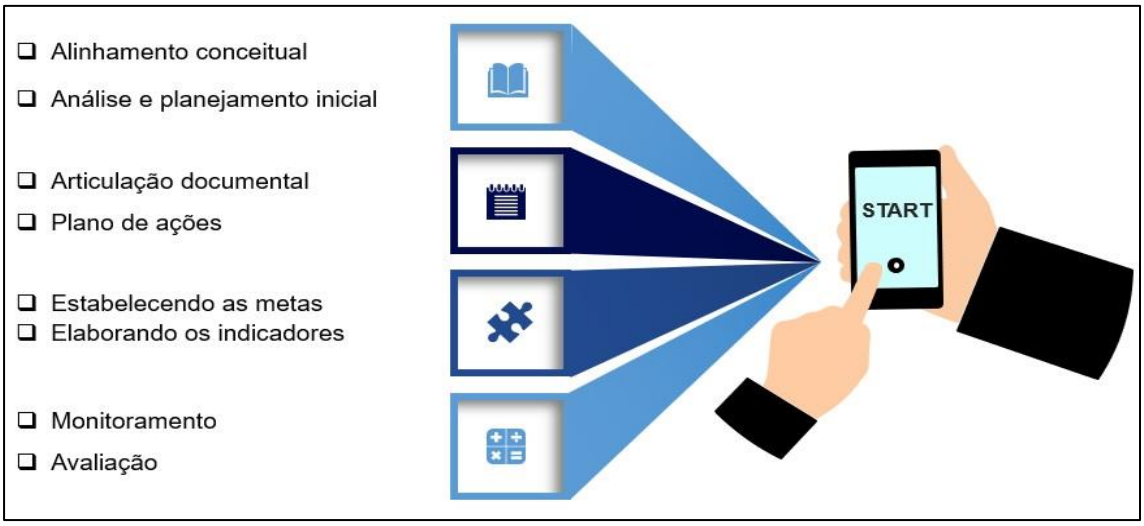
Em âmbito educacional, essa realidade não é diferente, pois traçar um plano de ações preventivo para a permanência e o êxito dos estudantes, por exemplo, parece ser a melhor metodologia. Quando a SETEC, expediu o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção escolar em âmbito da Rede Federal de Educação Profissional (RFEPT), estabeleceu como as instituições deveriam proceder, incluindo a breve contextualização do problema, os meios e os prazos para se alcançar o objetivo. Logicamente, que esse não foi o melhor encaminhamento para o problema, haja vista a pressa e a forma mecânica como ocorreu, desconsiderando a etapa importante de planejar essa ação.

Para além do Documento Orientador, há, no país, inúmeros documentos, expedidos pelo próprio Ministério da Educação (MEC) e vários estudos produzidos com vistas ao possível enfrentamento das causas de evasão e retenção escolares. Nessa senda, o que mais recentemente vêm chamando atenção, são as discussões acerca das expressões acesso, permanência e êxito, pois apresentam-se conjuntamente como uma espécie de “tripé”, no sentido oposto ao da evasão e da retenção e com propósito de traçar as melhores ações para uma educação mais abrangente.

Esse chamado “tripé”, não é novidade em nosso ordenamento jurídico, pois, partindo-se da Constituição Federal, mais precisamente em seu art. 206, várias legislações esparsas surgiram, nos apresentando as diretrizes, as metas e as estratégias como complemento e detalhamento da norma Maior, com vistas ao

aprimoramento da política educacional brasileira. Tais legislações complementares trazem, sabiamente, como promover de forma adequada e justa as ações de acesso, de permanência e de êxito dos estudantes, como, por exemplo, o que disciplina o artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo alguns princípios básicos como, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, entendidos, como os que possuem “relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva (BRASIL, 2014, p. 15).

Com vistas ao atendimento proposto por este guia, bem como para melhor organização, na sequência, apresentaremos algumas possibilidades e sugestões de planejamentos e artefatos para apoiar os processos de gestão do PPE do IFFar, incluindo, alinhamento conceitual, principalmente acerca dos mais relevantes (acesso, permanência e êxito), seguidos de possibilidades para avaliação inicial, articulação documental, categorização das ações, estabelecimento de metas e de indicadores e, por fim, algumas possibilidades para monitoramento e avaliação.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

3.1. ALINHAMENTO CONCEITUAL

Antes de, propriamente estabelecer no âmbito deste estudo, as principais conceituações referidas acima, convém registrar o que o Documento Orientador da SETEC apresentou alguns à época, já que é desse documento que surgem os PPEs dos IFs.

Assim, extrai-se, suscintamente, do referido documento, os conceitos sobre evasão e retenção escolar, focos daquele trabalho. Sendo que a evasão é tida como,

> "a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. É entendida como evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral. (BRASIL, 2014, p. 16) "

Já a retenção, "consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão (BRASIL, 2014, p. 20).

Cabe-nos, a partir disso, conceituar, neste dado momento, com algumas possibilidades as terminologias do mencionado "tripé" educacional, acesso permanência e êxito. Disso, apresentamos alguns conceitos para cada termo, conforme segue:

Acesso: diretamente do dicionário, ato e resultado de ingressar; entrada; ingresso (Michaelis, 2023).

Em âmbito educacional, acesso pode ser entendido como a ampliação de oferta de vagas escolares, com vistas à garantia de uma vaga por indivíduo em idade escolar, pelo menos, em todos os níveis, contemplando ainda, que essa possa ser acessada em igualdade de condições. Para tanto, algumas legislações fortalecem esse entendimento, oportunizando que, principalmente aqueles que poderiam ficar à margem do sistema de ensino, acessem com igualdade. Cita-se como exemplo positivo, a Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas.

Logicamente, que estudos, discussões e melhorias em sistemas e garantias de acesso escolares devem sempre estar em pauta, primando por institucionalizar as

garantias necessárias, com vistas ao seu fortalecimento e para que tudo o que foi construído não se desvirtue ou se perca. Além disso, as ações construídas em direção ao acesso vão impactar, também, na próxima etapa da vida estudantil dos indivíduos, qual seja: sua permanência na escola.

Permanência: assim como há complexidade em estabelecer ou entender com maior precisão quais as principais causas ou fatores que levam à evasão escolar, há também, para uma definição do que é permanência escolar. Segundo Souza e Manhães (2018), ao se discutir acerca do conceito de algo, cada um poderá atribuir sua percepção, considerando sua experiência, logo não deve contemplar aspectos fixos e imutáveis, sendo, portanto, uma possibilidade flexível e mais ampla.

Se, ao longo dos anos a questão do acesso escolar se fortaleceu, voltar o olhar para a permanência e o êxito, tornou-se o foco. Nesse sentido, permanecer pode ser interpretado, fisicamente falando, em se manter no mesmo lugar, ou seja, na mesma referência. De outra banda, mostra-se como ato de continuidade e persistência.

Nesse sentido e voltando-se à atenção ao ambiente educacional, o ato de permanecer se aproxima da ação de resistir ao percurso formativo, e de, ao mesmo tempo, fortalecer-se e ser fortalecido, para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, o êxito.

Vê-se que ao longo dos anos algumas discussões surgiram nesse sentido, entretanto, a maioria voltou-se às questões da assistência estudantil aos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, principalmente, econômica, com vistas à oferta de bolsas ou auxílios financeiros específicos. Mas, só isso, não garante que a permanência será plenamente atingida, restando que todo o cenário e o ambiente educacional favoreça e desperte no estudante o interesse e a vontade em permanecer.

Cordeiro (2018) aponta que o conceito de permanecer envolve discutir questões que abrangem o interior das salas de aula, os diversos espaços e tempos acadêmicos, a formação docente e o seu exercício, as práticas avaliativas e a gestão da educação, suas práticas e tomadas de decisão.

Nesse sentido, a responsabilidade da permanência perpassa por todo um sistema educacional, implicando ao estudante se sentir parte do processo e isso pode ser percebido com a frequência e assiduidade compatível com a previsão do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, com o sentimento de pertencimento à instituição, com a participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, com a identificação com o curso, entre outros fatores. (COSTA, 2021).

Êxito: por sua vez, tratar de êxito, significa diretamente, tratar de sucesso, alcance de objetivo; do dicionário, atingir um resultado satisfatório.

Como já mencionado ao iniciarmos esta seção, é oportuno registrar o que traz o Documento Orientador acerca do termo êxito, conceituado como: “Finalização com êxito/sucesso: Concluído: situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado” (BRASIL, 2014. p. 21).

Para fins deste estudo, o êxito escolar, não se diferencia muito do que já fora explicitado pela SETEC, sendo entendido como a obtenção do desempenho e do aproveitamento esperados pelo estudante, durante o percurso formativo, alcançando a aprovação nas disciplinas, a conclusão do estágio e das atividades complementares, se exigidos pelo curso, tomando-se como parâmetro o estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Contudo, há situações em que também se perceberá o êxito escolar quando, ao longo do percurso houver incidência de algumas variáveis, como o tempo para atingimento do êxito – se foi além do estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o modo de sua obtenção, ou seja, se ao longo do curso teve reprovações e as recuperou em momento posterior e, ainda, as situações adversas que podem ter impactado ao atingimento dos requisitos para sua diplomação ou certificação, como por exemplo, possível trancamento e retorno ao curso em momento oportuno.

Ainda, o êxito, pode não ter um tempo para sua identificação ou definição, já que está atrelado ao indivíduo que possui uma história e, por consequência, objetivos únicos. Nesse sentido,

> O êxito então fica mais bem definido quando se caracteriza pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, preparação para o trabalho e para a

cidadania, isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar em conjunto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias (Oliveira, 2020).

3.2. ANÁLISE E PLANEJAMENTO INICIAL

A análise inicial fornece um diagnóstico situacional indispensável para formular o plano estratégico. (BRASIL, 2020, p. 27). Embora saibamos que o PPE do IFFar já tenha sido aprovado no ano de 2014 e que este guia proponha ações no sentido de uma atualização do programa, convém que ocorra um planejamento prévio, definindo-se, minimamente, como este trabalho será executado.

O planejamento para uma possível atualização do PPE, como dito, é etapa crucial para concretude do objetivo, ou seja, um programa que reflita o que o IFFar realmente quer atingir enquanto objetivos para a permanência e êxito de seus estudantes, entendendo-se aqui como o valor público, diga-se, produto e resultado gerado, fazendo-se menção ao disposto no Decreto nº 9.203/17, que trata da Política de Governança Pública. Nesse sentido, alerta-se que, caso esse trabalho seja negligenciado ou não considerado, corre-se o risco de termos um programa que possivelmente será marcado por apressado e inexequível, com perda de esforços e recursos.

Neste momento de análise e avaliação inicial, é importante evidenciar quais são os registros de resultados do PPE até o momento. A partir disso, há possibilidades de se utilizar diferentes metodologias para identificar, priorizar e relacionar possíveis fatores que impactam na continuidade ou não do programa. Além disso, procurar identificar as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do PPE, utilizando-se de uma análise SWOT, por exemplo, pode ser um caminho, inclusive para estabelecer se as estratégias a partir de então, serão mais agressivas ou defensivas (BRASIL, 2020).

Partindo-se da utilização da análise SWOT, outras metodologias e ferramentas de gestão poderão ser utilizadas em sua substituição ou de forma concomitante, como, por exemplo, Construção de Cenários, Balanced Scorecard (BSC), Planejamento Estratégico Situacional (PES) e Canvas, que são utilizados para

elaboração e atualização dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), das Instituição de Ensino (IEs). Logicamente, que tais metodologias deverão ser analisadas e escolhidas pela Gestão do IFFar, incluindo-se qual delas oferece as ferramentas que mais se aproximam ao caso concreto que é o PPE.

Realizada a análise e avaliação situacional do PPE e planejados como serão executados os trabalhos para sua atualização, incluindo-se os prazos, atores envolvidos e ferramentas utilizadas, passa-se a próxima etapa, que consiste em verificar o alinhamento do programa aos demais documentos e políticas estabelecidos.

3.3. ARTICULAÇÃO DOCUMENTAL

A partir dessa análise e avaliação situacional do PPE e do planejamento dos trabalhos para atualização, a próxima etapa está em verificar o alinhamento e articulação do programa aos demais documentos institucionais, principalmente com o PDI, já que este é o norteador das ações de médio e longo prazos da instituição. Além disso, e, como parte do planejamento, convém que outros atores institucionais façam parte desse trabalho, como por exemplo, a Secretaria de Governança, Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, dentre outros.

Nesse sentido, identifica-se que a permanência e o êxito estudantil são preocupações da Gestão, tanto que tratou de incluir em seus PDIs, ações e estratégias para promovê-los e fortalecê-los. Mais precisamente com relação ao PDI vigente (2019 – 2026), evidencia-se que há o objetivo estratégico 7, que contempla 16 metas estabelecidas para permanência e êxito. Para melhor identificação do que estabelece o PDI, segue um quadro que contempla as principais metas traçadas, até o ano de 2026.

Evasão	Situação em 2019(%)	Meta até 2026(%)	Retenção	Situação em 2019(%)	Meta até 2026(%)
Integrados	9,4	5	Integrados	9,4	5
Subsequentes	32,3	21	Subsequentes	32,3	21
PROEJA	20,2	13	PPROEJA	20,2	13
Licenciatura	20,3	13	Licenciatura	20,3	13
Tecnólogo	21,6	14	Tecnólogo	21,6	14
Bacharelado	8,8	5	Bacharelado	8,8	5
EAD	36,3	23	EAD	36,3	23
Pós-graduação	12	8	Pós-graduação	12	8

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no PDI 2019-2026.

Sobre as metas apresentadas pelo PDI, há de se mencionar que não foi objeto de pesquisa deste trabalho, quais foram as metodologias para sua definição, mas convém registrar que em 2023 há previsão de revisão das ações e metas do Plano e, caso identificadas necessidades, podem ocorrer ajustes e redefinições, também, acerca de permanência e êxito.

Dentre as ações pré-estabelecidas pelo PDI acerca de permanência e êxito, destacamos as duas primeiras, as quais alinham-se ao proposto por este guia, quais sejam: “1 – Apresentar/retomar/avaliar o Programa Permanência e Êxito (PPE) semestralmente com os servidores e os estudantes; 2 – Elaborar e implementar o PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção”. Nessa linha, vê-se que é urgente a atualização do PPE para alinhar-se ao PDI e atender as duas ações previstas, principalmente.

Além do alinhamento com o PDI vigente, há que se identificar nessa etapa, se não há outros documentos expedidos pelo próprio IFFar, ou mesmo, pelos órgãos superiores e de controle (SETEC, TCU), posteriormente à aprovação do PPE, que impactam em necessidade de alinhamento e ajustes, considerando o tempo passado, incluindo possíveis ferramentas e sistemas implementados, como, por exemplo, o Sistema Integrado de Gestão (SIG), Plataforma Nilo Peçanha (PNP), dentre outros.

Na próxima etapa, contemplaremos algumas considerações acerca das ações previstas no Plano Estratégico do PPE, e os trabalhos internos efetuados até o momento.

3.4. PLANO DE AÇÕES

A partir da pesquisa para elaboração da dissertação evidenciamos nos documentos institucionais pesquisados, que o IFFar ao longo dos anos promoveu algumas discussões e propostas para atualização do PPE. Dentre essas propostas há alguns ajustes no Plano de Ações construído inicialmente, que, de forma geral, compila e diminui o quantitativo de ações de 58 para 25 ações, conforme os quadros que seguem:

Prioridades Estratégicas PPE 2018-2020

Foco	Causas de evasão/retenção	Estratégias
Instituição	Falta de uma cultura institucional deatenção à permanência e êxito	**I - Consolidar cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito**
Estudante	Dificuldade de adaptação à vida escolar /acadêmica Deficiência da organização para osestudos Dificuldade de aprendizagem Formação escolar anterior deficitária	**V - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes** **VI - Garantir ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência dos estudantes** **VII - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso**
Servidores	Falta de Formação continuada dosservidores Dificuldade com metodologias adotadaspelos professores	**V - Contemplar questões de permanência e êxito no programa Institucional de formação continuada dos servidores**

Fonte: IFFar, 2017.

Ações Estratégicas do PPE 2018-2020

Estratégias	Ações	Setor responsável	Setores colaboradores	Metodologia	Período/ Prazo	Indicador
I - Consolidar a cultura institucional de atenção à permanência e aoêxito	1 presentação/retomada/avaliação do PPE com osservidores e estudantes semestralmente	DE/PPE	CRA	Reunião Geral		Número de reuniões / 2
	2 Elaboração e implementação do PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção	DE/PPE	CRA			N° de projetos /n° cursos

	3 Articulação do NPI com coordenadores de Curso/Eixo para acompanhamento e avaliação do PPE nocurso	DE/PPE		Reuniões		Nº de reuniões/4
II - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes	4 Acolhimento das turmas ingressantes	CAE	CRA			Nº ações de acolhimento / nº turma
	5 Elaboração de diagnóstico das disciplinas pelo corpo docente e organização de atividades de nivelamento/assessoramento	SAP				Nº diagnóstico /nº turma
	6 Acompanhamento da frequência e do aproveitamento dos estudantes, por meio de relatórios do SIGAA e atuação preventiva nos casos de infrequência/baixo aproveitamento	DE/CGE/Coordenação de curso	CRA Docentes			
	7 Acompanhamento da aprendizagem e planejamento da recuperação paralela e do calendário de avaliações	DE/CGE/Coordenação de curso	Docentes			
	8 Realização da pesquisa sobre o perfil dos estudantes ingressantes	DAE/CAE				
	9 Coleta de dados sobre a evasão (abandono e cancelamento) dos estudantes	DE/PresidentePPE	CRA	Formulário de desligamento/ transferência pesquisa abandono		Nº de formulário / nº total deevasão
	10 Reuniões periódicas de ouvidoria com os líderes de turma	DE	Direções do *Campus*			
	11 Organização das monitorias para dar conta do nivelamento e do êxito nas disciplinas de menor aproveitamento	DE/CGE				
III - Garantir as ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência	12 Publicação deeditais de assistência para ingressantes até o início do ano letivo	DAE/CAE				
	13 Atendimento aos estudantes pela equipe	CAE				

dos estudantes	multidisciplinar					
	14 Promoção à saúde e qualidade de vida dos discentes	CAE				
	15 Acompanhamento de alunos e orientação aos professores sobre os registros das práticas de flexibilização e as dificuldades de aprendizagem	NAPNE/CAI				
	16 Participação da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) nas reuniões dos cursos, compartilhando os casos de atendimentos e os encaminhamentos realizados pelo setor	CAI				
	17 Divulgação, apoio e participação nas atividades propostas pelos Núcleos	CAI				
IV - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso	18 Atendimento individual de orientação aos estudos pelos professores e setor pedagógico	Coordenações de Curso	SAP			
	19 Apoio didático pedagógico para organização de grupos de estudos	Coordenações de Curso	SAP			
	20 Realização de atividades voltadas à organização da vida estudantil, às metodologias de estudo e à gestão do tempo	SAP	CAE			
	21 Exposições e divulgação de trabalhos visando estimular e comprometer o estudante com o curso	Coordenações de Curso	Docentes			
	22 Intermediação entre empresa, setor de estágio e estudante para inserção no mundo do trabalho, bem como visitas técnicas	Coordenações de Curso	DEPEP/Coordenação de extensão			
	23 Realização de práticas e eventos do curso voltados à identificação do estudante com o curso	Coordenações de Curso	Docentes			
V - Contemplar as questões de permanência e êxito no Programa Institucional de Formação Continuada dos Servidores	24 Formação Continuada com foco em metodologias de ensino, processos avaliativos e elaboração de instrumentos de avaliação	SAP				
	25 Compartilhamento e socialização das práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de	DE/PPE				

	ensino, visando ao êxito					

Fonte: IFFar, 2017.

Vê-se nessa etapa, que a Gestão do IFFar já tem um trabalho iniciado e que pode prosseguir para sua complementação e finalização. Para isso, propomos que para esse encaminhamento final sejam estabelecidos os atores e setores envolvidos, as metodologias claras sobre a execução de cada ação, além dos possíveis indicadores e metas individuais.

Além disso, como mencionado acima, convém que sejam avaliadas as ações com relação à aplicação prática e sua mensuração quantitativa, já que, algumas avaliações demandarão resultados nesse formato, como possibilidade de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Não que a avaliação qualitativa não seja considerada, mas algumas ações exigem expressão numérica, já que grande parte das avaliações superiores, em termos de Rede Federal e Órgãos de Controle, assim exigirão.

Ao tratarmos sobre o monitoramento das ações, contemplaremos uma proposta para uma possível compilação de algumas ações, considerando os quadros acima, bem como, indicando possíveis fórmulas de cálculos e periodicidade de acompanhamento.

Na sequência de possibilidades, a próxima etapa trata do estabelecimento de metas ao programa, conforme os objetivos inicialmente traçados.

3.5. ESTABELECENDO AS METAS

Seguindo-se as possibilidades desta proposta, trataremos sobre o estabelecimento de metas para o programa PPE. Meta pode ser entendida como uma expressão numérica que representa o estado futuro de desempenho desejado de uma instituição ou organização (BAHIA, 2021).

As metas são os reflexos da visão de futuro da organização, sendo decompostas em estratégias e objetivos e executadas por meio dos portifólios de produtos, programas

ou projetos, com as consequentes, realização das entregas e apresentação dos resultados (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, “as metas têm como objetivo serem suficientes para assegurar a efetiva implementação da estratégia” (BAHIA, 2021, p. 22). E, além disso, segundo o Guia referencial para construção e análise de indicadores do Governo Federal, as metas,

> “contêm uma finalidade, um valor e um prazo. A finalidade de cada meta é enunciada no detalhamento do indicador e expressa um propósito da organização. Um estado de futuro esperado em um determinado período. Para isso, as metas devem ser: alcançáveis; desafiadoras; diretas; negociáveis; fundamentadas em séries históricas, tendências e *benchmark* (BAHIA, 2021, p. 22).

Para o estabelecimento de metas, alerta-se para necessidade de se considerar alguns cuidados pelos envolvidos, como por exemplo, os registros e desempenhos anteriores, o contexto que se insere o objeto, a factibilidade e, ainda, analisar os possíveis condicionantes que impactam o objeto, como por exemplo, os econômicos, os sociais, os organizacionais, dentre outros (BRASIL, 2021).

Especialmente sobre o PPE, identifica-se que o documento inicial não contemplou metas específicas, sendo que essa necessidade surgiu ao longo dos anos, quando dos momentos de discussão e avaliação do programa, contemplando-se, então, no PDI vigente, metas de longo prazo, relacionadas à permanência e êxito estudantis, que são refletidas, basicamente, em percentuais de evasão e retenção por curso/modalidade.

Com base no exposto, bem como, levando-se em consideração o que já fora desenvolvido internamente pelo IFFar acerca das possíveis melhorias no programa, mais precisamente quanto à proposta de Prioridades Estratégicas PPE 2018-2020, organizamos abaixo um quadro demonstrativo para melhor visualização.

Objetivo Geral do PPE	Objetivos Específicos do PPE	Dimensão ou Foco	Estratégias (E)	Ações (A) conforme PPE 2018-2020	Metas para o PPE
Consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes do IFFarroupilha	I - Socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; II - Propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais dos estudantes, internos e externos à instituição; III - Instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; IV - Atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.	**Instituição (Gestão)**	I - Consolidar cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito	1 - 3	**E/A**
		Estudantes	II - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes	4 - 11	**E/A**
			- Garantir ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência dos estudantes	12 - 17	**E/A**
			IV - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso	18 - 23	**E/A**
		Servidores	V - Contemplar questões de permanência e êxito no programa Institucional de formação continuada dos servidores	24 - 25	**E/A**

Fonte: elaborado pelo autor, com base no PPE – 2014 e Prioridades Estratégicas PPE 2018-2020

Do quadro acima, podemos considerar:

a) Que há necessidade de análise pela Gestão do IFFar ou da Gestão do próprio PPE, acerca do objetivo geral e específicos traçados à época, mantendo-se ou ajustando-o à realidade;

b) Definidos os objetivos, relacioná-los às dimensões ou focos sugeridos, bem como, às estratégias traçadas;

c)Ao se efetuar as relações anteriormente sugeridas (letra b), verificar se as ações previstas para cada estratégia são suficientes e capazes de retratar claramente o que se pretende (produto de cada ação);

d) Após isso, convém que se estabeleçam as metas que podem estar associadas diretamente às estratégias ou mesmo às ações em específico, determinando-se sua periodicidade (anuais, semestrais ou outra), podendo-se relacionar diretamente com o PDI, até 2026.

Nessa direção, há possibilidade de se estabelecer ainda, algumas metas alternativas, utilizando-se, formatos por curso, por exemplo, baseando-se, principalmente, em número de ingressantes por ano para permanência e de concluintes com sucesso (êxito), por ciclo (previsto no PPC do curso).

Para isso, baseado em dados históricos de seus relatórios, poderá aplicar, sucintamente, e de forma mais geral, que as ações do PPE, aplicadas na integralidade ou não (apenas as mais relevantes), culminem em alcance percentual de 90% de permanência por ano/semestre, em determinado curso e que, o êxito atinja o patamar de 85%, por curso, por ciclo, como exemplos.

Convém, registrar como proposta, que pudesse utilizar, também, a mesma metodologia das metas estabelecidas para permanência e êxito no PDI, de forma inversa, ou seja, evasão como o oposto da permanência e a retenção sendo oposta ao êxito. Nesse caso, teríamos a seguinte possibilidade, como demonstrado no quadro que segue:

Metas até 2026	Evasão (%)	Permanência (%)	Metas até 2026	Retenção (%)	Êxito (%)
Integrados	5	95	Integrados	5	95
Subsequentes	21	79	Subsequentes	21	79
PROEJA	13	87	PPROEJA	13	87
Licenciatura	13	87	Licenciatura	13	87
Tecnólogo	14	86	Tecnólogo	14	86
Bacharelado	5	95	Bacharelado	5	95
EAD	23	77	EAD	23	77
Pós-graduação	8	92	Pós-graduação	8	92

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no PDI 2019-2026.

Sugeridas algumas possibilidades, convém que a Gestão olhe atentamente aos objetivos do PPE, principalmente ao objetivo específico IV (se caso for mantido), identificando pontualmente quais são os registros anteriores que mais motivaram as ocorrências (evasão e retenção), se eles persistem (identificar, possivelmente, nos relatórios/questionários estudantis), relacioná-los com as melhores ações propostas e colocá-las em prática, com prioridade.

Logicamente, que estes são alguns exemplos refletidos ao longo do trabalho acadêmico, que podem ou não subsidiar outras possibilidades, mas há que se registrar que as metas, também, estão diretamente atreladas ao estabelecimento de indicadores, que serão tratados na etapa seguinte deste guia.

3.6. ELABORANDO OS INDICADORES

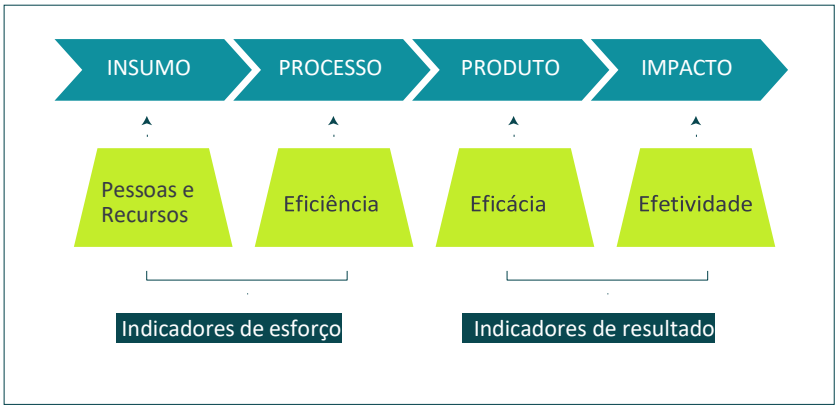
No sentido de apresentarmos uma conceituação básica sobre o que é um indicador, traz-se o que Ferreira, Cassiolato e Gonzales estabeleceram (2009), já que, grande parte dos conceitos contidos na literatura guardam muita similaridade. Portanto, o indicador é entendido como sendo,

> "uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (FERREIRA, CASSIOLATO E GONZALES, 2009, p 24).

Os indicadores são essenciais nos processos de monitoramento e avaliação, pois permitem acompanhar o alcance das metas. Toda meta está diretamente relacionada a um indicador que expressa a maneira como a meta será avaliada. Portanto, devem ser mensuráveis e definidos a partir de objetivos claros e factíveis, com vistas a proporcionar decisões de gestão tempestivas para sanar problemas ou mitigá-los mediante a implementação de iniciativas, projetos ou programas.

A proposição de indicadores deve levar em consideração ainda, além das questões tecnicistas de gestão, "escolhas baseadas em questões culturais e sociais, em conhecimentos práticos, teóricos e metodológicos, em normas institucionais e, em última instância, no sentido e na direção esperada", para sanar o problema evidenciado (SILVA, CASTIONI E MARTÍNEZ, 2021, p. 455).

Dentre os tipos de indicadores, encontra-se na literatura diversas classificações, tomando-se como possibilidade para este trabalho, a apresentada pelo Guia Referencial - construindo e analisando indicadores (BAHIA, 2021), que se baseia no Comitê Temático de Medição do Desempenho da FNQ, dividindo os indicadores em: de esforço e de resultados, conforme demonstrativo abaixo:



Fonte: BAHIA, 2021.

Essa tipologia de indicadores é interessante, pois utilizada conjuntamente se complementa, tornando-se uma forma proativa de monitorar o desempenho, já que não podem ser considerados resultados de fato aqueles que não foram alcançados com aplicação de esforços da gestão (BAHIA, 2021).

Diante do exposto, elaborar indicadores perpassa por algumas análises e etapas importantes e, além disso, há que se observar que eles não sejam extensos a "ponto de atrapalhar as atividades do dia a dia ou confundir o acompanhamento, nem tão reduzido, que não possibilite uma visão sistêmica e a tomada de decisões" (BAHIA, 2021, p. 16).

Dentre as principais etapas, destacam-se as apresentadas pelo Guia Referencial - construindo e analisando indicadores (BAHIA, 2021), que traz:

1º Sondagem e pré-diagnóstico – oportuniza o conhecimento sobre o contexto, oportunidades, potencialidades e identificando informações sobre experiências anteriores;

2º Identificação do objetivo da mensuração – estabelecer o que se pretende medir, a partir de um ponto inicial ou marco zero;

3º Estabelecimento de indicadores – momento importante, pois aqui são especificados por meio de métricas estatísticas, comumente formados por porcentagem, média, número bruto, proporção e índice, como será medido o objeto. Dentre a composição do indicador estão:

COMPONENTE	DETALHAMENTO
Medida	Grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, resultados e consequências dos produtos, processos ou sistemas.
Fórmula	Padrão matemático que expressa à forma de realização do cálculo.
Índice (número)	Valor de um indicador em determinado momento.
Padrão de comparação	Índice arbitrário e aceitável para uma avaliação comparativa de padrão de cumprimento.
Meta	Índice (número) orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

Fonte: BRASIL, 2021, 16 – Guia Referencial - construindo e analisando indicadores

4º Validação preliminar – momento de apresentar e validar os indicadores com as partes interessadas, com vistas a manutenção, reformulação ou exclusão de determinado indicador;

5º Construção de fórmulas – verificada a viabilidade de aplicação do indicador, a fórmula permitirá que ele seja: inteligível; interpretado uniformemente; compatibilizado com o processo de coleta de dados; específico quanto à interpretação dos resultados e apto em fornecer subsídios para o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, poderá ser do tipo: simples e numérico; compostos que expressão relação entre variáveis; de proporção ou coeficiente; de porcentagem; de razão ou índice e, ainda, taxa;

6º Estabelecimento de metas - com a fórmulas e dados definidos, as metas serão estabelecidas para todos os indicadores de desempenho, podendo ser, inclusive, mais de uma por indicador;

7º Definição de responsáveis – nesta etapa se define quem será o responsável pela geração e divulgação dos resultados do conjunto de indicadores e a sua periodicidade de ocorrência. Se não houver responsáveis, não haverá monitoramento e avaliação;

8º Geração de Sistema de Coleta de Dados - momento de certa complexidade já que os dados precisam ser acessíveis, confiáveis e de qualidade. Dentre as coletas, destacamos a aplicação de questionários, realização de entrevistas, observação direta, análise documental (físicos e virtuais);

9º Validação Final – decorridas as fases anteriores, há nesta etapa a avaliação de alguns critérios como importância, clareza, confiabilidade, dentre outros, podendo-se neste dado momento estabelecer seu grau de prioridade;

10º Mensuração de Desempenho – momento que deve ser rotineiro, com vistas a medir o pretendido, monitorando-se cada indicador estabelecido, com início pela coleta de dados e aplicação da fórmula de cálculo do indicador.

Além das etapas apresentadas acima, o referido Guia Referencial, apresenta uma Ficha de Documentação do Indicador (FDI), que contempla alguns elementos importantes, como: o nome do indicador, a descrição, as metas associadas, a periodicidade de apuração, responsáveis pela apuração, fórmula de cálculo, dentre outros.

Portanto, estabelecer alguns indicadores ao PPE parece ser uma opção assertiva pela Gestão. Nessa linha, convém observar que a SETEC lançou em 2016, o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (BRASIL – MEC/SETEC, 2016), contendo o estabelecimento de alguns indicadores e as respectivas fórmulas explicativas, podendo este servir de base. Além disso, pode-se utilizar como referência, os indicadores expressos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), lançada oficialmente em 2018, por intermédio da Portaria SETEC nº 1, de 03 de janeiro de

2018, que traduz em dados estatísticos, as ações da Rede e de cada Instituição componente e apresentam, basicamente, os mesmos indicadores contemplados pelo manual da SETEC.

No que tange à PNP, especialmente, convém lembrar que nem todos os indicadores refletem a realidade momentânea de cada Instituição da Rede, visto que há periodicidade específica de coleta e alimentação dos dados da plataforma (anual), que, diga-se de passagem, ainda utiliza dados do SISTEC, sistema criticado em termos de cálculos e registros, já que seu objetivo era apenas o registro de diplomas expedidos pelas Instituições e necessitou, ao longo dos anos, muitas adaptações.

Além da plataforma, há a opção de consultar-se, para elaboração de indicadores do PPE, o recente Manual de elaboração e acompanhamento de indicadores das ações de pesquisa e extensão da Rede Federal, lançado em 2022 pela SETEC, que servirão de base para um Sistema de Monitoramento da Rede.

No tocante à construção de indicadores especiais para o PPE, há ainda a possibilidade, como base, de o IFFar utilizar-se da ferramenta institucional, SIGAA, implantada no ano de 2014, para efetuar o levantamento de dados acadêmicos mais precisos, e em periodicidade menor, já que isso demandaria menos tempo, visto o conhecimento da plataforma e sua operação e menores custos, pois o sistema está disponível. Há que se considerar ainda, como possíveis pontos positivos para essa extração de dados é que se realizam ações constantes para melhorias e segurança do sistema, e que, além disso, os lançamentos referentes à vida acadêmica discente ocorrerem com maior frequência via Coordenações de Registros Acadêmicos (CRAs), de cada *Campus* e por um número menor de servidores envolvidos, o que tende a ser mais assertivo.

Utilizando-se dessa ferramenta, as extrações de relatórios podem ocorrer por *Campus*, por curso e por disciplina, com vistas à apuração periódica (bimestrais/semestrais/anuais), de dados de frequência escolar, aprovação e reprovação, aproveitamento, evasão, dentre outros, o que possibilita, também, cumprir o objetivo específico IV do PPE e, ainda, traçar um comparativo com os dados da PNP, com vistas a evidenciar possíveis distorções.

Nesse sentido, os relatórios do SIGAA, servem como base de dados brutos reais, de forma alternativa para essas extrações e análises, podendo-se elaborar indicadores institucionais especiais, como por exemplo: a) Evadidos no semestre (como possibilidade de identificar os principais motivadores); b) Concluintes por semestre; c) Frequência Escolar por Bimestre; dentre outros.

Seguindo-se com os objetivos propostos para este Guia, apresentaremos abaixo uma possibilidade de matriz de indicadores para o PPE, contendo alguns exemplos para sua construção, sendo relacionados às ações já traçadas para o programa, quando da discussão das Estratégias para 2018 – 2020.

A matriz proposta, traz em sua constituição alguns conceitos basilares, conforme as pesquisas realizadas no trabalho de dissertação, incluindo possíveis indicadores a serem aplicados nas Unidades do IFFar, buscando-se como base, os dados brutos das Coordenações de Registros Acadêmicos – CRAs, já que, com vistas à formação de dados históricos, esses são os melhores para se considerar, pois podem refletir uma conformidade em termos de realidade Institucional e local. Convém lembrar, contudo, que nem todas as ações traçadas até aqui pelo PPE são mensuráveis em termos numéricos ou percentuais, mas certamente ao final de um período, se aplicadas dentro das diretrizes estabelecidas, podem ser somatizadas positivamente em prol da permanência e do êxito.

MODELO - Matriz de indicadores PPE

Dimensão ou Foco	Estratégia (E)	Ações (A)	Nome do Indicador	O que o indicador informa (mede)?	Fórmula de cálculo do indicador	Com qual frequência será medido?
Instituição + Servidores	**I**	**1 - 3**	Cultura Institucional (ações institucionais que devem ser propostas pontualmente aos servidores)	Efetividade entre a execução e o planejamento (Informa a quantidade de ações planejadas em relação ao nº de efetivadas)	Nº de ações efetivadas/Nº total de planejadas X 100	**Semestral**
Estudantes	**II**	**4 - 11**	Acolhimento por curso	Possível impacto da	Nº de matriculas	**Semestral** (Cursos

				ação de acolhimento ao final de um período por curso	ativas ao final do ano-semestre/Nº de matrículas no início de cada ano-semestre (por curso) X100	Superiores e de Tecnologia); **Anual** (Cursos Nível Médio)
			Acompanhamento da frequência escolar	Percentual (ou número) de estudantes infrequentes em relação a um período, por curso, turma e disciplina. (necessário estabelecer quais os números mínimos de frequência – 75% – extração de dados pelo SIGAA) **Ação preventiva**;	Nº de infrequentes no período/Nº de matrículas ativas do período de medição (por curso, turma e disciplina) X100	**Bimestral** (Todos os Cursos)

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Lima e Blatt, 2021.

O quadro acima, traz uma proposta simplificada que poderá ainda, contemplar outras informações, relevantes ou não à Gestão, mas que, se presentes, demostram maior clareza nos procedimentos de construção de indicadores, podendo-se então, incluir colunas de: fonte de dados; responsáveis pelas coletas e metas por indicador.

Do exposto, o estabelecimento de “indicadores claros e bem construídos auxiliam tanto o gestor público, em sua tomada de decisão, como também aumentam a transparência e *accountability* das ações” propostas em um programa institucional. Para tanto, há que se considerar que, os sistemas de visualização, coleta e análise dos dados do programa, não serão suficientemente eficientes, se não refletirem exatamente o deva ser medido para a correta condução das ações. (BAHIA, 2021, p. 6).

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os processos de monitoramento e avaliação devem estar intimamente vinculados aos instrumentos de planejamento, sejam eles, por meio de planos, programas e/ou projetos. Portanto, não é correto pensar que a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação deve ocorrer somente no fim da execução desses, mas sim durante o processo (OLIVEIRA; REIS, 2016, p. 18).

Atualmente, há uma reflexão e transformação em termos de acompanhamento de políticas públicas, principalmente, na aplicação de mecanismos para torná-las mais eficientes, ágeis e transparentes. E, nesse mesmo sentido, é que caminham as ferramentas de monitoramento e avaliação, modernizando-se ao longo dos anos, permitindo maior acessibilidade e transparência, com vistas ao atendimento, dentre outros, do controle social.

4.1. MONITORAMENTO

Segundo Jannuzzi (2009), o monitoramento tem o “propósito de subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento” (Apud, SOUSA, 2013, p. 4).

Monitorar a execução das ações de um projeto ou programa é função inerente de suas gestões (gerentes ou responsáveis), devendo ser capaz de prover com as informações pertinentes e ao tempo previsto ou necessário, o Gestor Institucional que, a partir disso, decidirá pela adoção de medidas corretivas, continuidade ou não das ações, ou ainda, pelo encerramento da aplicação (Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa, 2006).

O monitoramento deve ser uma ação contínua e cotidiana dos seus responsáveis, utilizando-se da coleta e da análise de dados e dos indicadores predeterminados pelo programa, permitindo medir se objetivos e as metas estão sendo alcançados e, também, verificar se os insumos e recursos estão sendo utilizados com eficiência.

4.1.1. Sistemas ou Painéis de Monitoramento

Para que possamos acompanhar cotidianamente os indicadores sobre determinada ação é importante contarmos com ferramentas adequadas para a tarefa, que podem ser desde sistemas específicos que contemplem um conjunto de indicadores ou alguns painéis que nos mostram os indicadores em separado. O certo é que, com sistemas ou painéis de monitoramento teremos condições de acompanhar tempestivamente o progresso de desenvolvimento das ações de um programa ou projeto, já que eles estarão definidos segundo os objetivos e metas estabelecidos previamente.

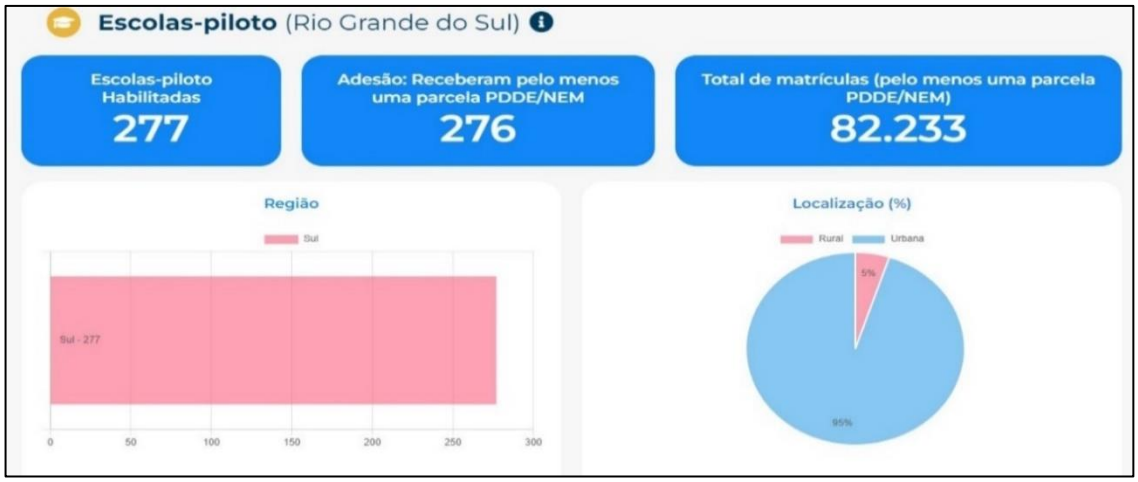
Em nosso cotidiano acompanhamos vários painéis de monitoramento, desde o painel de um veículo que porventura conduzimos, o painel de voos que eventualmente tomamos, os painéis que nos mostram nossa condição fisiológica, como pressão arterial, frequência cardíaca, dentre outros. Segue abaixo uma figura clássica de um painel de monitoramento.

Fonte: ENAP 2019.

Segundo Sousa (2019), a seleção dos indicadores é um processo fundamental para construção e apresentação de um sistema ou painel de monitoramento, pois seu dever “é representar uma dinâmica relacional entre indicadores, ou seja, o seu foco é a representação de relações causais, processuais e/ou de complementaridade dos fenômenos medidos pelos indicadores”, sejam eles pontuais ou específicos (SOUSA, 2019, p. 14).

Diante do exposto, e seguindo com as possibilidades para o PPE do IFFar, a partir das definições anteriormente tratadas por este Guia, há opções de que os Gestores implantem sistema ou painel específico ou, ainda, optem por monitorar os dados mediante planilhas eletrônicas e gráficos, do *Microsoft Excel*, por exemplo, já que, se bem-organizadas, cumprirão sua finalidade.

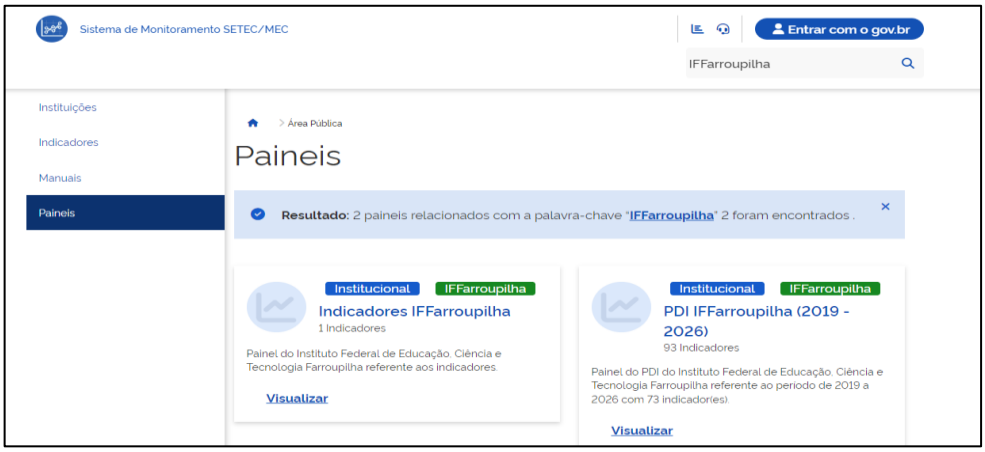
Como exemplos para construção de painéis, há o implantado pelo Ministério da Educação, que monitora as ações do Novo Ensino Médio, que pode ser acessado na página eletrônica do órgão na internet, conforme demonstrativo que segue:



Fonte: MEC - https://painelnovoensinomedio.mec.gov.br/painel (2023).

Outro exemplo que convém apresentar é o da própria SETEC que, recentemente estabeleceu, em parceria com algumas instituições, um Sistema de Monitoramento para as ações de pesquisa e extensão da Rede, incluindo as metas e

indicadores previstos nos PDIs Institucionais, mediante as Portarias nº 299/2022 e nº 321/2022, conforme demonstrativo abaixo:



Fonte: SETEC - https://central-hom.mmec.ifrn.edu.br/paineis/?q=IFFarroupilha (2023).

Além desses exemplos apresentados acima, faz-se necessário também mencionar como é operacionalizado monitoramento do PDI do IFFar, que se utiliza de algumas ferramentas de gestão, “dentre elas a plataforma ForPDI e planilhas Excel” (IFFar, 2019, p. 122). Abaixo, segue o demonstrativo da plataforma ForPDI.

Fonte: MEC - https://ufcg.plataformafor.mec.gov.br/#/comunidade/forpdi?_k=7ofpds (2023)

Tratando-se de um trabalho que é fundamental a qualquer instituição, e entendendo que o PPE carece de monitoramento, traz-se como encerramento deste

tópico, as etapas que Sousa (2019) estabelece como importantes para a construção de um painel de Monitoramento:

1ª Etapa – Definição do programa a ser monitorado, seus objetivos, suas ações, sua lógica de intervenção;

2ª Etapa – Definição dos eixos analíticos e definição das unidades de análise;

3ª Etapa – Coleta de dados e indicadores de contexto;

4ª Etapa – Coleta dos indicadores do programa;

5ª Etapa – Construção do painel de indicadores na forma de gráficos para análise comparativa no tempo e território.

4.2. AVALIAÇÃO

Para Jannuzzi (2016), a avaliação

> "...refere-se ao esforço analítico de produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, seja na dimensão da eficácia, efetividade e/ou eficiência" (JANNUZZI, 2016, p 46).

Especialmente, em âmbito de ações em saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) apresenta avaliação como,

> "...uma análise objetiva e sistemática do desenvolvimento de um programa ou projeto. Avalia a relevância, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade do projeto. No âmbito dos TC é uma importante fonte de evidência da obtenção de resultados e do desempenho institucional, da construção de conhecimento e aprendizagem organizacional e contribui para a prestação de contas" (OPAS, 2016, p. 9)

A partir desses dois conceitos básicos, apresentamos como referência para o presente Guia, que a avaliação, antecedida pelos trabalhos de monitoramento, objetiva subsidiar os gestores com as informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o desenvolvimento e os efeitos de determinado programa, referindo-se mais precisamente, ao processo de identificação dos resultados positivos e negativos à luz dos objetivos propostos.

Para efeitos de um adequado processo de avaliação, que pode ocorrer *ex-ante* ou inicial - antes da implantação do programa, intermediária – durante a aplicação das ações ou *ex-post* ou de resultados e impacto - após a aplicação das ações, deve ser precedido de um planejamento prévio, estabelecendo as fases de aplicação, os responsáveis pelos trabalhos, o que e como será avaliado, as ferramentas utilizadas, dentre outros.

Segundo a OPAS (2016), há alguns critérios a serem analisados para efetivação das avaliações, dentre eles:

> "• **Relevância:** verifica em que medida o **propósito** do projeto permanece consistente com as necessidades dos beneficiários e das contrapartes tendo em vista potenciais mudanças do cenário do país.
> • **Eficácia:** verifica em que medida os **resultados esperados** avançaram ou foram alcançados contribuindo para o propósito do projeto.
> • **Eficiência:** mede a utilização dos recursos na implementação das **atividades** ou ações.
> • **Impacto:** mede os efeitos alcançados da **finalidade** do projeto em longo prazo. É o objetivo final para o qual o projeto contribui.
> • **Sustentabilidade:** refere-se à **continuação** dos benefícios após a conclusão de um projeto. É relacionada ao desenvolvimento de capacidades, recursos e à apropriação das atividades do projeto pelos beneficiários e contrapartes" (OPAS, 2016, p. 9) (**grifos do original**).

Nesse mesmo sentido, segundo Oliveira e Reis (2016), é possível classificar a avaliação em relação ao que será avaliado, a partir dos critérios de eficiência, eficácia e efetividade, conforme ilustração que segue:

Fonte: (OLIVEIRA; REIS, 2016).

O Decreto que instituiu a Política de Governança Federal, dentre as diretrizes propostas, contempla monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações por todos os órgãos vinculados/subordinados.

Nessa linha, é necessário que o IFFar também promova a realização de ações internas para o atendimento ao referido documento legal, incluindo a articulação entre setores e a implementação de controles internos. No âmbito dos controles internos, está o monitoramento e a avaliação periódica de seus programas e projetos, enquadrando-se aqui o PPE.

Segundo Jannuzzi (2016), os tipos de avaliação são: avaliação da necessidade do programa, avaliação de desenho, avaliação de processo, avaliação de resultados e impactos e avaliação da eficiência (JANNUZZI, 2016).

Em especial ao PPE, prosseguindo-se com as proposições deste Guia, há possibilidade, que a partir do adequado monitoramento dos indicadores estabelecidos, sejam eles, diretamente relacionados aos objetivos do programa ou por ações, de se implementar procedimentos avaliativos, que, basicamente, apresentarão os resultados por período de apuração, podendo-se utilizar de relatórios de avaliação específicos, por exemplo.

Nessa direção, com base em relatórios técnicos de monitoramento e de desempenho das ações programadas, considerando ainda outras informações relevantes é que se concretizará o relatório avaliativo, contemplando, de forma clara e objetiva alguns elementos, dentre outros: a caracterização do programa, os objetivos, os resultados e impactos alcançados a partir dos indicadores e sua evolução em séries históricas, a sustentabilidade futura desses resultados, a metodologia de realização, período avaliado, atores responsáveis, possíveis problemas enfrentados e as proposições de melhoria, continuidade ou não das ações.

Nesse tipo de avaliação de resultados estuda-se de forma exploratória os indicadores de resultados e os impactos esperados com o programa, projeto ou

política, adotando-se metodologias quantitativas e qualitativas que verificam a evolução dos indicadores estabelecidos, ou que estabelecem outros métodos de coleta de informações (entrevistas, questionários, observação, dentre outros), junto aos usuários ou aos envolvidos na execução. Mesmo que os métodos quantitativo e qualitativo tenham objetivos e instrumentos distintos, são altamente complementares para estabelecer um diagnóstico mais preciso sobre a intervenção aplicada (BRASIL, 2018, p. 241).

Ainda quanto à proposição para elaboração do relatório de avaliação, há possibilidade, de se estabelecer, na fase de construção dos indicadores, como os mesmos serão aferidos ou avaliados, em termos numéricos, fator que pode contribuir na leitura dos sistemas ou painéis de monitoramento do programa, conforme demonstrativo abaixo:

MODELO - Metas e pesos estabelecidos para os indicadores

Nome do indicador	Periodicidade de apuração	Meta do indicador	Peso sugerido para avaliação
Cultura Institucional	Semestral	>95%	1,5
		75% a 95%	1,0
		50% a 75%	0,5
		<50%	0,0
Acolhimento por Curso	Semestral/Anual	>95%	1,5
		75% a 95%	1,0
		50% a 75%	0,5
		<50%	0,0
Acompanhamento da frequência	Bimestral	<5%	1,5
		5% a 10%	1,0
		10% a 20%	0,5
		>25%	0,0

Fonte: elaborado pelo autor com base em Lima e Blatt, 2021.

No quadro acima, vê-se uma possibilidade mais aplicável em relação à possíveis indicadores traçados, o que de certa forma, adianta possíveis análises e conclusões que contemplarão o relatório de avaliação, fundindo-se, os momentos de monitorar e avaliar.

Diante do exposto, “a avaliação de resultados pode ser, portanto, uma contribuição dinâmica para a política, programa ou projeto, na qual os serviços e ações são constantemente revisados com o intuito de gerar melhorias na entrega dos produtos e nos resultados” (BRASIL, 2018, p. 241).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração deste Guia, que é parte de pesquisa maior, buscou-se apresentar de forma sistemática algumas possibilidades para o PPE do IFFar, com vistas à sua atualização, monitoramento e avaliação, as quais perpassam pelo alinhamento conceitual, que contempla o entendimento institucional acerca dos três principais termos envolvidos no programa, quais sejam, o acesso, a permanência e o êxito.

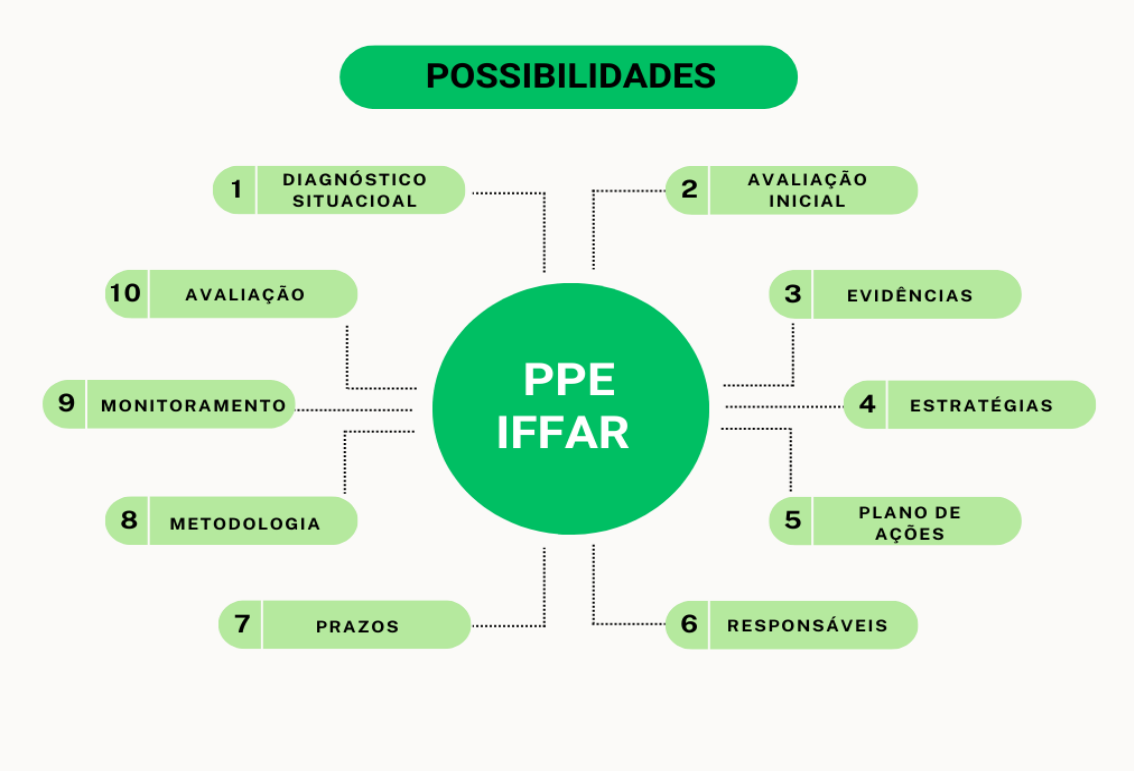
Com base nessa conceituação inicial, parte-se à análise inicial e situacional do programa, procurando identificar quais os resultados alcançados até o momento, com objetivo de traçar um planejamento à sua atualização e revisão, elencando as principais evidências deste trabalho e definindo pontualmente as estratégias que serão adotadas. Ainda, quando do planejamento inicial há que se verificar quais os vínculos que o programa possui com os demais documentos institucionais, buscando-se o alinhamento e as articulações pertinentes, para que todos convirjam ao alcance dos objetivos do IFFar.

A partir do planejamento inicial passa-se ao delineamento da nova versão do PPE, com o estabelecimento do plano de ações detalhado, com base nas estratégias definidas. O plano por sua vez será composto pela ação que se propõe executar, os responsável pela atividade, em quais prazos tal ação será aplicada e qual será a metodologia adotada.

Na construção do plano o estabelecimento de metas é ponto importante, pois indicará quais os propósitos futuros do programa, mais precisamente, quais os resultados esperados para determinado período, podendo-se estabelecer que as metas serão diretamente vinculadas aos objetivos do programa ou mesmo, às suas estratégias. Para o acompanhamento das metas faz-se necessário elaborar indicadores relacionados, que monitorados periodicamente indicarão se as metas traçadas foram efetivamente alcançadas, permitindo correções ou mudanças de rumo do programa.

Além do delineamento claro do plano do ações é necessário que toda execução do programa seja monitorada e avaliada constantemente, utilizando-se de ferramentas e métodos específicos. Monitorar os indicadores estabelecidos alimentará a gestão com os dados pertinentes à execução das ações, especificamente e como complementação, virá a avaliação de todos esses dados que serão capazes de demonstrar tempestivamente, em resultados, que os objetivos propostos estão sendo atingidos.

Como forma de apresentar visualmente as possibilidades do presente Guia, segue a figura abaixo:



Fonte: autor (2023)

Logicamente, que não se esgotam aqui as possibilidades de aplicação de outras metodologias e ferramentas, sendo importantíssimo que a Gestão do IFFar observe, com base na legislação, seus documentos institucionais e no exposto, quais os melhores caminhos para o prosseguimento e fortalecimento das ações referentes

à permanência e êxito de seus estudantes, pois também, assim, justificar-se-á sua existência enquanto Instituição que oferta ensino público, gratuito e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BAHIA, L. O. Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. **E-book.** Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília : Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2 (301 p.) : il., gráfs., mapa color.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, Ano CXLV, n. 253, 30 dez. 2008e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: MEC/SETEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), 2022. **Manual dos Indicadores de Extensão e Pesquisa das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proex/extensao/documentos/manuais/manual-indicadores-extensao-pesquisa-rede-epct.pdf/view. Acesso em: 05 mai. 2023.

CORDEIRO, M. J. J. A. Introdução. In: SOUZA, I. M. **Permanência e êxito nos cursos técnicos:** desafios e conquistas. 1. ed. Curitiba: Appris. 2018.

COSTA, E. **Permanência e êxito no ensino médio integrado: um estudo de caso no Instituto Federal de Alagoas.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade de Minho – Instituto de Educação, Braga. Portugal, 2021.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas:** o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão 1369. Brasília: Ipea, 2009.

IFFar. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026.** Santa Maria, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/ele7r/Downloads/PlanodeDesenvolvimento_marco2020%20(3).pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

IFFar. **Sobre o IFFar**. InstitutoFederal Farroupilha: 2022. Disponível em: https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/a-institui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 05 mai. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas: definição, tipologias e etapas para sua elaboração. In: JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais:** uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil:** repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas–PPP, no 36,Jan/Jun, IPEA, 2011.

LIMA LH, BLATT CR. Elaboração de uma matriz de avaliação e monitoramento de uma farmácia hospitalar. **Rev Contexto & Saúde**. Local, v.21, n.44, p. 41-53, 2021.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/palavra/vk3M/acesso/. Acesso em: 02 mai. 2023.

MORAES, Gustavo Henrique et al. **Plataforma Nilo Peçanha:** guia de referência metodológica. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018. 101 p.; PDF.

OLIVEIRA, A. E. F.; REIS, R. S. **Gestão pública em saúde:** monitoramento e avaliação no planejamento do SUS. São Luís: Edufma, 2016. 45 p.

OLIVEIRA, H. D. F. **Acesso, permanência e êxito: perceções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação**

profissional e tecnológica. 2020. 82 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional). Instituto Politécnico de Santarém. Santarém: IPSANTARÉM, 2020.

OLIVEIRA, Tiago Chaves. **Guia referencial para gerenciamento de projetos e portfólios de projetos** / Tiago Chaves Oliveira. Brasília: Enap, 2021. 38 p. : il. color. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6155/1/GR%20Gerenciamento%20de%20Projetos%20e%20Portfolios%20-%20Final.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Manual de Monitoramento e Avaliação dos Termos de Cooperação da Representação da OPAS/OMS no Brasil** – 1ª edição / Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2016. 43p.: il.

PMI. Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos PMBOK®, 6ª ed., P. M. Institute, Ed., 2017a. Disponível em: https://www.academia.edu/44630119/Guia_do_CONHECIMENTO_EM_GERENCIAMENTO_DE_PROJETOS_GUIA_PMBOK_Sexta_edi%C3%A7%C3%A3oAcesso em: 03 mai 2023.

SANT'ANA, Tomás Dias et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI:** um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Alfenas: FORPDI, 2017. 130 p.; il.; PDF.

SILVA, D. B. M.; CASTIONI, R.; MARTÍNEZ, R. T. **Evasão Escolar e os Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2015.** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes - RJ, v.23, n.2, p. 437-460, 2021.

SOUSA, M. F. Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. In: **Curso para Ambientação para servidores do INEP**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2013. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/992/1/SOUSA%2C%20Marconi%20Fernandes%20-%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

SOUSA, M. F. **Monitoramento, Sistemas e Painéis.** Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4643/5/2019-11-26%20-%20Monitoramento%2C%20Sistemas%20e%20Pain%C3%A9is-convertido.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

SOUZA, R. Q. G.; MANHÃES, E. K. O contexto da educação de jovens e adultos: o porte da instituição e suas implicações no envolvimento dos alunos. In I. M. Souza. **Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

VAITSMAN, Jeni; Rodrigues, Roberto W. S.; Paes-Sousa, Rômulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. PolicyPapers, n. 17. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Brasília, 2006.